



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

BRASÍLIA/DF
2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da DN TCU nº 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015.

BRASÍLIA, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Presidente

Carlos Afonso Nobre

Diretora de Gestão

Marta Wendel Abramo

Diretora de Programas e Bolsas no País

Mercedes Maria da Cunha Bustamante

Diretor de Avaliação

Arlindo Philippi Jr

Diretora de Relações Internacionais - Substituta

Marilene Maria Augusto Vieira

Diretora de Formação de Professores da Educação Básica

Irene Mauricio Cazorla

Diretor de Educação à Distância

Jean Marc Georges Mutzig

Diretor de Tecnologia da Informação

Sérgio da Costa Cortes

Auditor-Chefe

Marcos Mendonça da Silva

Procuradora-Chefe

Sibele Regina Luz Grecco

BRASÍLIA/DF, 2016.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CsF – Ciência sem Fronteiras

DAV – Diretoria de Avaliação

DEB – Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

DED – Diretoria de Educação a Distância

DGES – Diretoria de Gestão

DPB – Diretoria de Programas e Bolsas no País

DRI – Diretoria de Relações Internacionais

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IES – Instituição de Educação Superior

MEC – Ministério da Educação

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 (item 3.7) – Número de alunos titulados por nível em 2014

Tabela 2 (item 3.7) – Número de alunos matriculados por nível em 2014

Tabela 3 (item 3.7) – Número de atuações de docentes em programas de pós-graduação, por categoria, em 2014

Tabela 4 (item 3.7) – Número programas de pós-graduação, por nível, em 2014

Tabela 5. (item 3.7) – Síntese dos Acúmulos indevidos apontados pela CGU

Tabela 6 (item 3.7) – Evolução do Fluxo de Estudantes (ingressantes) do Sistema UAB

Tabela 7 (item 3.7) – Evolução do Fluxo de Estudantes (formados) do Sistema UAB

Tabela 8 (item 3.7) – Evolução do Número de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) integrantes do Sistema UAB

Tabela 9 (item 3.7) – Visitas in loco de monitoramento

Tabela 10 (item 3.7) – Dotação Orçamentária DED 2015

Tabela 11 (item 3.7) – Histórico de pagamentos de bolsas DED 2006-2015

Tabela 12 (item 3.7) – Evolução da Dotação Orçamentária UAB/DED 2006 - 2015

Tabela 13 (item 4.3.3) – Síntese dos recursos orçamentários destinadas às Ações 0000 e 20RJ ao longo do ano de 2015

Tabela 14 (item 4.4) – Evolução do número de titulados no período analisado

Tabela 15 (item 4.4) – Evolução Cursos de Pós-Graduação stricto sensu

Tabela 16 (item 4.4) – Evolução dos mestres e doutores titulados pelo SNPG durante a vigência do PPA 2012-2015

Tabela 17 (item 4.4) – Desempenho Operacional DEB

Tabela 18 (item 4.14) – Resultados das metas institucionais

Tabela 29 (item 5.1) – Estruturas de Governança na CAPES

Tabela 20 (item 7.3) – Metodologias adotadas para estimar a vida útil do patrimônio

Tabela 21 (item 8.1.11) – Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais em 2015

Tabela 22 (item 8.3) – Capacitações e treinamentos DTI/CAPES 2015

Tabela 23 (item 8.3) – Força de Trabalho de TI na CAPES em 2015

Tabela 24 (item 8.3) – Projetos de TI no âmbito da CAPES em 2015

Tabela 25 (item 8.3.1) – Sistemas computacionais utilizados na CAPES em 2015

Tabela 26 (item 9.13) – Revisão em 2015 dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 (item 3.2) – Áreas e subunidades estratégicas da CAPES

Quadro 2 (item 4.3.2) – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 3 (item 4.3.2) – Ação/Subtítulos – OFSS

Quadro 4 (item 4.3.2) – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Quadro 5 (item 4.3.6) – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Quadro 6 (item 4.3.7) – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro 7 (item 4.3.7) – Análise e aprovação de prestações de contas 2013-2015

Quadro 8 (item 4.3.7) – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Quadro 9 (item 4.3.7) – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Quadro 10 (item 4.3.7) – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro 11 (item 4.3.9) – Despesas por modalidade de Contratação

Quadro 12 (item 4.3.9) – Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 13 (item 8.1.1) – Força de Trabalho da UPC

Quadro 14 (item 8.1.1) – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro 15 (item 8.1.1) – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 16 (item 8.1.2) – Despesas do pessoal

Quadro 17 (item 8.1.10) – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Quadro 18 (item 8.1.10) – Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 19 (item 9.13) – Medidas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 (item 3.7) – Evolução da Quantidade de Estudantes Ingressantes

Gráfico 2 (item 3.7) – Evolução da Quantidade de Estudantes Formados

Gráfico 3 (item 6.1) – Levantamento de demandas feitas pelos canais de atendimento ao cidadão – e-SIC e Central de Atendimento

Gráfico 4 (item 6.3) – Pesquisa de satisfação serviço Central de Atendimento 0800 no ano de 2015

Gráfico 5 (item 6.3) – Pesquisa de satisfação serviço Central de Atendimento 0800 no ano de 2015

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 (item 3.6) – Organograma da CAPES

Figura 2 (item 3.7) – Sistema de Avaliação conduzido pela DAV/CAPES

Figura 3 (item 3.7) – Estrutura da DEB

Figura 4 (item 3.7) – As linhas de ação da DEB

Figura 5 (item 3.7) – Macroprocessos operacionais da DEB

Figura 6 (item 4.1.4) – Mapa Estratégico das ações da CAPES

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I (item 3.7) – Macroprocessos finalísticos DAV

Anexo II (item 3.7) – Macroprocessos finalísticos DEB

Anexo III (item 3.7) – Macroprocessos finalísticos DED

Anexo IV (item 3.7) – Macroprocessos finalísticos DPB

Anexo V (item 3.7) – Macroprocessos finalísticos DRI

Anexo VI (item 7.7) – Balanço Financeiro

Anexo VII (item 7.7) – Balanço Orçamentário

Anexo VIII (item 7.7) – Balanço Patrimonial

Anexo IX (item 7.7) – Demonstração das Variações Patrimoniais

Anexo X (item 7.7) – Demonstração do Fluxo de Caixa

Anexo XI (item 5.7) – Portaria CAPES 20/2015

Anexo XII (item 5.7) – Portaria CAPES 63/2015

Anexo XIII (item 5.7) – Resolução Conselho Superior 04/2014

SUMÁRIO

2. Apresentação

3. Visão geral da unidade

3.2 Finalidade e competências

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

3.4 Breve histórico da entidade

3.5 Ambiente de atuação

3.6 Organograma

3.7 Macroprocessos finalísticos

4. Planejamento organizacional e desempenhos orçamentário e operacional

4.1 Planejamento organizacional

4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico

4.1.4 Vinculação dos planos da unidade

4.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

4.3 Desempenho orçamentário

4.3.2 Execução física e financeira das ações da LOA

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores

4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recursos

4.3.7.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise da prestação de contas

4.3.8 Informações sobre a realização das receitas

4.3.9 Informações sobre a execução das despesas

4.3.10 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do Governo Federal

4.4 Desempenho operacional

4.14 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

5. Governança

5.1 Descrição das estruturas de governança

5.7 Atuação da unidade de auditoria interna

5.8 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

5.9 Gestão de riscos e controles internos

5.11 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

6. Relacionamento com a sociedade

6.1 Canais de acesso do cidadão

6.2 Carta de serviços ao cidadão

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

6.7 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

7. Desempenho financeiro e informações contábeis

7.1 Desempenho financeiro no exercício

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

7.7 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320 64 e notas explicativas

8. Áreas especiais da gestão

8.1 Gestão de pessoas

8.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

8.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

8.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

8.1.10 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

8.1.11 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

8.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

8.2.1 Gestão da frota de veículos

8.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

8.2.7 Informações sobre imóveis locados de terceiros

8.2.8 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

8.3 Gestão da tecnologia da informação

8.3.1 Principais sistemas de informações

8.5 Gestão de fundos e de programas

8.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

9. Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

9.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

9.9 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

9.13 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

9.14 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

2. APRESENTAÇÃO

Em 2015, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES deu continuidade as suas ações de fomento com vistas a promover a formação de pessoal qualificado para o fortalecimento e crescimento da pós-graduação e para a melhoria da educação básica brasileira, por meio da manutenção das bolsas de estudo, pesquisa e fomento à pós-graduação e à educação básica.

No país, foram concedidas 104.389 (Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB) bolsas, das quais, 48.960 de mestrado, 42.113 de doutorado, 7.498 de pós-doutorado, 169 de Professor Visitante Sênior, 258 de Supervisão, 4.891 de iniciação científica, 500 para o Inglês sem Fronteiras. Além da manutenção das principais ações voltadas para o Sistema Nacional de Pós-Graduação, foram firmadas novas parceiras/acordos de cooperação em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, com os seguintes órgãos: Universidade de São Paulo – USP, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, Associação Instituto Vale – ITV, Agência Nacional de Águas – ANA e com as Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ e do Amapá – FAPEAP. Em adição, foram implementados editais oriundos de parcerias com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR e MCTI (Tecnologia Assistiva), com a ANA (Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos) e com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAP's).

No que tange à internacionalização da ciência e à mobilidade acadêmica internacional, no ano corrente, destacou-se a implementação das bolsas de graduação sanduíche concedidas em 2014, relativas à primeira etapa do Programa Ciências sem Fronteiras (CsF). Em 2015, a Capes manteve 35.223 bolsas ativas no exterior no âmbito do referido programa.

Além disso, destaca-se a continuidade na concessão de bolsas individuais e de bolsas vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias no âmbito dos acordos de cooperações internacional, atividades tradicionais de intercâmbio e cooperação internacional da Capes. No âmbito da concessão de bolsas individuais, foram beneficiados, ao longo de 2015, 7.499 bolsistas. Também foram financiados 1.079 projetos, no âmbito das parcerias firmadas e concedidos 884 auxílios à participação em eventos no exterior a professores e pesquisadores, com titulação mínima de doutorado.

Acerca da importante missão de avaliação dos programas de Pós-Graduação brasileiros – cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado – que compõe o Sistema Nacional de Pós Graduação (SNPG) – no último ano, a CAPES, junto com a Academia, decidiu pela

reformulação do principal processo avaliativo, até então, conhecido como “Avaliação Trienal”. Dentre as mudanças, optou-se por uma nova periodicidade da Avaliação, que passa a ser quadrienal, e pela melhoria no sistema tecnológico envolvido, a Plataforma Sucupira. Essa reformulação se deve ao fato da expansão e modernização do SNPG não comportar mais o modelo que até então vigorava, tanto por questões logísticas, quanto processuais e tecnológicas.

No âmbito da formação de Profissionais para a Educação Básica, no ano de 2015, a CAPES investiu R\$ 672.449.085,92 na modalidade presencial. Destacam-se o Programa de Iniciação à Docência – PIBID com o apoio mensal de 81.993 bolsas aos participantes, e o Plano Nacional de Formação de Professores – PARFOR. No segmento a distância, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) programa do Governo Federal cujo objetivo é subsidiar e promover a capacitação na modalidade à distância, que contou no ano de 2015 com 104 instituições, 645 polos ativos e mais de 340 mil alunos matriculados.

Por fim, ressalta-se no exercício, a continuidade do Portal de Periódicos da CAPES, que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a 436 instituições de ensino e pesquisa no Brasil um dos mais completos conteúdos científicos da produção internacional. O Portal conta com um acervo de 37.818 periódicos em textos completos, 126 bases de dados de referências e resumos, 66 bases de teses e dissertações, 42 obras de referências (dicionários, enciclopédias, compêndios etc), 11 bases de patentes, 31 bases de dados com livros, resultando na disponibilidade de mais de 266 mil documentos eletrônicos (capítulos de livros, relatórios, anais, manuais, guias etc), 59 bases de estatísticas, duas bases de normas técnicas e 14 bases de dados de materiais audiovisuais (vídeos, atlas 3D, músicas).

Informações detalhadas acerca da execução das iniciativas supramencionadas e as outras que ainda não foram citadas, mas que também foram executadas pela Fundação em 2015, serão apresentadas nos próximos capítulo do documento que ora é apresentado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE

3.2 Finalidade e Competências

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação do sistema de pós-graduação nacional *stricto sensu* (mestrado e doutorado), e este por sua vez, na formação de quadro qualificado para atendimento das demandas dos setores governamentais e produtivos do país. A partir de 2007, passou também a atuar na formação de profissionais da educação básica. As atividades da CAPES podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- Avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- Incentivo e viabilização do acesso à produção científica;
- Investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- Promoção da cooperação científica internacional;
- Indução e fomento da formação inicial e continuada de profissionais da educação básica nos formatos presencial e a distância.

A CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem. O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Representar a CAPES na qualidade de dirigente.	Jorge Almeida Guimarães	Presidente	09/02/2004 até 07/05/2015
Presidência	Representar a CAPES na qualidade de dirigente.	Carlos Afonso Nobre	Presidente	07/05/2015 até o presente momento.
Diretoria de Programas e Bolsas no País	Fomentar a pós-graduação no país através da concessão de bolsas e fomento de projetos.	Márcio de Castro Silva Filho	Diretor	27/03/2013 até 11/01/2016

Diretoria de Programas e Bolsas no País	Fomentar a pós-graduação no país através da concessão de bolsas e fomento de projetos.	Mercedes Maria da Cunha Bustamante	Diretora	12/02/2016 até o presente momento.
Diretoria de Relações Internacionais	Concessão de bolsas de estudos para o exterior e fomento de projetos em cooperação com outros países.	Denise de Menezes Neddermeyer	Diretora	11/09/2012 até 01/07/2015
Diretoria de Relações Internacionais	Concessão de bolsas de estudos para o exterior e fomento de projetos em cooperação com outros países.	Adalberto Val	Diretor	12/08/2015 até 01/02/2016
Diretoria de Avaliação	Avaliar, cadastrar e monitorar os programas de pós-graduação.	Lívio Amaral	Diretor	23/04/2009 até 19/06/2015
Diretoria de Avaliação	Avaliar, cadastrar e monitorar os programas de pós-graduação.	Arlindo Philippi Júnior	Diretor	19/06/2015 até o presente momento.
Diretoria de Educação à Distância	Fomentar a Educação a Distância e conceder bolsas para mestrados profissionais.	Jean Marc Georges Mutzig	Diretor	23/06/2014 até o presente momento.
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica	Formar profissionais da Educação Básica	Carmen Moreira de Castro Neves	Diretora	13/07/2011 até 17/08/2015
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica	Formar profissionais da Educação Básica	Irene Maurício Cazorla	Diretora	03/12/2015 até o presente momento.
Diretoria de Gestão	Gerir administrativamente a CAPES.	Weder Matias Vieira	Diretor	03/10/2014 até o presente momento.
Diretoria de Tecnologia da Informação	Gerir a tecnologia de informação da CAPES.	Sérgio da Costa Cortes	Diretor	27/03/2012 até o presente momento.

Quadro 1 – Áreas e subunidades estratégicas.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade

A CAPES foi criada em 11 de julho de 1951, por meio do Decreto nº 29.741. Durante 10 anos, a entidade funcionou como uma comissão composta por representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq, criado em 15 de janeiro de 1951, como autarquia vinculada a Presidência da República), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Comércio. No ano de 1961, a CAPES passou a ser um órgão subordinado diretamente à Presidência da República (Decreto nº 50.737/61) e continuou assessorado por representantes de outros entes governamentais. Cerca de três anos depois, foi sancionado o Decreto nº 53.932/64, o qual definia a unificação da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI) e do Programa de Expansão do Ensino Tecnológico (PROTEC), na Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, órgão subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Cultura.

Em 1970, por meio de uma nova norma, foi atribuída à CAPES autonomia administrativa e financeira (Decreto 66.662/70), o que lhe facultou maior independência na definição e execução das políticas públicas de sua competência. Finalizando a primeira etapa do ciclo de maturação institucional, a soberania do órgão foi consolidada em 1974, quando a estrutura organizacional foi amplamente discutida e propostos pela primeira vez o regimento interno, o organograma e o quantitativo de cargos comissionados da Instituição (Decreto 74.299/74).

Durante as décadas seguintes, a CAPES vivenciou um período de estabilidade em sua estrutura administrativa. Somente em 1981, mudanças expressivas voltaram a acontecer. Por meio do Decreto nº 86.791, a instituição tornou-se agência executiva do Ministério da Educação e Cultura junto ao sistema nacional de Ciência e Tecnologia, cabendo-lhe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Nesse período, destacou-se o fortalecimento de sua contribuição na formulação, acompanhamento e execução da Política Nacional de Pós-Graduação e a responsabilização pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

No governo Collor, a Medida Provisória nº 150, de 15 março de 1990, extinguiu a CAPES, ato que desencadeou intensa mobilização da população, em especial da comunidade acadêmico-científica. As pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação das universidades mobilizam protestos e com o apoio do Ministério da Educação conseguiram reverter a medida (que ainda seria apreciada

pelo Congresso Nacional). Em 12 de abril do mesmo ano, a CAPES foi recriada pela Lei nº 8.028. Após dois anos, a Lei nº 8.405, de 09 de janeiro de 1992, autorizou o poder público a instituir a CAPES como Fundação Pública, o que conferiu novo vigor à Instituição.

Passados 57 anos desde a criação da CAPES, o Congresso Nacional aprovou por unanimidade a Lei nº 11.502/2007, homologada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia do aniversário da Coordenação, 11 de julho. Esta nova legislação criou a Nova CAPES, que além de coordenar o alto padrão do Sistema Nacional de Pós-Graduação brasileiro, também passou a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica. Tal atribuição foi consolidada pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Em 2012, a CAPES passou por uma nova reformulação administrativa na qual a principal inovação foi a criação da Diretoria de Tecnologia da Informação (Decreto 7692/2012).

3.4 Breve histórico da entidade

A criação da CAPES ocorreu num contexto histórico em que a Ciência e Tecnologia tornavam-se condições essenciais para a manutenção do crescimento do Brasil. No final da década de 40 e início da década de 50, durante o início do segundo governo Vargas, a retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente era palavra de ordem. A industrialização pesada e a complexidade da administração pública trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais. Foi nesse ambiente que a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) foi concebida, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país"(Decreto nº 29.741/1951). Até o ano de 1964, o professor Anísio Spínola Teixeira foi designado o dirigente máximo da Comissão.

Em 1953, sob a gestão de Teixeira, foi implantado o Programa Universitário, principal linha de ação da CAPES à época. O Programa orientou as primeiras ações institucionais - que desde seus primórdios previu a atuação em colaboração com as universidades e institutos de ensino superior - na contratação de professores visitantes estrangeiros, no estímulo às atividades de intercâmbio, na cooperação interinstitucional, na concessão de bolsas de estudos e no apoio a eventos de natureza científica. Destaca-se ainda, as virtuosas ações voltadas para a implantação e a expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados.

A partir de 1966, o governo federal começou a apresentar planos de desenvolvimento. No plano educacional, distinguiu-se a reforma universitária, a reforma do ensino fundamental e a consolidação do regulamento da pós-graduação (Parecer 977, de 1965). No processo de reformulação das políticas setoriais, com destaque para a política de ensino superior e a de ciência e tecnologia, a CAPES ganhou novas atribuições e meios orçamentários para multiplicar suas ações e intervir na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras.

Em 1970, foram instituídos os Centros Regionais de Pós-Graduação. Em julho de 1974, o novo Regimento Interno da CAPES incentivou a colaboração com a direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na política nacional de pós-graduação, a promoção de atividades de capacitação de pessoal de nível superior, a gestão da aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, a análise e compatibilidade das normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação. A tarefa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortalece o papel da CAPES. O Programa de Acompanhamento e Avaliação, além de

contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, aprofunda sua relação com a comunidade científica e acadêmica.

Após a incorporação das novas atribuições em 2007, a CAPES refez a estrutura organizacional a fim de executar as tarefas pertinentes à Educação Básica. Para tanto, foram criadas duas novas diretorias, a Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) e a Diretoria de Educação a Distância (DED), que desde o início trabalharam de forma colaborativa, complementar e coordenada. As novas ações institucionais culminaram com o lançamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, em 28 de maio de 2009. Amparados por esse Plano, mais de 330.000 professores das escolas públicas estaduais e municipais que atuam sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) puderam iniciar cursos gratuitos de licenciatura.

No ano de 2012, frente aos desafios tecnológicos, a Fundação alterou novamente a estrutura para a criação da Diretoria de Tecnologia da Informação, com o objetivo de modernizar as ferramentas tecnológicas institucionais e facilitar o cumprimento de suas atividades finalísticas.

3.5 Ambiente de atuação

A CAPES tem o papel de expandir e consolidar a pós-graduação brasileira, promover a cooperação acadêmica internacional e a formação de profissionais da educação básica. Para atingir seus objetivos, a instituição trabalha em parceria com universidades, centros universitários, institutos de pesquisa, docentes, discentes e pesquisadores.

A Fundação atua no mercado nacional e internacional por meio de parceria com as instituições de ensino e pesquisa de diversas formas. No âmbito nacional, atua regulamentando e avaliando a pós-graduação brasileira. Competência esta atribuída pelo Decreto nº 7.692/2012, Art. 2, § 1 “a CAPES terá como finalidade subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação, coordenar o sistema de pós-graduação e avaliar os cursos desse nível”. Outra forma de atuação no mercado nacional é por meio de parceria com as instituições de ensino e pesquisa. Nesse caso, a CAPES fomenta a pós-graduação através da concessão de bolsas, fomento a editais estratégicos, consoante com o Decreto nº 7.692/2012, Art. 2, § 1 “estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos”.

Já no âmbito internacional, a CAPES consolida parcerias com instituições de ensino e pesquisa reconhecidas internacionalmente. O objetivo desta parceria é a troca de experiência entre instituições de ensino brasileiras e estrangeiras. Para isso, a CAPES concede bolsas para docentes estrangeiros virem ao Brasil para ministrar palestras, aulas, congressos e workshops, assim como concede bolsas para discente da pós-graduação e da graduação estudarem no exterior.

Os serviços e produtos entregues à sociedade pela CAPES podem ser agrupados em três grandes categorias: regulação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, fomento à projetos e oferta de bolsas e auxílios à pessoas físicas. As bolsas e auxílios são concedidos para discentes e docentes da pós-graduação, da graduação e profissionais da educação básica. O fomento financia a aquisição de material de custeio e consumo para projetos de pesquisa nacionais ou em colaboração internacional. Já a regulação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* é feita por meio de criteriosa avaliação das propostas de cursos novos e de cursos existentes de pós-graduação *stricto sensu*. Tais políticas, sempre vinculadas à mecanismos autorregulados de mérito e julgamento por pares, promovem e sustentam o Sistema Nacional de Pós-Graduação, a Universidade Aberta do Brasil e corroboram para o desenvolvimento da pesquisa e da inovação no Brasil.

3.6 Organograma

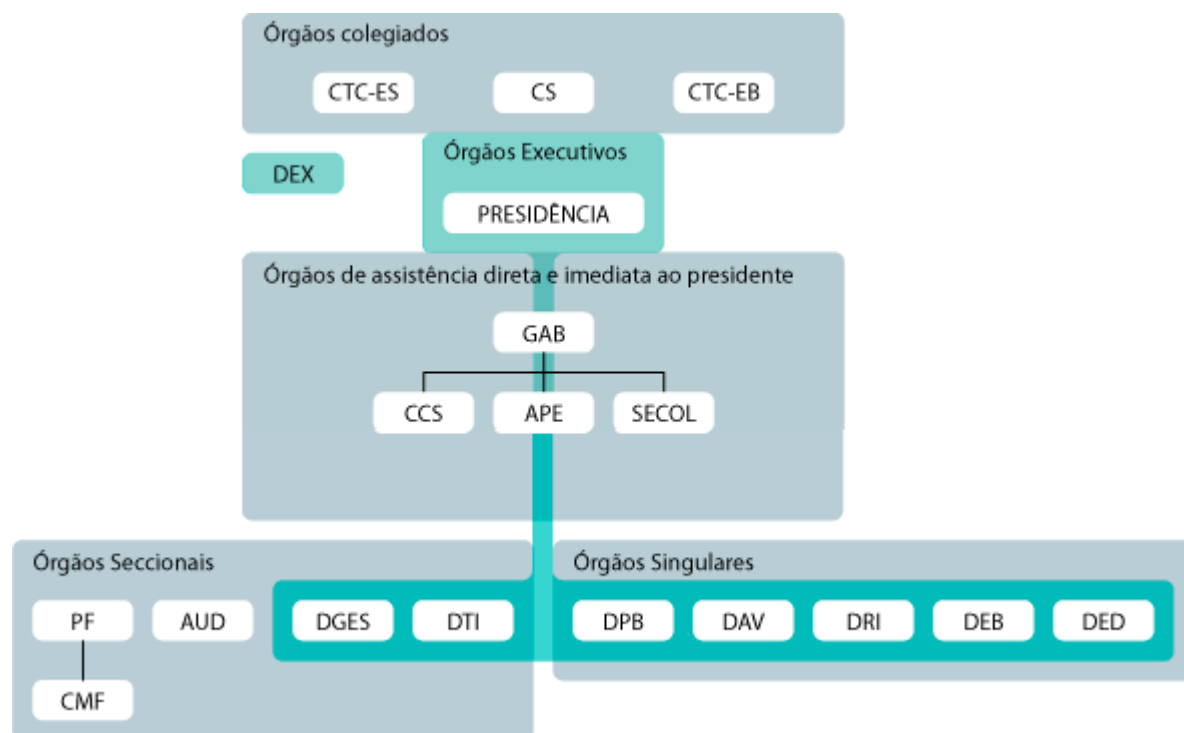


Figura 1 - Organograma da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior.

3.7 Macroprocessos Finalísticos

Diretoria de Avaliação

O Sistema de Avaliação da Pós-Graduação constitui-se em dois macroprocessos finalísticos que abrangem a entrada e a permanência de cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO) no Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG (Figura 2).

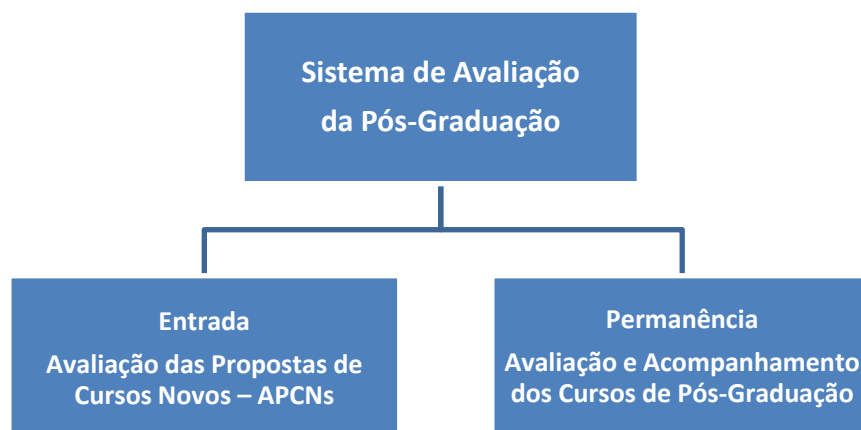


Figura 2 - Sistema de Avaliação conduzido pela Diretoria de Avaliação/Capes

Ambos os macroprocessos, entrada e permanência, são conduzidos com base nos mesmos fundamentos, a saber:

- Reconhecimento e Confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela prática da *análise por pares*;
- Critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo;
- Transparência: ampla divulgação no Portal da CAPES das decisões, ações e resultados.

O conjunto de ações desenvolvido em atendimento ao Sistema de Avaliação, na forma como implantado e gerido pela CAPES, tem como objetivo assegurar o crescimento quantitativo e a distribuição equilibrada dos mestrados e doutorados no país sem, contudo, colocar em risco o nível de qualidade já alcançado.

Os principais indicadores disponíveis na data de elaboração deste relatório, referentes aos programas de pós-graduação em funcionamento, são mostrados nas tabelas abaixo.

Tabela 1. Número de alunos titulados por nível em 2014.

Nível	Número de alunos
Doutorado	16.745
Mestrado	44.502

Mestrado Profissional	5.727
-----------------------	-------

Tabela 2. Número de alunos matriculados por nível em 2014.

Nível	Número de alunos
Doutorado	94.850
Mestrado	115.558
Mestrado Profissional	21.973

Tabela 3. Número de atuações de docentes em programas de pós-graduação, por categoria, em 2014.

Categoria	Número de atuações de
Permanentes	66.330
Colaboradores	16.140
Visitantes	1.460

Observação: de acordo com as normas da pós-graduação, cada docente pode manter diferentes categorias de vínculo com até três programas, simultaneamente.

Tabela 4. Número programas de pós-graduação, por nível, em 2014.

Categoria	Número de programas
Mestrado/Doutorado	1.896
Mestrado	1.199
Doutorado	58
Mestrado Profissional	525
Total	3.678

Em consonância com a sistemática de trabalho estabelecida pela DAV, as instituições têm o prazo até o dia 1º de abril de 2016 para inserir na Plataforma Sucupira as informações sobre seus programas de pós-graduação referentes ao ano-base 2015. Sendo assim, a consolidação dos indicadores relativos àquele ano só poderá ser realizada em data posterior.

Os macroprocessos finalísticos da DAV estão sumarizados no **ANEXO I**.

É a qualidade, em última análise, que se encontra no foco dos produtos gerados pelo Sistema de Avaliação cujos clientes e beneficiários incluem:

Clientes externos:

- 1) Candidatos a vagas em programas de pós-graduação: contam com a relação dos cursos recomendados e reconhecidos para guiá-los na escolha de cursos;
- 2) Sociedade brasileira: beneficiários, em última análise, dos produtos de pesquisa gerados em programas de pós-graduação mantidos no SNPG por critério de qualidade;

- 3) Instituições de ensino e pesquisa: encontram nos produtos gerados pela avaliação os parâmetros e critérios necessários para a submissão de propostas de cursos novos;
- 4) Programas de pós-graduação: encontram nos produtos gerados pela avaliação os parâmetros e critérios utilizados na avaliação dos programas de sua área, numa perspectiva comparativa.

Cientes internos:

- 1) Diretoria de Programas e Bolsas – DPB/CAPES: guia-se pelos resultados da avaliação para a distribuição dos recursos de fomento (bolsas, auxílios etc.).
- 2) Diretoria de Educação à Distância – DED/CAPES: guia-se pelos resultados da avaliação para a distribuição de recursos de fomento (bolsas, custeios etc.).
- 3) Diretoria de Educação Básica – DEB/CAPES: guia-se pelos resultados da avaliação para a distribuição de recursos de fomento (bolsas, auxílios etc.).
- 4) Diretoria de Relações Internacionais – DRI/CAPES: guia-se pelos resultados da avaliação para alocação de bolsas no exterior a estudantes de programas de pós-graduação nacionais.

Os **produtos gerados** em cada período avaliativo no âmbito do Sistema de Avaliação são:

- 1) Documentos de área elaborados no âmbito de cada coordenação de área para divulgar os requisitos para a elaboração das propostas de cursos novos e os critérios e métricas a serem adotados na avaliação dos programas de pós-graduação em funcionamento no SNPG. Trata-se de elemento de referência para a condução dos processos avaliativos a partir do qual as bases da avaliação em cada uma das 48 áreas são levadas ao conhecimento de todos os interessados;
- 2) Fichas de avaliação preenchidas para cada programa de pós-graduação durante as reuniões presenciais das comissões de avaliação; estas fichas apresentam os quesitos e itens determinados em comum acordo por todas as áreas de avaliação, acompanhados dos pesos, indicadores e métricas utilizados na aferição dos conceitos correspondentes, assim como a nota final atribuída a cada programa de uma mesma área pelas comissões de avaliação;
- 3) Relatórios da avaliação elaborados pelas comissões de área ao final do período de reuniões presenciais e que seguem um modelo padrão aprovado pelo CTC-ES e trazem considerações gerais a respeito da Avaliação, critérios para classificação da produção intelectual, critérios utilizados em cada quesito e item da Ficha de Avaliação, indicadores considerados para atribuição de notas 6 e 7 e a síntese da avaliação, comparando-a com os períodos avaliativos anteriores;
- 4) Planilhas de resultados da Avaliação, expressos em notas que variam de 1 a 7, e que subsidiam as decisões do Conselho Nacional de Educação - CNE quanto à renovação de reconhecimento ou ao descredenciamento dos cursos avaliados;
- 5) Sistema de Disseminação das Informações (SDI): painel que apresenta dados da avaliação dos programas de pós-graduação na forma de gráficos e tabelas;
- 6) Planilhas de indicadores por área de avaliação e por programa de pós-graduação com os dados do período referentes à classificação da produção bibliográfica distribuída segundo a estratificação Qualis; à produção artística; às teses e dissertações defendidas; ao número de docentes permanentes; e à nota da Avaliação.
- 7) Relação atualizada, disponível no Portal da CAPES, dos cursos recomendados pela CAPES, a partir da análise de novas propostas de cursos e dos dados relativos aos cursos

em funcionamento, e reconhecidos pelo CNE. Para o candidato a mestrados e doutorados, esta informação vem a ser fundamental uma vez que somente diplomas emitidos por cursos reconhecidos têm validade no território nacional;

- 8) Cadernos de indicadores publicados no Portal da CAPES com o propósito de garantir ampla divulgação do processo avaliativo. Estes cadernos contêm as informações referentes à proposta, corpo docente, corpo discente e produção intelectual de cada programa de pós-graduação *stricto sensu*, consolidadas a partir do módulo Coleta de Dados da Plataforma Sucupira;
- 9) Listas com os resultados da classificação de periódicos e livros nos quais docentes e discentes dos programas de pós-graduação divulgam sua produção intelectual num determinado período avaliativo; estas listas têm fins exclusivamente avaliativos.

Principais parceiros externos:

A Diretoria de Avaliação (DAV) é o setor da CAPES responsável pelos dois macroprocessos finalísticos inerentes ao sistema de avaliação da pós-graduação brasileira. A DAV conta com o suporte técnico-logístico de seu quadro de servidores efetivos direcionado à condução do trabalho avaliativo realizado por consultores ad hoc providos da comunidade acadêmico-científica.

Em conjunto com a Diretoria de Avaliação, estes consultores desenvolvem as atividades de análise de mérito, de acompanhamento e de recomendação dos programas de pós-graduação, além de contribuir com deliberações a respeito de políticas da avaliação e da pós-graduação. Todas essas atividades são coordenadas por 48 docentes e pesquisadores de várias instituições do país, que figuram como coordenadores de área de avaliação durante o período de seu mandato.

A participação desses consultores ad hoc se estende, igualmente, ao Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), responsável pela elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES no tocante à formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, ao sistema nacional de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. No que tange ao sistema de avaliação, o CTC-ES estabelece a sistemática e o conjunto de quesitos básicos a serem adotados pelas comissões de área na realização da avaliação e delibera sobre o mérito das propostas de cursos novos e dos cursos em funcionamento. Enquanto parceiros externos à CAPES, incidem sobre as atividades desses consultores custos relativos à consultoria, tecnologia da informação (TI), diária, hospedagem, passagem, transporte, contratação de serviços e despesas acessórias.

Outro parceiro externo é o Fórum Nacional de Pró-Reitores (FOPROP), que consolida e apresenta à CAPES, por meio do seu representante no CTC-ES, as demandas das instituições expressas por seus Pró-Reitores. Em 2014, a CAPES participou do Encontro Nacional de Pró-Reitores (ENPROP), prestando esclarecimentos a respeito do processo de avaliação e de fomento, além de discutir e avaliar a possibilidade de atendimento às demandas trazidas pela comunidade acadêmica.

O Conselho Nacional de Educação/MEC é o parceiro externo à CAPES responsável por analisar e homologar os pareceres e as notas recomendadas às propostas de cursos novos e aos programas de pós-graduação stricto sensu avaliados pela CAPES para fins de reconhecimento, renovação de reconhecimento ou descredenciamento de programas de pós-graduação.

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB) possui duas coordenações-gerais que são a Coordenação-Geral de Programas de Valorização do Magistério (CGV) e a Coordenação-Geral de Formação de Docentes da Educação Básica (CGDOC).

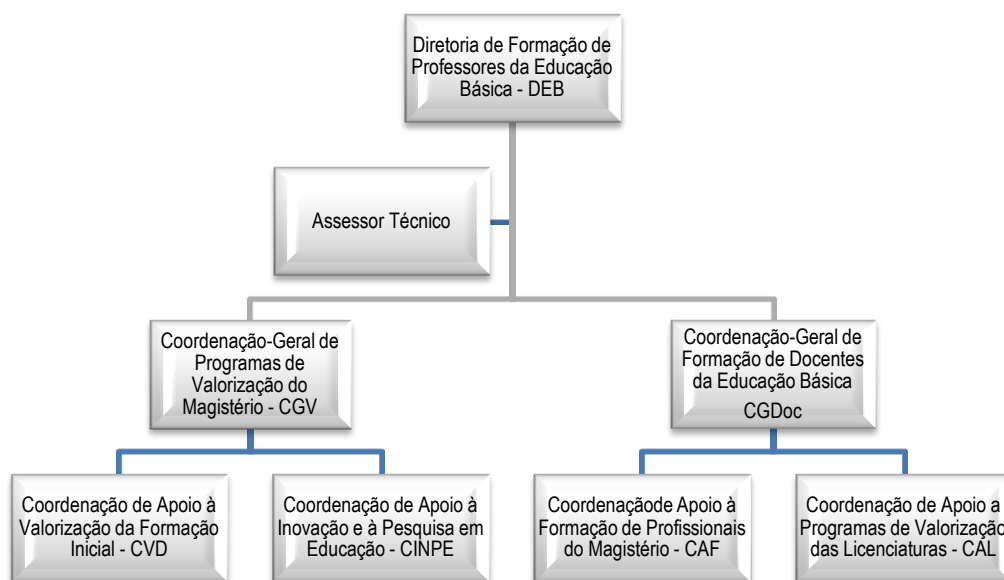


Figura 3 - Estrutura da DEB

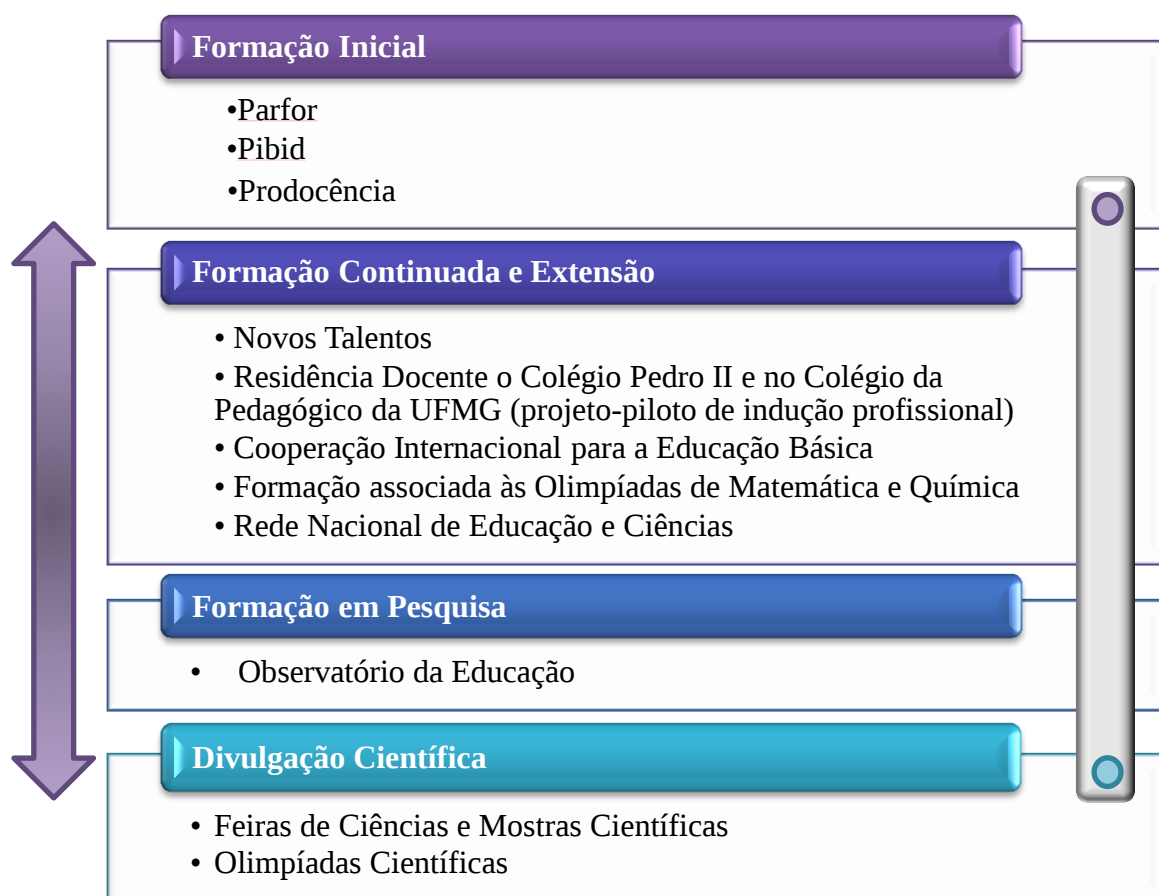
Compete à DEB: a) fomentar programas de formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica; b) articular políticas de formação de profissionais do magistério da educação básica em todos os níveis de governo; e c) promover a articulação entre escolas da rede pública e instituições formadoras de profissionais da educação básica.

Macroprocessos Finalísticos da DEB

No desenvolvimento de suas atividades de indução e fomento à formação de professores para a Educação Básica, a DEB trabalha em quatro linhas de ação, as quais correspondem aos macroprocessos finalísticos pelos quais a DEB é responsável: (a) formação inicial; (b) formação

continuada e extensão, (c) formação stricto sensu associada à pesquisa e (d) divulgação científica. Uma síntese das ações é apresentada na figura 2.

Figura 4 - As linhas de ação da DEB



Na vertente formação inicial a DEB fomenta três (03) importantes programas. O primeiro, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor, destina-se a professores que já atuam na rede pública, porém, sem a formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; o segundo, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, alcança alunos de licenciaturas – professores ainda em formação, e o terceiro, o Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência, busca promover a melhoria e a inovação nas licenciaturas, inclusive incentivando a atualização dos professores que formam professores (Figura 2).

A vertente formação continuada e extensão responde à necessidade contemporânea de pensar a formação profissional em um continuum que se estende ao longo da vida. Na visão da DEB, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da

escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.

Nessa linha, estão os programas Novos Talentos, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Profissional de Professores, a Residência Docente no Colégio Pedro II e no Colégio Pedagógico da UFMG, os programas de formação de professores e alunos medalhistas associados às Olimpíadas de Matemática e Química e projetos de iniciação científica da Rede Nacional de Educação e Ciência (Figura 2).

A vertente formação *stricto sensu* associada à pesquisa é fomentada por meio do Observatório da Educação que não forma somente doutores e mestres, mas envolve nos estudos e nas pesquisas estudantes de licenciatura e graduação e professores da educação básica.

A vertente divulgação científica – que apoia Feiras de Ciências e Mostras Científicas e as Olimpíadas Científicas - busca valorizar a ciência, despertar vocações, propor metodologias ativas e experimentais e, em boa parte, está associada aos demais programas de formação inicial e continuada. Muitas propostas de Feiras de Ciências e Mostras Científicas decorrem de participantes dos programas Pibid, Parfor, Novos Talentos e da Rede Nacional de Educação e Ciência.

O programa de apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life é transversal a todas as linhas e, à semelhança do programa Pró-Equipamentos, fomentado pela pós-graduação da Capes, permite às IES públicas a formação de professores com domínio das novas linguagens e tecnologias, em uma vivência de diálogo interdisciplinar.

Os macroprocessos finalísticos da DEB estão sumarizados no **ANEXO II**.

As quatro vertentes dos macroprocessos finalísticos estão organizadas em um conjunto de macroprocessos operacionais que, respeitando as peculiaridades de cada programa, respondem por sua implementação e gestão. Os referidos macroprocessos operacionais podem ser sumarizados da seguinte forma:

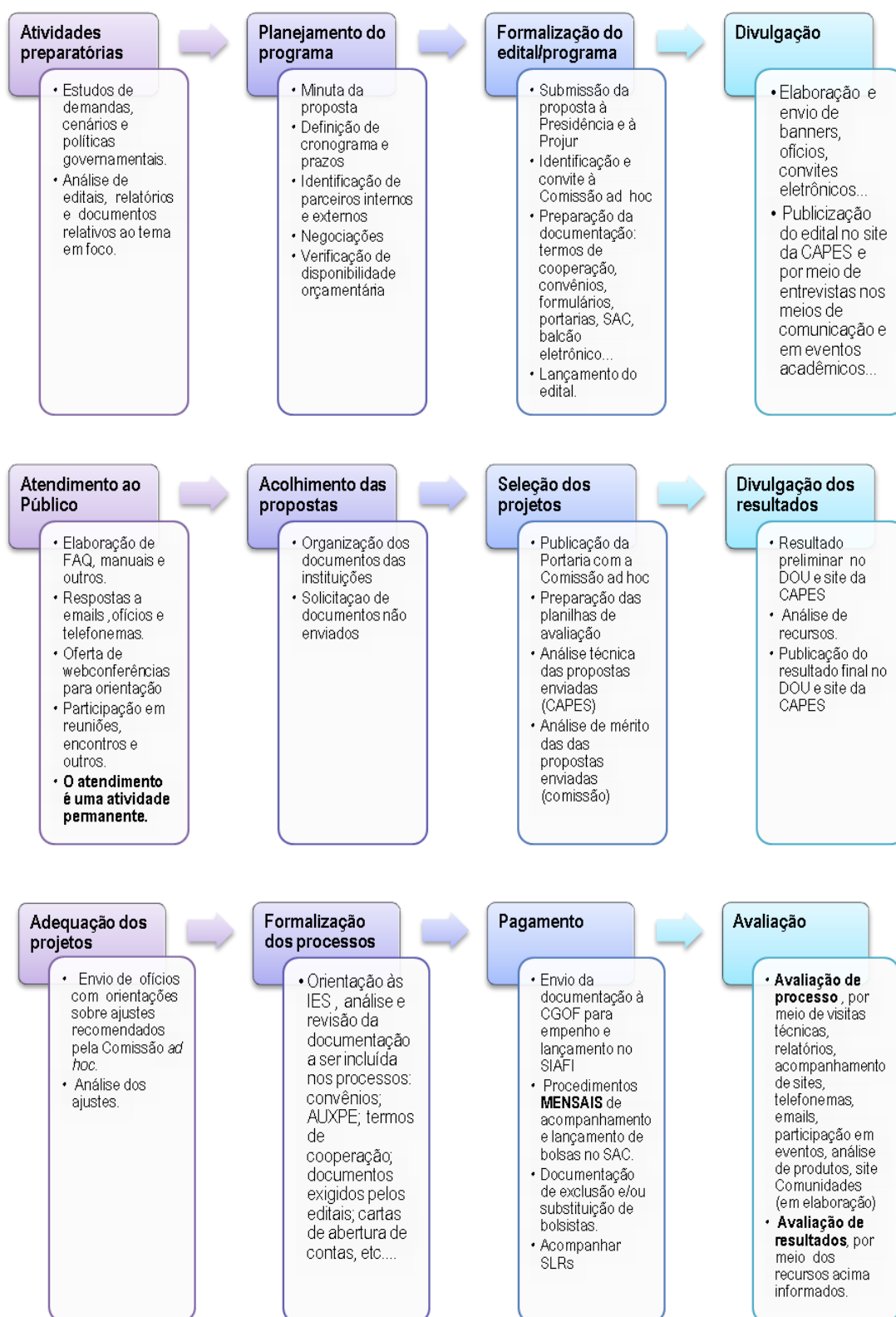


Figura 5 – Macroprocessos operacionais da DEB

Condução dos Macroprocessos ao longo de 2015

No ano de 2015 a DEB continuou empreendendo esforços com o objetivo de aprimorar suas rotinas operacionais. Nessa linha de atuação a questão que merece destaque é o aperfeiçoamento do controle do pagamento de bolsistas.

Dentro dos procedimentos operacionais da Capes, sempre que é solicitado o pagamento de alguma mensalidade de bolsa nos sistemas, uma rotina de procedimentos deve ser rodada, conforme descrita a seguir:

- 1) Comparação dos arquivos de solicitação de pagamento internamente (bolsas de programas da Capes) e externamente (bolsas pagas por outras agências de fomento). Esse procedimento tem como finalidade impedir que em um mesmo mês o bolsista receba bolsas em duplicidade de diferentes programas sem que essas sejam autorizadas;
- 2) Não se detectando duplicidades para um mesmo CPF no mês, a solicitação de pagamento é encaminhada para pagamento; e
- 3) Quando ocorrem duplicidades, a área técnica é comunicada e deve verificar se o acúmulo é permitido ou não. Não sendo, a solicitação de pagamento é excluída do sistema. Quando o acúmulo é permitido, a área técnica deve preencher uma aba no sistema, autorizando e justificando o pagamento.

A troca de arquivos de solicitações de pagamento entre os diversos órgãos de fomento de bolsas é uma prática corriqueira e que vem dando bons resultados para evitar pagamentos indevidos. No entanto, na versão final do Relatório de Auditoria 201503635 da CGU, disponibilizada em junho de 2015, que trata acerca das contas da CAPES no exercício de 2014, recomendou:

1)A implementação de procedimentos estruturados de verificação entre os bancos de dados da CAPES e do FNDE a fim de se evitar a acumulação de bolsas por parte dos bolsistas da CAPES; e

2) Adoção de medidas para reaver os valores pagos indevidamente aos 7.487 bolsistas pela acumulação de bolsas da CAPES com as do CNPq e do FNDE, em infringência aos normativos vigentes, garantindo o contraditório e ampla defesa dos bolsistas. Grande parte dos 7.487 bolsistas que receberam bolsas indevidamente na Capes são bolsistas da DEB, e participavam dos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais. Juntos totalizaram 4.102 casos que deveriam ser apurados pela Diretoria.

Os procedimentos implementados visando apurar e coibir o acúmulo de bolsas pagas pela Capes e pelo FNDE implementados são descritos a seguir:

- 1) A partir do mês de setembro de 2015 o FNDE e a Capes iniciaram um processo de troca de informações referente ao pagamento das bolsas pagas por cada agência. Como a Capes gera a folha de pagamento de bolsas antes do FNDE, a relação de pagamentos solicitados é

enviada ao FNDE para que esses dados sejam cruzados com as solicitações de pagamento de bolsas geradas pelo FNDE. Sendo detectados acúmulos, as solicitações de bolsas que aparecem nas duas folhas de pagamento são suspensas e uma relação de bolsas duplicadas é enviada à Capes para que verifique essas situações;

- 2) A ideia inicial era que esse procedimento fosse realizado para todos os programas da Capes e do FNDE, coibindo todos os acúmulos indevidos de bolsas. No entanto, o FNDE alegou que a vedação de acúmulo de bolsas estava previsto nos normativos da Capes e não do FNDE. Em função dessa colocação, o FNDE passou a impedir apenas os acúmulos vedados pela Lei 11.273/2006, que ampara os Programas Parfor e UAB. As demais vedações, como estão previstas em regulamentos dos Programas da Capes, não foram observadas pelo FNDE. A alegação apresentada pela equipe é que após consulta à Procuradoria Jurídica do FNDE, essa interpretou que Portarias internas não dariam o amparo legal para a suspensão das bolsas;
- 3) Em face dessa situação, coube à Capes fazer a cobrança de todos os bolsistas que haviam recebido bolsas indevidamente, uma vez que o impedimento constava apenas em seus normativos;
- 4) Todos os bolsistas que haviam recebido indevidamente bolsas Capes foram comunicados e a eles foi dado o direito ao contraditório e a ampla defesa;
- 5) Conforme são recebidas as defesas dos bolsistas citados, essas são apreciadas. Quando acatada a defesa, o bolsista é comunicado da decisão e sua situação é regularizada. No caso contrário, o bolsista é orientado a devolver os recursos recebidos indevidamente com juros e correção monetária;
- 6) Aos bolsistas foi ofertada a possibilidade de escolher a bolsa que iriam devolver (Capes ou FNDE). A opção natural é a devolução da bolsa de menor valor. Não importa o valor da bolsa a ser devolvido, mas que houvesse a devolução para por um fim na situação irregular; e
- 7) Em uma situação extrema, quando o bolsista se recusa a ressarcir aos cofres públicos os valores recebidos indevidamente, é formado um processo que será encaminhado à Auditoria interna na Capes, que fará a tomada de contas especial. Até o momento não houve necessidade de utilizarmos esse recurso extremo.

A situação descrita exemplifica uma situação em que os procedimentos operacionais internos estão corretos. No entanto, quando esses procedimentos são aplicados externamente, dependemos da cooperação de outros órgãos. Com o intuito de evitar novas situações de acúmulos indevidos, algumas medidas estão sendo implementadas:

- 1) Em caso de detecção de duplicidade de bolsas com o FNDE, a Capes suspende a bolsa e analisa a duplicidade do acúmulo. Esse procedimento é feito com um retardo de um mês, tendo em vista que a solicitação de pagamento do FNDE é feita posteriormente a da Capes.
- 2) Reformulação do Termo de Compromisso assinado pelo bolsista no momento em que ele torna-se beneficiário da bolsa. No documento deve constar de forma explícita em que programas não é admitido o acúmulo e alertando aos bolsistas sobre os problemas do acúmulo indevido.
- 3) Comunicado aos Coordenadores das IES informando que devem observar as vedações de acúmulos de bolsas presentes nos regulamentos dos programas com o intuito de evitar problemas futuros aos bolsistas.

Uma síntese da situação dos casos de acúmulo indevido apontados pela CGU é apresentada na Tabela 5.

Tabela 5. Síntese dos Acúmulos indevidos apontados pela CGU

Programa DEB	Nº de bolsistas com possibilidade de acúmulo indevido de bolsa (mapeamento CGU)	Nº de bolsistas comunicados	Nº de bolsistas que já ressarciram as bolsas devolvidas indevidamente até a presente data
Pibid	3.169	3.169	234
Parfor	539	539	0
Obeduc	275	275	45
Projetos Especiais	119	119	04
Total	4.102	4.102	283

Principais parceiros

Externamente, a DEB articula-se com órgãos e associações de classe que desenvolvam políticas, programas e avaliação da formação e valorização da carreira docente, dentre eles a Secretaria de Educação Básica/MEC, o Conselho Nacional de Educação - CNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed e a União de Dirigentes Municipais de Educação - Undime.

Com as Fundações de Amparo à Pesquisa – FAP, órgãos estaduais, ainda como projetos-piloto, foram firmadas parcerias para o desenvolvimento de projetos e programas voltados à educação básica no âmbito dos estados.

Considerando a especificidade dos programas da Diretoria, os principais parceiros são as Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente os cursos de licenciatura, que executam na ponta os cursos de formação e projetos de valorização de professores. No segmento da pesquisa científica, os programas de pós-graduação e os pesquisadores dessas IES são esses elos operacionais. Sem o corpo docente dessas IES essa imensa engrenagem não existiria.

Outras importantes parcerias são firmadas com Instituições privadas sem fins lucrativos, como o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), que organiza as Olimpíadas Brasileiras de Matemática (OBEMEP), e com a Sociedade Brasileira de Química (SBQ), que organiza as Olimpíadas Brasileiras de Química.

Internamente, a DEB articula-se com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e

continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores. Compreendendo a educação básica como parte do Sistema Nacional de Educação, conforme reconhece o Plano Nacional da Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG), são feitas articulações e diálogos com o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e com o Conselho Consultivo da Capes. Visando fomentar projetos e programas voltados à Educação Básica são estabelecidas parcerias com as Diretorias de Educação a Distância – DED, a Diretoria de Programas e Bolsas – DPB, a Diretoria de Relações Internacionais – DRI e a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI.

A parceria DEB/DED permite a qualificação de um maior número de professores sem formação adequada. Nas localidades que não são assistidas por turmas do Parfor presencial, o ensino a distância pode suprir essa carência. Outro segmento que merece destaque são os mestrados profissionais nas áreas de Matemática, Física, Letras e Biologia, atualmente fomentados pela DED.

Diretoria de Educação a Distância

A Lei nº 11.502, de 2007, e o Decreto nº 6.755, de 2009, atribuíram a CAPES, no âmbito do MEC, a nova missão de induzir, fomentar e coordenar ações focadas na formação inicial e continuada e na valorização dos professores da educação básica pública. Reconhecida, nacional e internacionalmente, por seu papel na expansão e consolidação do Sistema Nacional de Pós Graduação (SNPG), a CAPES retoma, assim, o ideal de Anísio Teixeira de um compromisso efetivo do ensino superior e da pós-graduação brasileiros com a formação de profissionais da educação e de uma visão sistêmica de educação.

Dentro desse contexto, a Diretoria de Educação a Distância - DED é responsável na CAPES pela operacionalização das ações de articulação, aprovação, implantação, coordenação, fomento e monitoramento dos programas e cursos gratuitos de nível superior na modalidade de Educação a Distância (EaD) ministrados pelas IES integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. As atividades presenciais exigidas são realizadas em polos de apoio presencial mantidos em regime de colaboração por unidades federativas.

A DED/CAPES passou por uma mudança de gestão no período 2011-2012, que veio introduzir uma linha de ação de continuidade dos programas, mas com um direcionamento marcante quanto à identidade e visão da DED sobre o Sistema UAB e a relevância da modalidade de Educação a Distância (EaD) no País. Uma abordagem especial refere-se às prioridades na formação de professores em exercício e de futuros docentes da educação básica, de profissionais para a gestão pública e a ampliação do acesso à educação superior gratuita e de qualidade, contribuindo para a

redução das desigualdades no País, com ênfase no desenvolvimento sustentável e nas vocações regionais.

Desse modo, a DED fomenta cursos de aperfeiçoamento, bacharelado, especialização, extensão, formação pedagógica, licenciatura, mestrados profissionais, sequencial e tecnólogo ofertados por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Os cursos são ofertados para públicos diversos, observado o disposto pelo Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto nº 5.800/2006:

I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

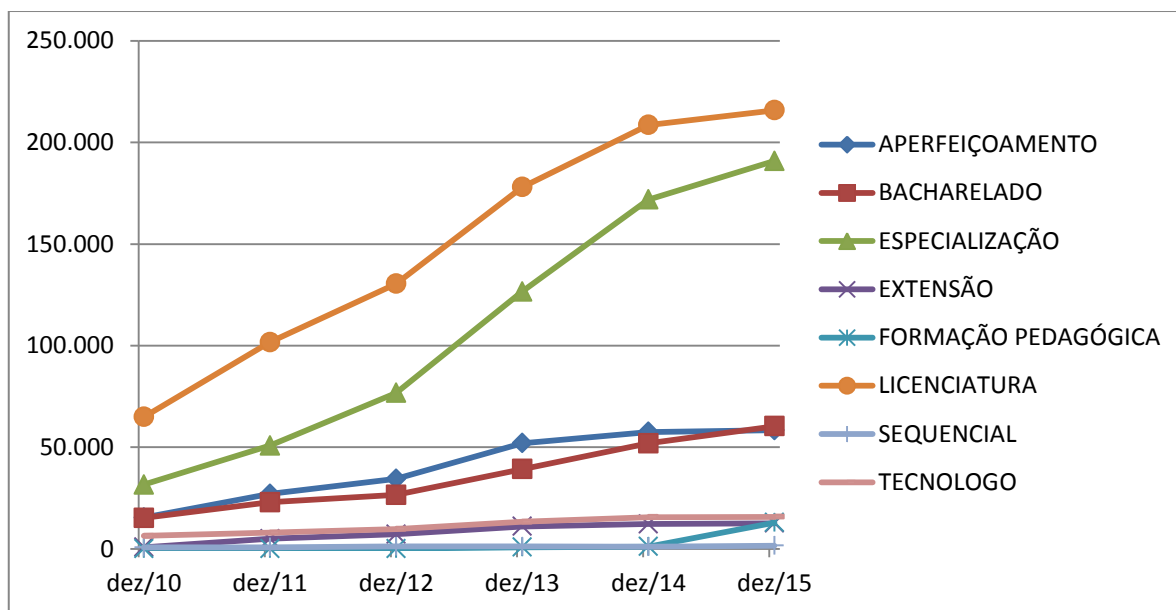
A publicação do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, reforçou essa disposição.

Assim, a quase totalidade da oferta pública de programas e cursos superiores a distância é operacionalizada pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. E, em uma visão de EaD, mediada por novas tecnologias educacionais, tecnologia da informação e comunicação, os objetivos do Sistema UAB convergem, juntamente com outras ações do Ministério da Educação (MEC), para o atingimento das metas 12, 13, 14 e 16 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE).

O Sistema UAB, portanto, congrega 104 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que oferecem atualmente 596 cursos de graduação e especialização em 650 polos distribuídos em todas as Unidades da Federação, atendendo prioritariamente profissionais da educação básica (em exercício em escolas públicas ou oriundos da demanda social).

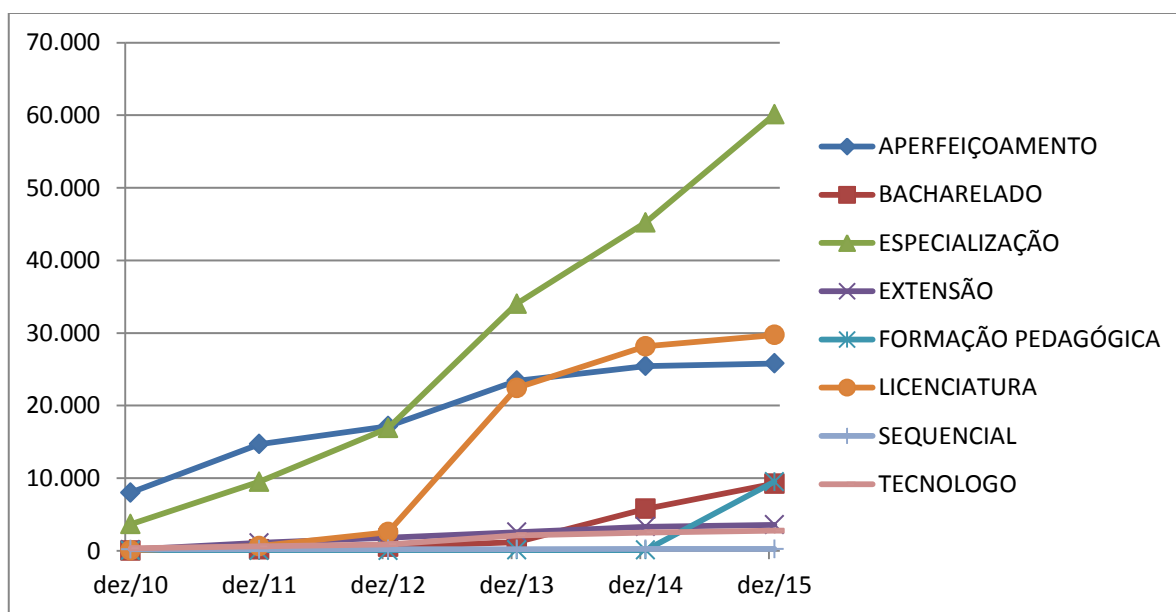
Assim sendo, as tabelas a seguir apresentam os resultados da execução física das ações planejadas para o exercício, demonstrando a seguir a evolução do quantitativo acumulado de alunos por situação no Sistema UAB em 2015.

Gráfico 1 Evolução da Quantidade de Estudantes Ingressantes



Fonte: SISREL/CAPES.

Gráfico 2 Evolução da Quantidade de Estudantes Formados



Fonte: SISREL/CAPES.

Desse modo, e como principais resultados relacionados ao ambiente de gestão, ressalte-se que 80.240 vagas já aprovadas em chamadas anteriores, incluindo o Edital nº 75/2014/CAPES, publicado em 19 de dezembro de 2014, cujo objetivo foi selecionar propostas de oferta de 250 mil novas vagas em cursos superiores na modalidade a distância, poderão ser preenchidas em 2016 pelas IES integrantes do Sistema UAB.

Entende-se ainda como resultado relacionado ao ambiente de negócio o Edital DED nº 03/2015 – Fomento à inovação para o desenvolvimento e aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação em Educação, na dependência da confirmação do Orçamento 2016 para apoiar 45 projetos das IPES. O referido edital contou com 218 projetos submetidos por 42 IES, cujas linhas de financiamento previstas foram Inovação Tecnológica, Inovação Pedagógica e Inovação da Gestão Educacional.

Os resultados DED/UAB/CAPES, em relação ao número de IPES integrantes, quantidade de estudantes matriculados e formados nos anos de 2011 a 2015, são apresentados abaixo, tendo como referência os dados a partir do final de 2010.

Tabela 8 - Evolução do Número de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) integrantes do Sistema UAB.

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº IPES	92	101	103	104	104	104

Fonte: DED/CAPES

Monitoramento dos Polos UAB

O monitoramento dos polos UAB é o procedimento instituído pela DED/CAPES para, mediante visitas in loco, coletar e registrar informações cadastrais básicas de forma a definir se o polo dispõe das condições exigidas para o apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino-aprendizagem dos cursos e programas ofertados na modalidade de educação a distância (EaD) por IPES integrantes do Sistema UAB.

Os objetivos do monitoramento dos polos do Sistema UAB são, a partir do regime de colaboração (Art. 211 CF/88) com os estados e municípios, prover a melhoria da infraestrutura, e estabelecer a melhor distribuição regional bem como classificação padronizada (Apto - AA, Apto com pendências - AP, NA - Não apto e FR - Em fase de regularização).

E como parte dos resultados relacionados ao ambiente de gestão, faz-se um processo de monitoramento de polos permanentemente (vide Tabela a seguir), tendo sido determinado que os polos UAB serão submetidos a, pelo menos, uma visita de monitoramento in loco a cada quatro anos, além das visitas previstas para integrá-los ao Sistema UAB. Em 2014 foi realizado um piloto com 30 polos desse grupo. O que não impede que os polos sejam submetidos a outras visitas, em caso de denúncia, ou outro fato superveniente. A tabela a seguir mostra a evolução da classificação dos polos que integram o Sistema UAB ao longo do processo de monitoramento iniciado em setembro de 2011.

Tabela 9: Visitas in loco de monitoramento

Ano	Qtde. Visitas
2011	312
2012	535
2013	436
2014	203
2015	102
Total	1.588

Fonte: DED/CAPES.

Outra ação estratégica conduzida pela DED em relação aos polos, como parte dos principais resultados relacionados ao ambiente de gestão, tem como foco a disponibilização de recursos tecnológicos para os alunos atendidos pelo Sistema UAB. Com uma visão de EaD mediada por tecnologia da informação e comunicação, entende-se que o polo deve dispor de infraestrutura tecnológica capaz de suportar as demandas por este tipo de recurso com vistas ao atendimento das necessidades dos alunos. Com este propósito, a CAPES/DED, com recursos próprios, aderiu às Atas de Registro de Preços nº 73 e 75/2012 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para aquisição de 460 laboratórios de informática, entregues e montados de 2013 a 2015.

Ainda entendem-se como resultados relacionados ao ambiente de gestão os estudos iniciados em 2015 pela Coordenação-Geral de Programas e Cursos (CGCP/DED) no que diz respeito à evasão de alunos e ao acompanhamento dos egressos. Entende-se também a participação da Coordenação-Geral de Inovação em Ensino de Inovação a Distância (CGIE/DED) no acompanhamento de grupos de trabalho de EaD junto à Rede Nacional de Ensino à Pesquisa (RNP), cujos temas foram Experimentação Remota e Jogos Educacionais.

Desse modo, a DED promove a prospecção tecnológica, processo constante com diversas frentes, traduzindo-se em, por exemplo, visitas e acompanhamento às IPES, participação em eventos científicos, fomento à novos editais tecnológicos e produção de objetos de aprendizagem para o ensino superior.

Fomento e Acompanhamento de Recursos Repassados

O financiamento às IPES ocorre na forma de fomento (estímulo para promover o desenvolvimento), e são classificados em duas modalidades: I Bolsa: para Coordenadores, Professores e Tutores; II Custeio/Capital: para atender elementos de despesas necessários à criação, ao desenvolvimento e manutenção de cursos. Os quadros e gráficos dão noção da expansão desses

financiamentos entre 2006 e 2015. Nesse período foram investidos, na modalidade a distância, R\$ 3.612.878.021,00 (três bilhões, seiscentos e doze milhões, oitocentos e setenta e oito mil e vinte e um reais) na formação de professores.

Desse modo, como resultado da execução financeira das ações planejadas para o exercício, informamos que o Orçamento Global da DED solicitado na Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2015 totalizava o montante de R\$ 596.365.234,00, tendo recebido redução posterior no valor de R\$ 179.115.238,00.

Ressalte-se que as Diretorias, de Educação a Distância e de Formação de Professores para a Educação Básica, compartilham as mesmas ações orçamentárias (00O0 e 20RJ).

Sendo que, após o repasse de recursos, a DED realiza ações, tais visitas técnicas e análise frequente dos sistemas de gestão, a fim de acompanhar a execução dos recursos. Após a celebração de convênios e a realização das descentralizações, as IES são classificadas de acordo com a Lei de Pareto 80/20, em função do volume de recursos recebidos. Em 2015, no entanto, devido ao contingenciamento de recursos, não foram realizadas visitas de acompanhamento.

Tabela 10 Dotação Orçamentária DED 2015

Item Fomento	Dotação Inicial PLOA 2015	Dotação Autorizada	Contingen- ciamento	Dotação Disponível	Execução	Percentual Global de Execução
Bolsas	446.114.234,00	446.114.234,00	58.768.259,00	387.345.975,00	378.775.150,78	
Custeio/Capital	150.251.000,00	150.251.000,00	120.346.979,00	29.904.021,00	27.527.032,06	
Total	596.365.234,00	596.365.234,00	179.115.238,00	417.249.996,00	406.302.182,84	97,38%

Fonte: SIAFI

HISTÓRICO DE PAGAMENTO DE BOLSAS DED 2006 - 2015			
Programa	Ano Referência	Quantidade de Bolsas	Valor
UAB	2006	55	R\$ 12.000,00
UAB	2007	10.199	R\$ 8.757.700,00
UAB	2008	81.306	R\$ 63.388.200,00
UAB	2009	160.958	R\$ 126.646.600,00
UAB	2010	225.410	R\$ 203.164.975,00
EAD-MOÇAMBIQUE	2011	87	R\$ 92.365,00
UAB		286.345	R\$ 321.049.115,00
PROFBIO		46	R\$ 55.200,00
PROFMAT		9.844	R\$ 11.664.000,00
TOTAL 2011		296.322	R\$ 332.860.680
EAD-MOÇAMBIQUE	2012	167	R\$ 181.990,00
PRO-LIC		34.263	R\$ 14.131.330,00
UAB		270.115	R\$ 251.506.500,00
PROFBIO		430	R\$ 546.300,00
PROFMAT		23.564	R\$ 29.761.800,00
TOTAL 2012		328.539	R\$ 296.127.920
EAD-MOÇAMBIQUE	2013	224	R\$ 233.085,00
PROFÍSICA		1.307	R\$ 1.759.500,00
PRO-LIC		6.026	R\$ 3.998.515,00
SECADI		7.794	R\$ 7.345.090,00
UAB		271.862	R\$ 255.010.045,00
PROFBIO		749	R\$ 1.066.350,00
PROFLETRAS		4.201	R\$ 5.902.500,00
PROFMAT		26.893	R\$ 38.403.300,00
TOTAL 2013		319.056	R\$ 313.718.385
EAD-MOÇAMBIQUE	2014	476	R\$ 493.090,00
PROFARTES		815	R\$ 1.222.500,00
PROFBIO		420	R\$ 630.000,00
PROFHISTORIA		630	R\$ 945.000,00
PROFÍSICA		4.261	R\$ 6.352.500,00
PROFLETRAS		9.280	R\$ 13.920.000,00
PROFMAT		22.562	R\$ 33.429.300,00
SECADI		5.580	R\$ 5.355.085,00
UAB		293.977	R\$ 276.359.150,00
TOTAL 2014		338.001	R\$ 338.706.625
EAD-MOÇAMBIQUE	2015	162	R\$ 174.055
PROFARTES		1.919	R\$ 2.878.500
PROFBIO		69	R\$ 103.500
PROFHISTORIA		1.464	R\$ 2.196.000
PROFÍSICA		6.160	R\$ 9.240.000
PROFLETRAS		14.401	R\$ 21.601.500
PROFMAT		19.946	R\$ 29.919.000
SECADI		2.505	R\$ 2.368.535
UAB		284.451	R\$ 269.397.885
TOTAL GERAL		1.759.846	R\$ 1.683.383.085,00

Tabela 11 - Histórico de pagamentos de bolsas DED 2006-2015

Tabela 12 Evolução da Dotação Orçamentária UAB/DED 2006 - 2015

CUSTEIO - PERÍODO 2006/2014				
ANO	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	EXECUTADO
2006	176.000.000	5.983.363	181.988.363	156.057.628
2007	80.550.000	18.950.000	99.500.000	98.326.200
2008	158.535.989	15.000.000	173.535.989	155.301.343
2009	185.303.753	30.000.000	215.303.753	206.141.274
2010	252.531.200	30.000.000	282.531.200	196.403.453
Matriz 2010	96.745.415	0	96.745.415	89.346.443
2011	253.525.479	5.000.000	258.525.479	222.331.911
Matriz 2011	59.683.817	0	59.683.817	29.782.740
2012	169.176.262	5.000.000	174.176.262	162.527.173
2013	128.503.627,7 0	2.396.927,60	130.900.555,3 0	130.900.555,30
2014	150.251.000	0	150.251.000	150.251.000
2015	29.904.021	0	29.904.021	27.527.032
Total	1.740.710.564	109.933.363	1.541.990.278	1.624.896.752

Fonte: DED/CAPES.

A DED iniciou, portanto, como parte de sua estratégia de desempenho operacional, desde 2011, um trabalho objetivando apresentar melhores resultados na utilização dos recursos financeiros bem como alcançar maior número de alunos nas IES com a aplicação de menor volume de recursos financeiros de fomento. Em 2014, após apresentação na ANDIFES, esse trabalho, realizado com a participação das IES e com a representação do FORPLAD, foi concluído, dando origem assim à Matriz de Fomento para a UAB. Desse modo, o custo operacional por aluno obtido a partir desse estudo passou a ser utilizado nos fomentos aos cursos UAB.

O ano de 2011 foi atípico por motivos de mudanças nos cargos de direção da DED. A nova gestão nomeada fez um balanço do percurso já percorrido pelo Sistema UAB e iniciou a introdução de modelo de gestão, compatível com a era do conhecimento, para enquadrar-se ao modelo de eficiência CAPES. Assim, o controle do processo operacional e o de gestão foram alcançados, por intermédio da utilização da tecnologia e desenvolvimento de sistemas de suporte ao trabalho (desenvolvimento, execução, acompanhamento, revisão e ajustes necessários ao processo).

O referido trabalho foi desenvolvido em sincronismo entre as coordenações da DED e o apoio da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI/CAPES) e demais diretorias de relacionamento, e o necessário envolvimento da IPES na construção de um modelo de gestão por responsabilidade e compartilhada. Atualmente, está em fase conclusiva a integração do Sistema de Gestão UAB – SISUAB com o Sistema de Pagamento de Bolsas - SGB

No entanto, diante dos fatores intervenientes no desempenho orçamentário, esclarecemos que a UAB, em 2015, poderia estar com mais de 300 mil alunos ativos. Entretanto, a redução dos recursos em 2014 e o forte contingenciamento orçamentário ocorrido em 2015 não permitiram que houvesse expansão do alunado em 2014 e 2015. Esse fato levou a DED a se reestruturar, de modo a manter os cursos ativos em funcionamento, não permitindo ingresso de novos alunos, além de ser cautelosa no que diz respeito a não causar prejuízos aos alunos em atividade nem tampouco causar desconforto junto às IES participantes do Sistema UAB, provocado pela brusca redução no fomento de custeio fornecido anualmente pela CAPES.

Para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior, por intermédio do fomento pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) de cursos de licenciatura, bacharelado e mestrados profissionais, a DED – diante do contingenciamento de recursos apresentado em 2015 pelo Governo Federal – optou por empreender maior corte no que diz respeito a custeio/capital, mantendo assim quantidade ponderável de bolsas previstas para o Sistema UAB, de modo a permitir a manutenção do funcionamento dos cursos em andamento.

Neste sentido, a execução orçamentária global da DED foi de 97,38 % em 2015.

Acompanhamento de Recursos Repassados

Quanto aos indicadores utilizados pela DED para monitorar e avaliar a gestão dos recursos disponibilizados ao Sistema UAB, esta Diretoria utiliza as informações disponíveis nos seguintes bancos de dados: SisUAB – Plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil, o SGB – Sistema de Gestão de Bolsas da Capes (número de alunos matriculados por bolsa, o SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, bem como o SIMEC.

Ademais aos indicadores financeiros, destacamos as seguintes informações disponíveis como indicadores no SIMEC:

- 305: quantidade de IES participantes do Sistema UAB
- 1423: quantidade de alunos concluintes no Sistema UAB por polo
- 1501: quantidade de docentes ingressantes no Sistema UAB por polo
- 1503: quantidade de docentes concluintes no Sistema UAB por polo

- 1510: matrículas Ativas em Mestrados Profissionais para Professores no Sistema UAB
- 1531: quantidade de polos integrantes do Sistema UAB por situação
- 1895: concluintes em Mestrado Profissional para Professores no Sistema UAB
- 3198: Matrículas Ativas no Sistema UAB por Tipo de Curso

Além dos indicadores mencionados, novas estratégias de monitoramento e avaliação estão em discussão junto ao Fórum Nacional de Coordenadores do Sistema UAB.

Os macroprocessos finalísticos no âmbito da DED estão sumarizados no **ANEXO III**.

Diretoria de Programas e Bolsas no País

Os macroprocessos finalísticos da Diretoria de Programas e Bolsas no País estão detalhados no **ANEXO IV**.

Diretoria de Relações Internacionais

Os macroprocessos finalísticos da Diretoria de Relações Internacionais estão detalhados no **ANEXO V**.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

4.1 Planejamento Organizacional

Por se tratar de uma Fundação ligada ao Ministério da Educação, naturalmente, as atividades da CAPES estão intrinsicamente vinculadas ao Plano Nacional de Educação (PNE). Particularmente referente ao PNE 2014-2024 (Lei 13.005 de 25 de julho de 2014), cabe à CAPES contribuir especialmente com as metas 13, 14, 15, 16 e 17 transcritas abaixo:

“Meta 13: *eleva a qualidade da educação superior e amplia a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.*

Meta 14: *eleva gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.*

Meta 15: *garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.*

Meta 16: *formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.*

Meta 17: *valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.”*

Além do PNE, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) é um documento norteador das ações institucionais. O PNPG, elaborado desde 1975 (pela CAPES desde sua segunda edição) tem como objetivo definir as diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas e ações da pós-graduação e pesquisa no Brasil. Somados à Política Nacional de Formação de Professores¹, esses documentos formam a base normativa estratégica para a definição das ações institucionais da CAPES.

¹ Citado no item 3.4

4.1.2 Descrição sintética dos objetivos do exercício

No ano de 2015, a CAPES continuou a expandir suas ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, contribuindo assim para prover ao país quadros de alto nível técnico científico, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação. Além disso, manteve a impactante atuação em sua nova missão de contribuir para a formação inicial e continuada de docentes para a educação básica.

No referido período, as atividades pertinentes à Avaliação tiveram como objetivo: manter a avaliação das novas propostas de cursos, discutir os parâmetros na próxima periódica (antiga Trienal), incrementar a adoção de parâmetros adequados à comparação com programas internacionais considerados de referência – e para isso também aumentar a participação de avaliadores estrangeiros nos comitês de avaliação - e incentivar que a avaliação das propostas de novos programas de natureza aplicada estabeleçam e mantenham de parcerias com o setor extra acadêmico, contemplando assim a geração de tecnologia e de recursos humanos qualificados voltados para os setores empresariais de serviços e das esferas governamentais.

No que tange os programas de fomento, além do objetivo estratégico de sustentação das ações mais tradicionais, como por exemplo, a manutenção do Portal de Periódicos e do Programa Demanda Social, tiveram destaque a ampliação à indução de programas de pós-graduação em áreas estratégicas de interesse nacional e regional, e, a promoção do aumento da integração entre universidades, governo e empresas, por meio da construção de redes de produção de conhecimento, baseadas na interdisciplinaridade, com políticas indutoras para a pesquisa em tecnologias sociais e vinculadas à preocupação indutoras para a pesquisa em tecnologias sociais e vinculadas à preocupação com a sustentabilidade.

Na área internacional, as principais metas foram a celebração de novas parcerias e convênios, o aumento do número de envio de estudantes ao exterior, o aumento do número de alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros no país; e o aumento do número de publicações em parceria com instituições estrangeiras.

Para a Educação Básica, estava prevista a ampliação dos editais destinados à pesquisa em educação básica - nos moldes dos programas em andamento, como o Observatório da Educação – a ampliação dos editais destinados à valorização e formação dos profissionais bem como a ampliação dos editais destinados à valorização e formação dos profissionais do magistério da educação básica, como



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PRODOCÊNCIA e PIBID. Além da ampliação da interação dos programas de pós-graduação e da Universidade Aberta do Brasil e a ampliação da interlocução com os sistemas estaduais e municipais de ensino.

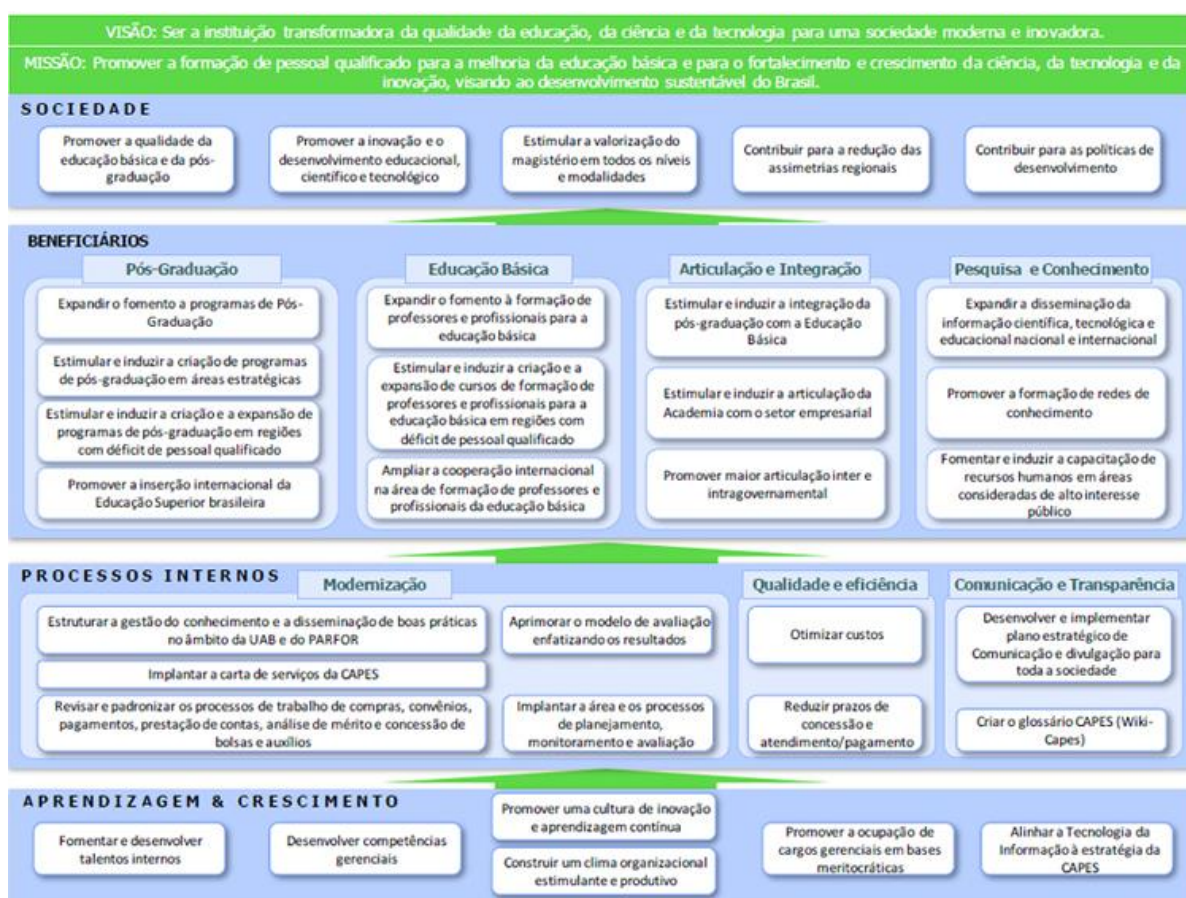
4.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico

No dia 13 de julho de 2010, a CAPES iniciou o processo de elaboração do planejamento estratégico, envolvendo todos os seus servidores em um amplo debate e reflexão sobre o papel da instituição. O processo de implantação da Gestão para Resultados iniciou-se com ações voltadas à definição da agenda estratégica, à revisão de processos e ao dimensionamento da força de trabalho. Os trabalhos realizados em grupos tiveram várias etapas e o resultado da primeira fase do trabalho foi finalizado e aprovado pela Presidência da CAPES em julho de 2011. Após essa data, muitas ações foram realizadas orientadas pela Agenda Estratégica (documento resultante do Planejamento que contém as ações), no entanto, a mudança na estrutura organizacional, em 2012, as demandas emergenciais e a alteração do cenário político e econômico do país, prejudicaram a implantação das ações, pois alteraram muitas metas e as vinculações setoriais e assim, dificultaram a execução das atividades, a monitoria e o acompanhamento. Em tempo, destaca-se que para os próximos anos, a atualização e adequação do Planejamento Estratégico às novas realidades está prevista.

4.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento está alinhado com a missão institucional e negócio da unidade, tendo em vista que o Mapa Estratégico (transcrito abaixo) foi feito com base na missão da CAPES.

Figura 6 - Mapa Estratégico das ações da CAPES



4.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e Resultados dos Planos

As ações da CAPES são executadas, geridas e monitoradas por diversos sistemas que, ou são de uso obrigatório por todos os entes da esfera federal a exemplo o SIAFI, ou foram desenvolvidos a fim de atender às finalidades de suas Diretorias. Neste segundo grupo, na esfera da gestão do conhecimento, tem-se a intranet, a gestão e o portal da CAPES, de uso interno os dois primeiros e externo o último, que agrupam a maior parte das informações qualitativas acerca da Fundação e contém atalhos para diversos outros sistemas.

No que tange a gestão e pagamento de bolsas auxílios, destacam-se: o Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA), o Sistema de Acompanhamento e Concessões (SAC), o Sistema de Acompanhamento e Demanda (SAD), Sistema de Gestão de Bolsa (SGB).

Como sistemas de coleta e integradores de informação evidenciam-se a Plataforma Freire, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (SISUAB) e a Plataforma Sucupira. Esses sistema possuem suas especificidades e atendem Diretorias e públicos diferentes, mas têm como objetivo comum manter bases de dados com informações detalhas de seus respectivos nichos.

A Plataforma Paulo Freire é um sistema eletrônico com a finalidade de concretizar o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. O sistema possui um vasto banco de dados que é alimentado pelas instituições e pelos docentes da Educação Básica. Para exemplificar, as Instituições de Educação Superior dispõem no sistema os cursos que podem ofertar e os docentes escolhem aquela opção que melhor atenda suas necessidades pessoais e profissionais visando o aprimoramento, a qualificação e valorização dos professores.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil é semelhante, e atende a Diretoria de Educação a Distância (DED), assim sendo, é um sistema que visa a integração, expansão e interiorização de oferta de cursos e programas de educação à distância no país. Além disso, o sistema apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologia de comunicação. Deste modo, o principal objetivo do sistema é sistematizar as informações referentes às instituições integrantes da UAB.

Já a Plataforma Sucupira subsidia as demandas do Sistema Nacional de Pós-Graduação -SNPG. Por meio dela que os programas de pós-graduação inserem as informações sobre os programas, docentes e discentes. O papel da CAPES é de gerenciar o sistema, bem como divulgar indicadores do SNPG com o intuito de dar maior transparência, celeridade e confiabilidade dos dados à sociedade brasileira.

A fim de ampliar a transparência, as informações mais relevantes dos diversos sistemas da Fundação são disponibilizadas por um ambiente específico de divulgação, o Sistema de Disseminação de Informações (SDI). O SDI, que engloba também o sistema de informações georreferenciadas (GeoCapes), tem como objetivo dar publicidade aos dados de gestão da CAPES e divulgar para toda a sociedade brasileira as suas ações e investimentos (<http://sdi.capes.gov.br/>). Por fim, a CAPES também insere seus dados na plataforma de gestão do Ministério da Educação, o SIMEC. Este sistema está inserido em um outro contexto, a função é de facilitar o controle interno e permitir que os gestores do MEC e de seus órgãos acompanhem a execução de seus respectivos planos de ação. É oportuno mencionar que o SIMEC possui um módulo aberto ao público o qual contempla a maioria dos indicadores da CAPES.

4.3 Desempenho Orçamentário

4.3.2 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

Quadro 2 – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0487				Tipo:	Operação Especial	
Título	Concessão de Bolsas de Estudos						
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.						
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.					Código	C
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Código	2032	Tipo:	Programas Temáticos		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
4.345.253.879,00	5.589.364.145,00	6.114.125.870,61	6.032.523.392,24	6.024.252.350,83	9.218.374,76	81.602.478,37	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Bolsa concedida			Unidade	131.226		147.111	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
58.113.382,18	28.245.504,73	14.677.498,40	Bolsa concedida		Unidade	147.111	

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Identificação da Ação						
Código	2317			Tipo:	Atividade	
Título	Acesso à Informação Científica e Tecnológica					
Iniciativa	Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior.					
Objetivo	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.					Código
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Código	2032	Tipo:	Programas Temáticos	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
212.937.377,00	275.937.377,00	337.551.875,58	331.710.255,58	331.710.255,58	0,00	5.841.620,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Acesso realizado		Milhar	105.000		113.100	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.835.646,20	2.835.646,16	0,04	Acesso realizado		Milhar	113.100

Fonte: Tesouro Gerencial e Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB

Obs.: Há divergência em relação à “execução física realizada” quando se compara a presente informação (113.100) com a informação constante no SIOP (102.504). Isso ocorre porque a referida meta não pôde ser totalmente extraída quando foi aberto o prazo para sua inclusão no SIOP.

Quadro 3 – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação								
Código		0000				Tipo	Operação Especial	
Descrição		Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica						
Iniciativa		Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana						
Objetivo		Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.					Código	
Programa		Educação Básica		Código	2030	Tipo	Programas de Operações Especiais	
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015								
Execução Orçamentária e Financeira								
Nº do subtítulo o/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0001	1.045.006.932,00	1.035.261.799,00	1.026.282.307,18	1.026.282.307,18	1.026.282.307,18	0,00	0,00	
Execução Física								
Nº do subtítulo o/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	Bolsa concedida		Unidade	121.749			134.921	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
	165.850,37	165.850,37	0,00	Bolsa concedida		Unidade	19	

Fonte: Tesouro Gerencial, Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB e Diretoria de Educação à Distância - DED

Obs.: Há divergência em relação à “execução física realizada” quando se compara a presente informação (134.921) com a informação constante no SIOP (119.804). Isso ocorre porque a referida meta não pôde ser totalmente extraída quando foi aberto o prazo para sua inclusão no SIOP.

Identificação da Ação							
Código		20GK			Tipo	Atividade	
Descrição		Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa		Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo		Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				Código	
Programa		Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Código	2032	Tipo	Programas Temáticos	
Unidade Orçamentária		26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001	252.513.506,00	176.759.455,00	78.805.557,53	68.937.132,65	68.926.828,65	3.909.227,97	9.868.424,88
	Execução Física						
Nº do subtítulo o/ Localizador	Descrição da meta			Unidade medida de	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Iniciativa apoiada			Unidade	2.850		2.480
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade medida de	Realizada
	77.600.253,51	53.410.578,46	3.085.825,64	Iniciativa apoiada		Unidade	2.480

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC

Identificação da Ação							
Código	20RJ				Tipo	Atividade	
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica						
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana.						
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.					Código	
Programa	Educação Básica	Código	2030	Tipo	Programas Temáticos		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
001	239.225.609,00	191.380.488,00	54.152.144,22	45.056.267,67	43.259.512,71	3.416.938,93	9.095.876,55
Execução Física							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Projeto Apoiado		Unidade	2.244		3.604	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo o/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	74.469.024,30	45.677.533,40	4.672.137,12	Projeto Apoiado	Unidade	1.791	

Fonte: Tesouro Gerencial, Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB e Diretoria de Educação à Distância - DED

Obs.: Há divergência em relação à execução física realizada quando se compara a presente informação (3.604) com a informação constante no SIOP (3.541). Isso ocorre porque a referida meta não pôde ser totalmente extraída quando foi aberto o prazo para sua inclusão no SIOP.

Identificação da Ação							
Código	20RN				Tipo	Atividade	
Descrição	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação						
Iniciativa	Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior						
Objetivo	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.					Código	
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Código	2032	Tipo	Programas Temáticos		
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
000 1	13.330 .660,00	13.330 .660,00	11.262 .893,87	9.720.6 45,55	9.720.64 5,55	0,00	1.542. 248,32
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Avaliação realizada			unidade	12.000		9.322
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	1.059.446,24	323.679,63	10.045,99	Avaliação realizada		unidade	310

Fonte: Tesouro Gerencial e Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação - SIMEC

Quadro 4 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação						
Código	0935			Tipo:	Operação Especial	
Título	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no sistema nacional de pós-graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o rescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.				Código	0803
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Código	2032	Tipo:	Programa Temático	
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
128.186,80	75,32	128.111,48				

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	20RO		Tipo:	Atividade	
Título	CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA				
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos das crianças e adolescente.				
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.			Código	0597
Programa	Educação Básica	Código	2030	Tipo:	Programas Temáticos
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
52.545,00	2.000,00	38.545,00			

Fonte: Tesouro Gerencial

Identificação da Ação					
Código	4019		Tipo:	Atividade	
Título	FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO				
Iniciativa	Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio a pesquisa, a inovação, a manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, a ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados				
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.			Código	0841
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	Código	2032	Tipo:	Programa Temático
Unidade Orçamentária	26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.961.628,72	414.894,07	276.646,69			

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código			Tipo:				
Título							
Iniciativa							
Objetivo			Código:				
Programa			Código:			Tipo:	
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária			() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado

Obs.: Não se aplica.

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Diretoria de Formação de Professores de Educação Básica

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB e a Diretoria de Educação a Distância – DED operam com as Ações 0000 - Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica e 20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica.

Ao longo de 2015, diversos foram os problemas orçamentários enfrentados por estas diretorias. A primeira dificuldade veio com a publicação da LOA – 2015, Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que não previa em seu corpo os recursos orçamentários necessários para a quitação das despesas que seriam executadas para a manutenção e para o lançamento de programas e projetos que fomentam a política de formação de professores, apesar de terem sido solicitados.

Outra questão que deve ser analisada é o forte contingenciamento imposto às diretorias, que afetou principalmente a Ação 20RJ. A análise da execução da Ação 20RJ tem que ser vista em conjunto com a da Ação 0000, uma vez que os recursos orçamentários contingenciados na 20RJ foram utilizados para o pagamento de bolsas na Ação 0000.

Na tabela disponível a seguir é apresentada uma síntese dos recursos orçamentários destinadas às Ações 0000 e 20RJ ao longo do ano de 2015 (janeiro a dezembro 2015).

Tabela 13 – Síntese dos recursos orçamentários destinadas às Ações 0000 e 20RJ ao longo do ano de 2015

Ação	Diretoria	Dotação Inicial (LOA)	Dotação Final (pós acréscimos e reduções)	Executado (Empenhado Restos a Pagar) +	Crédito Disponível = sem limite orçamentário	Dotação Final subtraída de Crédito Disponível que não teve cota orçamentária para ser utilizado	% Execução (Executado/Dotação Inicial)	% Execução (Executado/Dotação Final)	% Execução (Executado/Dotação Final já descontado Crédito Disponível)
20RJ	B DE	88.974.609,00	41.129.488,00	25.059.243,76	16.070.244,24	25.059.243,76	28,16%	60,93%	100,00%
20RJ	D DE	150.251.000,00	150.251.000,00	29.092.900,46	121.158.099,54	29.092.900,46	19,36%	19,36%	100,00%
Total 20RJ		239.225.609,00	191.380.488,00	54.152.144,22	137.228.343,78	54.152.144,22	22,64%	28,30%	100,00%
0000	B DE	598.892.698,00	649.615.824,00	647.507.156,40	2.108.667,60	647.507.156,40	108,12%	99,68%	100,00%
0000	D DE	446.114.234,00	385.645.975,00	378.775.150,78	6.870.824,22	378.775.150,78	84,91%	98,22%	100,00%
Total 0000		1.045.006.932,00	1.035.261.799,00	1.026.282.307,18	8.979.491,82	1.026.282.307,18	98,21%	99,13%	100,00%
Total Geral		1.284.232.541,00	1.226.642.287,00	1.080.434.451,40	146.207.835,60	1.080.434.451,40	84,13%	88,08%	100,00%

Note-se na tabela acima que o montante autorizado (R\$ 239.225.609,00) na Ação 20RJ para as duas diretorias – DEB e DED - sofreu uma forte redução, ficando disponível para execução o montante de R\$ 54.152.144,22, que corresponde a 22,64% do valor publicado na LOA. Esse montante foi executado em sua totalidade, perfazendo uma execução de 100% dos recursos orçamentários disponibilizados.

A redução ocorreu tanto em decorrência do contingenciamento feito na Ação pelo Setor de Planejamento do Ministério da Educação – SPO/MEC no orçamento das Diretorias, como do remanejamento de recursos dessa Ação para a 0000. Tal remanejamento foi necessário porque a Ação 0000 que contempla o pagamento de bolsas também sofreu contingenciamento e, com isso, o saldo restante não era suficiente para atender a folha de pagamento das bolsas. Nesse cenário, a orientação institucional para a DEB foi remanejar parte dos recursos da Ação 20RJ para a 0000, para pagar as bolsas vigentes.

Um ponto que merece ser destacado é a não existência de uma conta contábil para classificar os recursos contingenciados, que serão bloqueados no orçamento e não poderão ser utilizados. Ao final do ano, esses recursos que não foram utilizados por estarem bloqueados e pela não existência de créditos orçamentários, serão recolhidos e nenhum registro do contingenciamento aparecerá nos relatórios do SIAFI. Isso gera uma situação difícil para o gestor público, que muitas vezes será obrigado a justificar baixas execuções orçamentárias sobre as quais não teve nenhuma ingerência. Para resolver este problema deve observada a conta limite de empenho, uma vez que cortes orçamentários e os remanejamentos não são registrados em uma conta específica.

Diretoria de Programas e Bolsas no País

➤ Ação 0487

Não se aplica haja vista que a execução orçamentária da ação foi de 96,4%.

➤ Ação 20GK

O contingenciamento na rubrica de capital impactou a execução orçamentária da Ação 20GK (44%). Como consequência, iniciativas tradicionais da Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB) não puderam ser desenvolvidas em 2015, tais como o apoio à melhoria da infraestrutura de pesquisa dos programas de pós-graduação (PPGs) de 160 instituições de ensino superior (IES) e de pesquisa brasileiras

por meio do Programa Pró-equipamentos, bem como o apoio aos PPGs avaliados com notas 6 e 7, vinculados ao Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

Ação 2317

Não se aplica haja vista que a execução orçamentária da ação foi de 100%.

Diretoria de Relações Internacionais

Alguns aspectos se mostraram como importantes desafios para a condução dos programas de fomento do órgão, a saber: a desvalorização cambial da moeda brasileira frente à maioria das moedas estrangeiras, impactando de forma decisiva a concessão de bolsas e auxílios para o exterior; e a revisão/atualização dos acordos de cooperação científica e tecnológica, memorandos de entendimentos e planos de trabalho firmados com parceiros internacionais para melhor refletir a nova realidade de cooperação educacional entre o Brasil e os demais países (com destaque para Estados Unidos e Europa).

4.3.5 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimen to Devedor	Movimen to Credor	Saldo final do exercício
Fonte:					

Obs.: Não se aplica

4.3.6 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 5 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	37.114.664,16	26.696.316,47	4.130.329,89	6.288.017,80
2013	11.351.262,70	3.046.730,56	2.198.873,24	6.105.658,90
2012	19.259.619,61	3.447.345,83	12.149.451,14	3.662.822,64
2011	8.508.039,21		8.468.891,80	39.147,41
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	1.525.867,03	1.469.676,33	56.190,70	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica:

Os Restos a Pagar somaram R\$ 365.509.455,87 (RP Não Processado Inscrito e Reinscrito + RP Processado Inscrito e Reinscrito). A inscrição foi processada nos termos do Art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Desse montante, R\$ 66.475.064,15 são referentes a empenhos emitidos pela própria CAPES. A diferença refere-se a empenhos emitidos pelas unidades gestoras receptoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização.

Nota-se que o total inscrito teve uma queda acentuada em relação a 2014 (R\$ 703.039.895,38), com isso conclui-se que em 2015 a CAPES não enfrentou grandes dificuldades em pagar os compromissos liquidados.

4.3.7 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 6 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
CNPJ:	00.889.834/0001-08					
UG/GESTÃO:	154003/15279					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	015	014	013	2015	2014	2013
Convênio	6	3	1	45.373.308,19	188.185.076,35	204.129.697,09
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	180	24	07	197.756.818,76	224.366.072,39	321.938.982,02
Termo de Compromisso						
Totais	6	87	88	243.130.126,95	412.551.148,74	526.068.679,11

Fonte 2015: CONSIAFI

Análise Crítica:

Em relação às medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas em situação de inadimplência, esta Fundação encaminhou diligência para todos os beneficiários a fim de obter esclarecimentos, sanar eventuais pendências, cobrar a devolução de valores utilizados em desacordo com os editais de concessão ou solicitar as prestações de contas, buscando exaurir todas as providências administrativas cabíveis para regularização das prestações de contas, antes da instauração de Tomadas de Contas Especiais, conforme prevê o art. 76, parágrafo segundo da Portaria Interministerial nº 507/2011.

Houve oscilações na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios aproximadamente na mesma proporção do crescimento do orçamento da CAPES.

Tendo em vista que a aprovação dos processos é condicionada às análises técnica e financeira, bem como à emissão de pareceres e respostas de diligências (quando for o caso), o andamento das análises dentro dos prazos regulamentares fica prejudicado pela falta de capacidade operacional para análise e emissão de pareceres técnicos, o que compromete tanto a análise financeira quanto a aprovação final das prestações de contas. Apesar dos esforços na gestão da análise das Prestações de Contas, devemos ressaltar novamente, conforme exposto no Quadro Despesas por Grupo e Elemento de Despesa que, como as despesas com pessoal constituem-se em apenas 1,10% do orçamento da CAPES (que em grande parte se concentram em transferências) é grande a dificuldade das áreas técnicas e financeiras responsáveis pela análise das prestações de contas na CAPES em realizar as análises dentro dos prazos requeridos, uma vez que a capacidade operacional da instituição não tem crescido proporcionalmente ao aumento de suas atividades/orçamento.

Além disso, cabe ressaltar também que as dificuldades elencadas acima impactam no adequado controle dos prazos de cobrança das prestações de contas não enviadas e das respostas de diligência, o que reflete no aumento do nível de dificuldade de obtenção de resposta a certos questionamentos efetuados, tendo em vista não terem sido feitos de forma tempestiva.

No que diz respeito às análises das prestações de contas referentes às transferências registradas no SIAFI e expiradas até 2015, houve evolução em relação à análise e aprovação de prestações de contas, comparando o passivo informado no Relatório de Gestão do ano de 2014, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 7 - Análise e aprovação de prestações de contas 2013-2015

Situação	Quantidade em 31/12/2013*	Quantidade em 31/12/2014*	Quantidade em 31/12/2015*	Variação 2014-2015
A comprovar	110	94	41	- 56,38%
A aprovar	558	275	254	- 7,64%
TOTAL	668	369	295	- 20,05%

* Transferências com prazo para prestação de contas encerrado até essa data.

Houve queda de 20% na quantidade de processos não analisados – cadastrados no SIAFI – ao final do exercício 2015, em comparação à posição em 31/12/2014. Tal redução não foi maior pelo fato de que muitos processos tiveram vigência encerrada no decorrer do ano de 2015, o que acaba por ofuscar o que de fato se conseguiu eliminar nesse período.

Além das estruturas de controle previstas no SICONV (envio de prestação de contas dos convênios), SIMEC (entrega do relatório de cumprimento de objeto dos Termos de Cooperação) e SIPREC (envio da prestação de contas dos auxílios), as áreas técnicas, eventualmente, e talvez alguém do que seria desejável, fazem a fiscalização in loco, a fim de verificar a execução dos planos de trabalho de algumas transferências.

Quadro 8 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: FUNDAÇÃO COORD. DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)					
UG/GESTÃO: 154003/15279					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	80		
		Montante Repassado	65.314.738,30		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	15		
		Montante Repassado	6.277.442,79		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	36		
		Montante Repassado	7.721.130,95		
Fonte: SIAFI e SICONV					

Quadro 9 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: FUNDAÇÃO COORD. DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)				
UG/GESTÃO: 154003/15279				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	91		
	Quantidade reprovada	28		
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)	139.380.253,01		
Contas NÃO analisadas	Quantidade	291		
	Montante repassado (R\$)	210.296.786,67		
Fonte: SIAFI e SICONV				

Quadro 10 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO COORD. DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)					
UG/GESTÃO: 154003/15279					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	3	5	8	275
Contratos de repasse					
...					
...					
Fonte: SIAFI e SICONV					

4.3.7.5 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A análise financeira dos processos de prestação de contas de Convênios e Auxílios a Pesquisador concedidos pela CAPES é realizada pela Coordenação de Prestação de Contas (CPC), através de suas Divisões de Auxílio (DAUX) e de Convênio (DCONV).

Atualmente, a CPC conta com 41 servidores/colaboradores/estagiários em seu quadro, estando assim distribuídos:

	Quantidade
Servidores	9
Servidores (coordenador e chefes)	3
Terceirizados	16
Estagiários – Nível Superior	5
Estagiários – Nível Médio	8
TOTAL	41

No entanto, apenas 25 pessoas estão envolvidas diretamente com a atividade de análise financeira: 9 servidores e 16 terceirizados (que dão suporte direto a essa atividade).

Cabe aos Chefes de Divisão a homologação dos pareceres emitidos e ao Coordenador a homologação final dos pareceres, além das demais atividades inerentes a cargos de chefia.

As demais pessoas alocadas no setor estão envolvidas com atividades complementares à análise (recepção, recebimento e tramitação de processos, preparação de processos e caixas para envio ao Arquivo Central, expedição de ofícios, numeração de páginas, entre outras).

A análise técnica de cumprimento do objeto é realizada por setores subordinados às Diretorias às quais pertencem as áreas concedentes dos Auxílios e Convênios firmados.

Cabe destacar o Sistema de Prestação de Contas da CAPES (SIPREC), introduzido pela Portaria nº 59, de 14 de maio de 2013. A partir de sua introdução, os processos de concessão e prestação de contas de Auxílios a Pesquisador (AUXPE) passaram a ser nele registrados e a análise realizada por meio do referido sistema.

Cabe ressaltar, no entanto, que o referido sistema ainda carece de melhorias. Os setores de prestação de contas estão em constante contato com os responsáveis pelo SIPREC, a fim de corrigir falhas verificadas e ajustá-lo às necessidades das unidades que o utilizam.

Os Auxílios concedidos anteriormente ao advento da Portaria nº 59 tramitam em meio físico e têm sua movimentação controlada pelo Sistema de Protocolo e Arquivo (SPArq), o qual será gradualmente substituído pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), no qual os processos serão digitalizados e serão movimentados por meio eletrônico.

O controle da análise desses processos é feito por planilhas internas – utilizando-se Editor de Planilhas e Banco de Dados Access, por exemplo – elaboradas por cada um dos setores envolvidos, não havendo um sistema de controle instituído pela CAPES para tal fim, o que dificulta e torna sobremaneira trabalhosa a obtenção de determinadas informações relativas à posição do estoque de prestação de contas em determinado momento, bem como de outras informações gerenciais de vital importância à adequada gestão dos processos.

No que diz respeito aos Convênios, firmados a partir de 2012, a ferramenta utilizada para análise dos processos e controle é o Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV).

Para o controle dos instrumentos firmados antes da inserção dos processos no SICONV, é utilizado o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tendo como apoio as já mencionadas planilhas internas de controle.

Para o exercício de 2016, a tendência é que a capacidade de análise e as condições de trabalho sejam afetadas negativamente, tendo em vista a reestruturação e corte de cargos comissionados que estão em vias de serem concretizados.

A proposta de reestruturação possivelmente extinguirá a Coordenação de Prestação de Contas (CPC) – mantendo-se, provavelmente, somente as Divisões de Auxílio e Convênio – e a Divisão de Análise de Convênios (DAC) da Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB), que é a responsável pela análise técnica dos processos concedidos por essa Diretoria. Estima-se que cerca de 50% do estoque atual de prestação de contas sejam processos a serem analisados – no âmbito técnico – pela DAC.

4.3.8 Informações sobre a realização das receitas

Não se aplica

4.3.9 Informações sobre a Execução das Despesas

Quadro 11 – Despesas por modalidade de Contratação

Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: 26291	Código UO: 26291		UGO: 26291	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	52.648.830,08	90.019.804,51	52.648.830,08	84.972.607,99
a) Convite		1.000,00		1.000,00
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		215.329,81		94.131,64
d) Pregão	52.648.830,08	89.803.474,70	52.648.830,08	84.877.476,35
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	345.063.645,04	295.768.911,89	345.063.645,04	289.545.185,90
h) Dispensa	12.727.351,89	91.886.672,37	12.727.351,89	86.246.645,06
i) Inexigibilidade	332.336.293,15	203.882.239,52	332.336.293,15	203.298.540,84
3. Regime de Execução Especial	0,00	3.541,00	0,00	3.541,00
j) Suprimento de Fundos		3.541,00		3.541,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	80.533.105,29	112.905.134,26	80.533.105,29	111.240.237,73
k) Pagamento em Folha	78.812.672,16	74.731.811,73	78.812.672,16	73.205.944,70
l) Diárias	1.720.433,13	38.173.322,53	1.720.433,13	38.034.293,03
5. Outros	7.115.449.145,32	5.007.597.593,43	7.114.461.565,32	5.003.978.359,83
6. Total (1+2+3+4+5)	7.593.694.725,73	5.506.294.985,09	7.592.707.145,73	5.489.739.932,45

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 12 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total								
Unidade Orçamentária: 26291					Código UO: 26291		UGO: 26291	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.447.550,76	47.345.613,45	49.447.550,76	47.126.287,14	219.326,31	219.326,31	49.447.550,76	46.505.504,05
01 - APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	15.956.315,24	13.538.126,66	15.956.315,24	13.538.126,66			15.956.315,24	13.538.126,66
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	10.758.139,08	11.955.459,02	10.758.139,08	10.531.602,84	1.423.856,18	1.423.856,18	10.758.139,08	9.626.518,90
Demais elementos do grupo	2.710.679,08	3.763.338,09	2.710.679,08	3.535.795,09	227.543,00	227.543,00	2.710.679,08	3.535.795,09
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
18 - AUXÍLIO FINANCEIRO ESTUDANTES A	6.912.317.353,74	4.504.075.035,89	6.848.593.568,12	4.497.415.070,79	13.609.672,67	6.659.965,10	6.846.523.665,12	4.496.509.819,52
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	444.415.988,85	345.511.310,77	420.403.605,60	302.714.353,48	62.159.428,81	42.796.957,29	418.035.755,82	299.430.865,82
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO PESQUISADORES A	195.631.563,63	262.126.517,86	191.366.245,59	260.351.516,61	7.815.937,41	1.775.001,25	190.598.998,70	260.297.536,61
Demais elementos do grupo	124.053.291,42	248.039.361,79	106.951.526,50	214.626.958,29	63.737.331,01	33.412.403,50	102.078.425,80	210.435.070,80
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimen	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	10.036.737,59	52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 86.902.884,11	7.294.660,16	52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 26.168.464,67	5.442.540,90	52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 60.734.419,44	7.294.660,16	52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 21.171.755,88
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO PESQUISADORES A	1.461.820,50	41.427.021,08	1.421.820,50	41.427.021,08	183.985,28	0,00	1.421.820,50	41.427.021,08

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.295.285,59	41 - CONTRIBUIÇÕES - FUNDO A FUNDO 7.948.144,01	236.058,03	41 - CONTRIBUIÇÕES - FUNDO A FUNDO 0,00	77.591.589,77	41 - CONTRIBUIÇÕES - FUNDO A FUNDO 7.948.144,01	236.058,03	0,00
Demais elementos do grupo	12.058,11	4.951.008,60	12.058,11	1.876.529,05	8.429.329,23	3.074.479,55	12.058,11	1.876.529,05
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise crítica:

A dotação autorizada em 2015 foi de R\$ 7.433.665.299,00, distribuída da seguinte forma: Pessoal e Encargos Sociais 1,11% (Grupo 1), Investimento 1,92% (Grupo 4) e Outras Despesas Correntes 96,97% (Grupo 3).

As alterações ocorridas durante o exercício foram necessárias visando adequar à dotação inicialmente prevista às necessidades dos Programas e às questões operacionais.

A execução orçamentária, considerando as despesas empenhadas, alcançou o patamar de 94,38% permanecendo assim a tradição de execução próxima a 100%.

As despesas com a área meio ficaram abaixo dos 3% em relação à dotação autorizada, correspondendo 0,86% despesas com administração da unidade e 1,10% despesas com pessoal, demonstrando o empenho da Instituição com a priorização de suas atividades fins.

4.3.10 Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015							
2014							
Fonte:							

Obs.: Não se aplica

Quadro – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015								
2014								
Fonte:								

Obs.: Não se aplica

Quadro – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
C ódigo	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total

Obs.: Não se aplica

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Diretoria de Avaliação

Análise das ações vinculadas ao Objetivo 0597 do Programa 2032 do PPA 2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 0597			
Descrição	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.		
Código	XXXX	Órgão	Fund. Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.	Código	XXXX

Vinculada ao Objetivo 0597 está a meta que tem por objetivo formar professores da educação básica, em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta 16 do PNE 2014-2024. Para atendê-la, a DAV, durante a vigência do PPA 2012-2015, procurou contribuir através de ações de indução de novos programas de mestrado profissional, em rede nacional, voltados para a formação de professores da educação básica.

O mestrado profissional tem como um de seus principais objetivos promover o conhecimento científico por meio da prática no meio profissional e, por esse motivo, esta é a modalidade mais adequada para a formação continuada de professores, permitindo o aprofundamento de seus conhecimentos, assim como o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas. Para tanto, foram induzidos programas com abrangência nacional, nas áreas do conhecimento que são componentes curriculares da Educação Básica. Esta iniciativa vem ao encontro do Plano Nacional de Educação, que traz em sua Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE.

Os programas induzidos estão ainda em consonância ao que está sendo desenhado como componentes curriculares da Base Nacional Comum. Esta Base está em fase de construção, a partir de ampla discussão na comunidade e atende ao disposto no Plano Nacional de Educação. Visa garantir o acesso aos conhecimentos fundamentais para qualquer estudante.

Foram recomendados no período de 2012-2015, programas de mestrado profissional em rede nacional para formação de professores nas áreas Português (ProfLetras), Artes (ProfArtes), Educação Física (Prof Educação Física), Física (ProFísica), Química (ProfQuímica), História (ProfHistória) e Ciências Ambientais (ProfCiamb). O programa para formação de professores de matemática (ProfMat), foi recomendado em 2011 e ampliou suas atividades neste período, contando, no ano de 2014, com cerca

de 2.600 alunos matriculados. O detalhamento dos programas que se encontravam em funcionamento no período, pode ser verificado a seguir:

O ProfMat é um curso semipresencial, com oferta nacional, realizado por uma rede de Instituições de Ensino Superior, no contexto da Universidade Aberta do Brasil e coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática. Visa atender professores de Matemática em exercício no ensino básico, em especial na escola pública, que busquem aprimoramento em sua formação profissional, com ênfase no domínio aprofundado de conteúdo matemático relevante para sua atuação docente. O Programa opera em ampla escala, com o objetivo de, à médio prazo, ter impacto substantivo na formação matemática do professor em todo o território nacional. Este programa conta com 74 instituições de ensino distribuídas em todo o país como IES associadas.

O ProfLetras é coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e tem como objetivo, a médio prazo, a formação de professores do ensino fundamental no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional. O Profletras prevê o cumprimento de 360 horas/aula em um prazo de dois anos. Entre as disciplinas, cinco são obrigatórias e três são optativas, estas últimas escolhidas em um conjunto de 12. Para integralizar o curso, o estudante deverá cursar, no mínimo, 24 créditos. O Programa está constituído de uma única área de concentração: 'Linguagens e letramentos'. A essa área se vinculam duas linhas de pesquisa: teorias da linguagem e ensino; leitura e produção textual: diversidade social e práticas docentes. São 42 instituições de ensino associadas.

O Prof Artes tem como área de concentração o Ensino de Artes. É coordenado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), e tem o objetivo de proporcionar formação continuada aos docentes de Artes da educação básica pública, propondo discussões sobre o papel do ensino da arte na escola e na comunidade. O curso tem uma estrutura semipresencial, com a oferta de duas disciplinas de fundamentação à distância, três disciplinas obrigatórias e três optativas, além da realização de trabalho de conclusão orientado de forma presencial. Para o desenvolvimento de suas atividades, participam 11 instituições.

O ProfFis é coordenado pela Sociedade Brasileira de Física (SBF) e é voltado aos professores de ensino médio e fundamental. Conta também com a participação de várias instituições de ensino superior que constituem 43 polos regionais, onde ocorrem as atividades de ensino e desenvolvimento do programa. As atividades são em sua maioria presenciais. O principal objetivo é capacitar professores da educação básica quanto ao domínio de conteúdos atualizados de física e de técnicas atuais de ensino para aplicação em sala de aula. As linhas de pesquisa se dividem: Física no ensino médio; Física no ensino fundamental; e processos de ensino e aprendizagem e tecnologias de Informação e Comunicação no Ensino de Física.

O ProfHis é coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem como objetivo proporcionar formação continuada aos docentes de História da Educação Básica, de modo a oferecer qualificação certificada para o exercício da profissão, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino. Possui como área de concentração o Ensino de História e carga horária total de 555 horas. Para o desenvolvimento de suas atividades são 31 instituições associadas.

Os programas Prof Educação Física e ProfCiamb foram induzidos e tiveram sua autorização para funcionamento em 2015. O início de suas atividades está previsto para março de 2016.

A evolução do número de titulados nestes programas, no período, pode ser verificada na Tabela 41.

Tabela 14: Evolução do número de titulados no período analisado.

Ano	Titulados
2012	0
2013	753
2014	778
2015*	1.500

*estimativa

Fonte: Plataforma SUCUPIRA.

Análise das ações vinculadas ao Objetivo 0593 do Programa 2032 do PPA 2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 0593			
Descrição	Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da Educação Superior.		
Código	XXXX	Órgão	Fund. Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.		Código XXXX

Vinculada ao Objetivo 0593 está a meta que visa aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação. Para atender esta meta, a DAV durante a vigência do PPA 2012-2015 procurou atender à crescente complexidade e à expansão do SNPG, o sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil vem se aperfeiçoando gradualmente e, a cada ano, são incorporados novos elementos, tanto do ponto de vista instrumental quanto conceitual.

No que se refere ao modelo baseado na análise por pares, tem sido realizados ajustes para que o sistema possa captar as necessidades de mudanças sinalizadas pela comunidade acadêmico-científica e as decorrentes da própria natureza do processo de produção do conhecimento. No que tange aos sistemas informatizados e aos instrumentos que suportam as atividades de avaliação, cabe destacar as ações que foram realizadas no período 2012-2015:

- a) Implantação da Plataforma Sucupira, que permitiu uma mudança conceitual e operacional da coleta de informações dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação; permitindo disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. A Plataforma passou a ser a fonte de informações para estabelecimentos de diagnósticos, estudos, ações, políticas públicas e igualmente para prestação de contas e atendimentos aos organismos de controle.
- b) Em 2015, a Plataforma Sucupira completou 1 ano de funcionamento, quando foram finalizados dois ciclos de "coleta de dados e informações" (referentes aos anos-base de 2013 e 2014), além do contínuo preenchimento das informações à medida que vão sendo concretizadas as atividades nos PPGs; e dois ciclos de submissão e análise de propostas de cursos novos (APCNs) e de Minter-Dinter, referentes aos anos de 2014 e 2015.
- c) Desenvolvimento de módulos complementares no Coleta de Dados para o acompanhamento das atividades de Minter/Dinter, que permitiram aferir a qualidade da realização dos projetos;
- d) Adequação do WebQualis, aplicativo utilizado na classificação de periódicos e da produção artística dos programas de pós-graduação, de modo a tornar mais ágil e seguro o conjunto de ações que impactam na sua utilização. Em 2015, foram feitas reuniões de área para atualização da classificação dos periódicos;
- e) Elaboração de instrumentos de apoio mais amigáveis à análise dos dados considerados na atividade de avaliação;
- f) Aprimoramento do marco regulatório específico das atividades de avaliação;
- g) Alteração da periodicidade de avaliação de três para quatro anos (Avaliação Quadrienal);
- h) Em 2015, foram realizados 48 Seminários de Meio Termo, com objetivo de obter uma "fotografia" de cada área de avaliação na primeira metade do biênio de avaliação (2013-2014); orientar os programas de pós-graduação para o biênio 2015-2016, completando, dessa forma, o período de avaliação de quatro anos; além de proporcionar articulação e interação dos coordenadores da pós-graduação brasileira. O acompanhamento realizado embasará a avaliação Quadrienal que será realizada em 2017.

Análise das ações vinculadas ao Objetivo 0803 do Programa 2032 do PPA 2012-2015

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO 0803			
Descrição	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.		
Código	0803	Órgão	Fund. Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Programa	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.		Código 2032

Vinculadas ao Objetivo 0803 estão as metas que visam elevar o percentual de mestres e doutores titulados por ano e elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. Ao longo do período de vigência do PPA 2012-2015 a Diretoria de Avaliação tornou público quatro momentos distintos para que instituições de ensino superior e de ciência e tecnologia pudessem submeter propostas de cursos novos (APCN) e mestrado e doutorado institucional (MINTER e DINTER).

Em decorrência deste fato, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado tiveram expansão, ao longo desse período, da ordem de 22%. Na Tabela 2 é apresentada a evolução dos cursos de mestrado e doutorado, nos quatro anos analisados.

Tabela 15: Evolução Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Ano	Cursos de Doutorado	Cursos de Mestrado (Acadêmico e Profissional)	Total
2012	1.717	3.289	5.006
2013	1.953	3.472	5.425
2014	1.954	3.620	5.574
2015	2.100	4.000	6.100

Fonte: GEOCAPES para os dados de 2012 a 2014, dados de 2015 extraídos da Plataforma Sucupira (Programas ativos e em projeto) em 06/01/2016.

Em função da expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ocorreu concomitantemente o crescimento do número de mestres e doutores titulados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). O total de doutores titulados apresentou crescimento da ordem de 24% (2015 a 2012), enquanto os mestres titulados tiveram uma expansão um pouco inferior, da ordem de 18% (2015 a 2012) (Tabela 02).

O Plano Nacional de Educação (PNE) em sua meta quatorze, estabeleceu que o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* deverá crescer gradualmente, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores até o ano de 2024.

Os dados da Tabela 3 demonstram que a meta do PNE para os mestres titulados está próxima a ser atingida. Em 2015, 93% da meta definida neste plano já terá sido concluída. No caso dos doutores titulados o cumprimento da meta está um pouco mais distante; em 2015, 69% da meta da definida no PNE já havia sido atingida, porém, mantido o ritmo de expansão do número de doutores titulados ao longo dos últimos anos, permitirá que esta meta seja atingida dentro do prazo de vigência do PNE 2014-2024.

Tabela 16: Evolução dos mestres e doutores titulados pelo SNPG durante a vigência do PPA 2012-2015.

Ano	Doutores Titulados	Percentual Meta PNE Doutores	Mestres Titulados	Percentual Meta PNE Mestres
2012	13.912	56%	47.138	79%
2013	15.544	62%	50.490	84%
2014	16.745	67%	50.229	84%
2015*	17.210	69%	55.655	93%
PNE	25.000	-	60.000	-

(2024)				
--------	--	--	--	--

*estimativa

Fonte: GEOCAPES para os dados de 2012 a 2014, dados de 2015 são estimativas.

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB apresentará a análise de seu desempenho operacional baseado no planejamento efetuado no Plano Plurianual 2012 – 2015. Uma síntese dos principais programas da DEB é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 17 Desempenho Operacional DEB

Programa	Unidade	PPA Previsão 2015	Execução em 2015	Percentual (%) Executado/PPA
Pibid	Bolsas	50.261	81.993	163,13%
Parfor	Professores matriculados	70.000	51.928	74,18%
Observatório da Educação	Bolsas	4.500	1.352	30,04%
Total		124.761	135.273	108,43%

Na síntese apresentada observa-se que o Pibid obteve um desempenho 63, 13% superior ao planejado no PPA – 2012 – 2015. O mesmo não ocorreu com o Parfor e com o Observatório da Educação, que tiveram um desempenho que correspondeu a 74,18% e 30,04%, respectivamente, do projetado. No geral, o desempenho operacional da DEB foi superior ao planejado em 8,43%.

Apesar da meta ter sido alcançada, muitas foram as dificuldades na consecução dos objetivos. No período 2012 a 2015 o orçamento da DEB publicado na Lei Orçamentária Anual nunca foi suficiente para honrar as despesas com a continuidade e o lançamento dos programas e projetos necessários para a consecução da política de formação de professores. Sempre houve a necessidade de suplementação orçamentária.

No ano de 2015, especificamente, o contingenciamento orçamentário esteve presente na realidade orçamentária e financeira da DEB. A redução ocorreu tanto em decorrência do contingenciamento feito na Ação 20RJ pelo Setor de Planejamento do Ministério da Educação – SPO/MEC no orçamento da Diretoria, como do remanejamento de recursos dessa Ação para a 0000. Tal remanejamento foi necessário porque a Ação 0000 que contempla o pagamento de bolsas também sofreu contingenciamento

e, com isso, o saldo restante não era suficiente para atender a folha de pagamento das bolsas. Nesse cenário, a orientação institucional para a DEB foi remanejar parte dos recursos da Ação 20RJ para a 0000, para pagar as bolsas vigentes.

O remanejamento de recursos efetuado entre as Ações 20RJ e a 0000 compromete o desenvolvimento dos projetos e programas em andamento, uma vez que esses necessitam de recursos de custeio pagos na Ação 20RJ para o desenvolvimento das atividades previstas nos projetos aprovados. Como exemplo podemos citar que o Parfor deixou de ofertar 324 novas turmas em função da ausência de recursos de custeio.

Diretoria de Programas e Bolsas no País

As ações da Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB estão diretamente relacionadas à consecução do Objetivo 0803 do Plano Plurianual – PPA 2012-2015, qual seja: “Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil”. O referido objetivo tem como Metas:

- **Meta 02OU** - Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.
- **Meta 02OW** - Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

As Iniciativas estabelecidas para o alcance das Metas do Objetivo 0803 do PPA 2012-2015 são as seguintes:

- **Iniciativa 0390** - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.
- **Iniciativa 0391** - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados.

A seguir são apresentadas, resumidamente, algumas iniciativas desempenhadas pela DPB que contribuíram para o alcance dos resultados obtidos pela CAPES na condução dos objetivos definidos no PPA 2012-2015, especialmente em relação ao atingimento das Metas do Objetivo 0803 do PPA:

Meta 02OU - Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

A CAPES, visando apoiar a formação de pessoal qualificado na educação superior, desenvolveu diversas ações para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil durante o período do PPA 2012-2015, entre as quais se destacam a expansão da concessão de bolsas no país, a ampliação das parcerias e acordos de cooperação com diferentes órgãos dos governos federal e estaduais, por meio de suas Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados – FAP's e a promoção da democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos.

Concessão de Bolsas no País

Entre os anos de 2012 e 2015 a CAPES deu continuidade à política de expansão da concessão de bolsas aos Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior – IES e de Pesquisa brasileiras, buscando atender ao crescimento do SNPG. No período do PPA 2012-2015 verificou-se um crescimento de 34% no número de bolsas concedidas no país, passando de 77.904 em 2012 para 104.389 em 2015. Convém destacar que o crescimento do número de bolsas de doutorado foi ainda maior neste período (52,6%), passando de 27.589 bolsas concedidas em 2012 para 42.113 em 2015. Este crescimento expressa uma política de concessão convergente às diretrizes do Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011-2020, as quais indicam a necessidade de priorizar o nível de doutorado. Além de priorizar a concessão de bolsas em nível de doutorado, durante o período do PPA em análise, outra importante iniciativa foi a criação de uma nova forma de apoio ao estágio pós-doutoral. Em 2013, a concessão para este nível foi reestruturada por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES – PNPD/CAPES, que passou a ter uma abordagem institucional, sendo as cotas de bolsas alocadas diretamente nos PPGs stricto sensu acadêmicos recomendados pela CAPES. Neste novo formato os PPGs tornaram-se responsáveis pela seleção e acompanhamento dos bolsistas, garantindo flexibilidade para definir as atividades desenvolvidas por esses no âmbito do Programa. O formato institucional do PNPD garantiu a concessão de pelo menos uma cota de bolsa de pós-doutorado para cada PPG integrante do SNPG, tornando mais equânime a distribuição das bolsas de pós-doutorado no país, que passou de 3.663 em 2012 para 7.498 em 2015.

Além da expansão do número de bolsas concedidas, outra importante ação da CAPES foi assegurar a continuidade dos reajustes dos valores das bolsas no país. No período do PPA 2012-2015, os valores das bolsas de estudo no país foram reajustados em dois momentos. O valor das bolsas de mestrado passou de R\$ 1.200,00 para R\$ 1.500,00, as de doutorado de R\$ 1.800,00 para R\$ 2.200,00 e as de pós-doutorado de R\$ 3.300,00 para R\$ 4.100,00.

Em 2015 foram concedidas 104.389 bolsas de estudo no país, sendo 48.960 de mestrado, 42.113 de doutorado, 7.498 de pós-doutorado, 169 de Professor Visitante Sênior, 258 de Supervisão, 4.891 de iniciação científica e 500 de formação em idiomas, ampliando assim o apoio à formação de pessoal

qualificado em nível superior para fortalecer o SNPG e estimular o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, conforme preconizado no Programa Temático 2032 do PPA 2012-2015.

Parcerias e Acordos de Cooperação

A expansão do apoio à pós-graduação requer ações voltadas ao combate às assimetrias existentes no SNPG, seja inter-regional, intrarregional e entre áreas do conhecimento. O PNPG 2011-2020 enfatizou que o combate a essas assimetrias exige ações específicas para seu equacionamento, envolvendo diferentes órgãos dos governos federal e estaduais, por meio de suas Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados – FAP’s. Diante disso, uma das estratégias adotadas pela CAPES durante a vigência do PPA 2012-2015 foi ampliar os acordos com órgãos governamentais com vistas a atender às demandas das políticas de interesse nacional. Atualmente, a CAPES possui acordos com os ministérios da Defesa, da Integração, da Saúde e da Ciência, Tecnologia e Inovação, além de acordos com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, a Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM, a Eletrobrás, o Instituto do Aço, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, as Secretarias de Assuntos Estratégicos – SAE e de Direitos Humanos – SDH da Presidência da República e a National Science Foundation – NSF. Em 2015 foram firmados novos acordos de cooperação com os seguintes órgãos: Universidade de São Paulo – USP, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, Associação Instituto Vale – ITV e Agência Nacional de Águas – ANA.

Além disso, no período do PPA 2012-2015 foi ampliada a cooperação entre a CAPES e os governos estaduais, por meio de suas FAP’s. Em 2014, com o intuito de consolidar as parcerias firmadas com as FAP’s, o Programa CAPES/FAP, criado pela Portaria N° 90/2013, foi regulamentado por meio da Portaria N° 106/2014. Esse programa tem como objetivo promover a capilarização de ações voltadas à formação de recursos humanos altamente qualificados, com vistas a reduzir as assimetrias regionais, fortalecer e ampliar a pós-graduação e a pesquisa nas Unidades da Federação – UF. Por meio dessas parcerias foram concedidas bolsas de estudo e recursos de custeio e capital, buscando atender as necessidades de cada UF. Atualmente a CAPES possui um total de 24 acordos de cooperação técnica firmados com as seguintes UFs: AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE e SP. Os acordos com as Fundações de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ e do Amapá – FAPEAP foram firmados em 2015.

Portal de Periódicos

Complementando as ações consoantes às diretrizes do PPA 2012-2015 de fomento ao desenvolvimento da pós-graduação, a CAPES vem promovendo a democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos. Essa ferramenta disponibiliza aos professores, pesquisadores e alunos das instituições usuárias, de forma rápida e eficaz, um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais publicadas em periódicos indexados, visando proporcionar os subsídios necessários aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no país, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa nacional e para uma maior inserção da ciência brasileira no exterior. No período do PPA 2012-2015 o número de instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo com acesso ao Portal de Periódicos subiu de 407 em 2012 para 436 em 2015. Em 2015 foram disponibilizados por meio do Portal de Periódicos 37.818 periódicos em textos completos, 126 bases de dados de referências e resumos, 66 bases de teses e dissertações, 42 obras de referências (dicionários, enciclopédias, compêndios etc), 11 bases de patentes, 31 bases de dados com livros, resultando na disponibilidade de mais de 266.272 documentos eletrônicos (capítulos de livros, relatórios, anais, manuais, guias etc), 59 bases de estatísticas, duas bases de normas técnicas e 14 bases de dados de materiais audiovisuais (vídeos, atlas 3D, músicas). O aumento no conteúdo disponibilizado pelo Portal de Periódicos bem como no número de instituições com acesso a essa ferramenta resultou no aumento do número de acessos ao Portal de Periódicos, que passou de 84,7 milhões em 2012 para 113,1 milhões em 2015, um acréscimo de 33,5% em relação a 2012.

Meta 02OW – Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

Com intuito de contribuir para elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas IES, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020, a CAPES vem apoiando a qualificação do corpo docente de Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Especificamente para o nível de doutorado, no período do PPA 2012-2015, a CAPES fortaleceu o Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral e o Programa de Doutorado Interinstitucional – Dinter.

Prodoutoral

Esse programa tem como objetivo estimular a elaboração e a implementação de estratégias de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão das IFES de origem, de modo a apoiar esforços institucionais para a capacitação e para o aprimoramento da qualificação dos seus docentes, visando à consolidação de grupos de pesquisa e à formação de programas de pós-graduação. É um programa que se caracteriza por favorecer a mobilidade dos bolsistas das IFES de origem para as IES de destino durante o

tempo de duração da capacitação docente, bem como a dos professores orientadores, como forma de integração entre as instituições participantes. O Prodoutoral foi reformulado durante o período do PPA 2012-2015 por meio da publicação da Portaria CAPES nº 140 que aprovou o novo regulamento do Programa em outubro de 2013. No mesmo ano, foi realizada uma chamada pública para apresentação de propostas institucionais, por meio da qual ficou evidenciada a importância desta ação, uma vez que as IFES enviaram propostas que totalizaram a necessidade de apoio à formação em nível de doutorado de cerca de 3 mil docentes. Face à grande demanda, foi necessário estabelecer critérios de priorização em função do orçamento disponível. Após definição em conjunto com as Secretarias de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e de Educação Superior – SESu do MEC, a concessão de bolsas no âmbito do novo regulamento iniciou-se em junho de 2014, tendo sido concedidas 250 novas bolsas de doutorado, das quais foram implementadas 233 em 2014. É importante salientar que a distribuição percentual das bolsas concedidas evidenciou que a priorização realizada pela CAPES em conjunto com a SESu e SETEC norteou-se pelo combate às assimetrias regionais, pois cerca de 85% das bolsas foram destinadas a IFES sediadas nas regiões Norte (43%), Nordeste (31%) e Centro-Oeste (11%). Com essa concessão o número de bolsistas beneficiados pelo Prodoutoral elevou-se para 322 em 2015.

Dinter

Outro instrumento por meio do qual a CAPES apoia a formação de docentes de IES é o Doutorado Interinstitucional – Dinter. Esse programa utiliza a competência de PPGs com nota maior ou igual a 5 para, por meio de uma parceria interinstitucional, viabilizar a formação de turmas de professores doutorandos, desenvolvendo as atividades do projeto em suas IES de origem. Nos projetos Dinter, os docentes de uma instituição receptora integram, em caráter temporário, uma turma de doutorado de um programa de pós-graduação já consolidado. O Programa concede bolsas de doutorado para o estágio dos professores durante a sua permanência no programa promotor e recursos para o custeio de atividades acadêmicas e despesas com os deslocamentos de docentes e orientadores entre as instituições participantes.

Entre os objetivos do Dinter está também a redução das assimetrias regionais existentes na pós-graduação brasileira. Assim, prioriza-se neste Programa a formação de docentes das instituições localizadas em regiões em desenvolvimento (Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

No período do PPA 2012-2015, mais especificamente nos anos de 2012 e 2014, foram lançados pela Diretoria de Avaliação – DAV da CAPES dois editais do Programa Dinter (Editais nos 013/2012 e 23/2014), por meio dos quais foi analisado o mérito acadêmico dos projetos. As instituições públicas que tiveram seus projetos aprovados quanto ao mérito acadêmico foram convidadas pela DPB a apresentarem propostas de financiamento para seus projetos. Após a análise dessas propostas, foi aprovado o

financiamento de 96 projetos Dinter, sendo 49 por meio do Edital nº 013/2012 e 47 por meio do Edital nº 023/2014.

Diretoria de Relações Internacionais

Encontravam-se ativos em 2015, 196 acordos de cooperação internacional, dos quais 17 foram firmados no referido ano, com destaque para a parceria firmada com o Instituto Internacional para Análise de Sistemas Aplicados (IIASA) e com o Conselho Britânico para operacionalização da participação do Brasil no Programa Institutional Links do Fundo Newton.

No âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, 13 chamadas de graduação sanduíche, lançadas em 2014, tiveram o desenvolvimento das atividades dos bolsistas no exterior ao longo de 2015. Em 2015, a Capes manteve 35.223 bolsas ativas no exterior no âmbito do referido Programa. Em 2015, 21.548 bolsistas da Capes do Programa Ciência sem Fronteiras retornaram ao Brasil, totalizando 45.162 bolsistas que já concluíram suas atividades no exterior no âmbito do Programa.

Avaliação dos Resultados do Programa Ciência sem Fronteiras

Conforme Relatório de Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras produzido pelo Senado Federal, 92% dos bolsistas declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o Ciência sem Fronteiras. Para 84%, a qualidade do curso nas instituições estrangeiras de ensino é boa ou ótima. Aprofundar conhecimentos em sua área de formação foi a principal motivação para a maioria tanto dos atuais bolsistas (66%) quanto dos que já regressaram (60%). E 68% dos egressos afirmaram ter tido a oportunidade de repassar os conhecimentos adquiridos a colegas e professores.

My English Online

A Capes gerencia o curso de inglês My English Online, que integra o programa Idiomas sem Fronteiras (resultado da ampliação do Inglês sem Fronteiras, criado em 2013), uma das iniciativas do MEC para apoiar a consecução dos objetivos do Ciência sem Fronteiras. Desde sua criação, o Programa possibilitou o acesso de 930.999 estudantes de graduação e de pós-graduação, professores e técnicos de universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia à plataforma, contribuindo para a consecução do objetivo 0803. No ano de 2015, foram distribuídas 169.037 novas senhas de acesso, conforme detalhamento abaixo.

Programa Regulares de Mobilidade Acadêmica e Cooperação Internacional da Capes

Por meio da ação orçamentária 0487 (Plano Orçamentário 0003), a Capes executa suas ações de cooperação e fomento à mobilidade acadêmica internacional. No âmbito desses programas foram beneficiados, ao longo de 2015, 7.499 bolsistas. Os principais países de destino foram França (1.061), Portugal (1.090), Estados Unidos (674), Espanha (504) e Reino Unido (434). Também foram financiados 1.079 projetos no âmbito das parcerias firmadas. Foram selecionados, ainda, vários professores e pesquisadores para Cátedras em universidades de excelência no exterior, como Brown, Columbia e Harvard, nos Estados Unidos, Coimbra, em Portugal, Cambridge, no Reino Unido, Sorbonne, na França, e Bolonha, na Itália. As Cátedras permitem a permanência de docentes e pesquisadores de alto nível promovendo pesquisas e divulgando a ciência brasileira junto à comunidade internacional em assuntos de interesse nacional.

Dentre as ações de concessão de bolsas individuais no âmbito da cooperação internacional da Capes, merece destaque o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Em 2015, 524 bolsistas foram beneficiados pelo programa. Salienta-se que a contribuição dessa ação para o objetivo 0803 diz respeito ao apoio direto à formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de pós-graduação por meio do intercâmbio de visões internacionais, favorecido pelo recebimento de alunos estrangeiros.

Apoio à participação em eventos no exterior

Em 2015, foram concedidos 884 auxílios para participação de eventos no exterior com destaque para as áreas de Ciências Humanas (181), Ciências da Saúde (150) e Engenharias (110). Os beneficiários viajaram para 61 países, destacando eventos realizados nos Estados Unidos (206), Portugal (105), Espanha (75), Alemanha (51), França (37) e Canadá (37).

4.14 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quanto aos indicadores de desempenho operacional da CAPES, destacamos que o monitoramento do desempenho do órgão está sendo realizado por meio de metas institucionais indicadas com a finalidade de atender ao disposto no Decreto nº 7.133/2010, que regulamenta os critérios gerais de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de pagamento da gratificação de desempenho de atividade de ciência e tecnologia – GDACT.

Nessa vertente, há ciclos anuais de avaliação em que cada órgão de forma discricionária define os meses de referência para a avaliação institucional. Na CAPES, o início do ciclo se dá no mês de junho de cada ano e o final em maio do ano posterior. Sendo assim, os últimos indicadores de desempenho da instituição são relativos ao período de junho de 2014 a maio de 2015. Abaixo, elencamos os indicadores de desempenho.

Tabela 18 - Resultados das metas institucionais

RESULTADOS DAS METAS INSTITUCIONAIS – 3º CICLO				
Tipo de Meta	Descrição do Indicador	Fórmula	META	EXECUTADO
Global	Percentual de valores repassados pela Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB (custeio e capital por meio de convênios, descentralizações e AUXPE), no período do ciclo de avaliação, em relação ao previsto.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/Valor previsto para repasse no período do ciclo de avaliação x 100.	90%	88,5%
Global	Repasse dos recursos para execução dos programas da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/Valor previsto para repasse no período do ciclo de avaliação x 100.	42%	60,16%
Global	Repasse dos recursos para execução dos programas da Diretoria de Educação a Distância – DED, de 01 de janeiro até 31 de maio de 2015.	Soma dos valores repassados no período do ciclo de avaliação/Valor previsto para repasse no período do ciclo de avaliação x 100.	30%	42%
Intermediária	Atendimento das demandas por informação enviadas para a APE	Número de demandas por informação/ número de demandas atendidas x100	80%	100%
Intermediária	Atualizar indicadores no SIMEC referentes às ações e programas da CAPES	Quantidade de indicadores a atualizar / quantidade de indicadores atualizados x 100.	90%	98%
Intermediária	Avaliação e implementação dos termos de referência dos projetos UNESCO.	Quantidade de termos de referência enviados à APE/ quantidade de termos de referência tramitados x100	90%	95%
Intermediária	Economia nas licitações da CAPES.	[(valor de bens ou serviços adquiridos / estimativa de preço dos bens ou serviços) – 1 >= -10%]. Considerando a data de homologação	10%	27,50%

		dos objetos, independente do início do processo licitatório, do pagamento ou do recebimento dos objetos.		
Intermediária	Índice de conformidade contábil sem restrição no período.	Quantidade de equações contábeis solucionadas do período / Quantidade de equações surgidas no período x 100.	85%	93%
Intermediária	Quantidade de participações de servidores da CAPES em eventos de capacitação.	Número absoluto de participações de servidores em eventos de capacitação até o final de maio de 2015.	176	355
Intermediária	Média de bolsas (mensalidades) pagas no país no período do ciclo de avaliação.	Quantidade de bolsas (mensalidades) pagas no país no período do ciclo de avaliação/número de meses do período.	81.066	81.457
Intermediária	Cumprir as atividades previstas nos calendários da Diretoria de Avaliação - DAV, no período do ciclo de avaliação.	Número de atividades processadas/Número de atividades agendadas para o período de avaliação x 100.	85%	78,37%
Intermediária	Quantidade de beneficiados com bolsas no país e no exterior e auxílios (por meio de projetos, parcerias e PAEX) ativos no âmbito nos programas tradicionais da Diretoria de Relações Internacionais – DRI.	Número absoluto de bolsistas e auxílios ativos, obtido por meio da contagem de CPFs que receberam algum benefício no período do ciclo de avaliação.	4.200	8.995
Intermediária	Visitas às IES do Sistema UAB para treinamento e acompanhamento da execução orçamentária dentro do programa de 01 de janeiro até 31 de maio de 2015.	Somatório da quantidade de visitas realizadas no período do ciclo.	10	11
Intermediária	Polos do Sistema UAB com status AA - Aptos.	Somatório da quantidade de polos UAB com status AA no final do período do ciclo.	700	644
Intermediária	Aprovação, a partir da análise técnica, da oferta de vagas em cursos a distância das IES em polos AA - Aptos.	Somatório da quantidade de novas vagas aprovadas no período do ciclo.	100.000	197.820
PARCELA INSTITUCIONAL ATRIBUÍDA À GDACT			80 pontos	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

5. GOVERNANÇA

5.1 Descrição das Estruturas de Governança

Tabela 19 - Estruturas de Governança na CAPES

Colegiado	Fundamentação	Descrição
Conselho Superior	Art. 12 do Decreto nº 7.692/2012	Órgão colegiado deliberativo da CAPES, ao qual compete estabelecer prioridades e linhas orientadoras das atividades da entidade, apreciar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação, apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudos e auxílios, apreciar e aprovar a programação anual da unidade, aprovar a proposta orçamentária, aprovar o relatório anual de atividades, aprovar a proposta de nomeação do titular da Auditoria Interna, apreciar propostas referentes a alterações do estatuto e do regimento interno, apreciar processos encaminhados pelo Conselho Nacional de Educação, e definir o processo e critérios de escolha dos coordenadores das áreas de avaliação, encaminhando ao Presidente da CAPES suas indicações por meio de listas tríplices.
Conselho Técnico-Científico da Educação Superior/Pós-Graduação – CTC-ES	Art. 13 do Decreto nº 7.692/2012	Órgão colegiado deliberativo da Educação Superior / Pós-Graduação, ao qual compete assistir da Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da unidade no tocante à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, opinar sobre a programação anual na área específica da Educação Superior, opinar, na sua área de atuação, sobre critérios e procedimentos para a distribuição de bolsas e auxílios institucionais e individuais, opinar sobre acordos de cooperação entre a CAPES e instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais na sua área de atuação, propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da pós-graduação e dos programas executados pela CAPES no âmbito da educação superior, deliberar em última instância no âmbito da entidade sobre propostas de cursos novos e conceitos atribuídos durante a avaliação dos programas de pós-graduação, propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da CAPES no tocante à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente, e eleger seu representante no Conselho Superior.
Conselho Técnico-Científico da Educação Básica – CTC - EB	Art. 14 do Decreto nº 7.692/2012	Órgão colegiado deliberativo da Educação Básica, ao qual compete assistir à Diretoria-Executiva na elaboração de políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores, assistir às Diretorias de Formação de Professores da Educação Básica e de Educação à Distância no que diz respeito à consolidação do regime de colaboração entre todos os níveis de

Colegiado	Fundamentação	Descrição
		governo, discutir diretrizes de longo prazo para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica, fixar parâmetros para avaliação de demanda por professores da educação básica, inclusive para subsidiar a instalação de polos de apoio presencial, acompanhar a avaliação dos cursos de formação inicial dos professores conduzidos pelo INEP, colaborar na elaboração de propostas relativas à formação inicial e continuada de professores da educação básica, para subsidiar e consolidar o PNE, opinar sobre a programação anual da CAPES, na área específica de formação de professores e valorização da educação básica, opinar sobre critérios e procedimentos par fomento a estudos e pesquisas relativos à orientação de políticas de formação e conteúdo curriculares dos cursos de formação de professores da educação básica, estabelecer parâmetros para avaliação dos programas de fomento da CAPES, propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da CAPES na sua área de atuação, opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente, e eleger seu representante no Conselho Superior.
Conselho Editorial da Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPB	Portaria CAPES nº 98/2014 Portaria CAPES nº 12/2015	É um Conselho Editorial com a responsabilidade de elaborar a política editorial do periódico.
Grupo Assessor do Portal de Periódicos (PAAP)	Portaria CAPES nº 113/2013	Instância colegiada de articulação, negociação e pactuação entre gestores, trabalhadores e usuários de instituições de ensino e pesquisa brasileiras para a regulamentação e a operacionalização das ações do Portal de Periódicos da Capes.
Grupo Assessor Especial da Diretoria de Relações Internacionais	Portaria CAPES nº 8/2015	Analisar propostas de estudos e programas na área internacional para o aprimoramento das atividades da CAPES no tocante à formação de recursos humanos de alto nível no sistema de pós-graduação, educação básica e de desenvolvimento científico e tecnológico, apoiar a DRI na elaboração de editais e na definição de normas para os programas conduzidos pela Diretoria, assessorar o Presidente e o Diretor da DRI sobre assuntos que lhes sejam submetidos, elaborar lista de consultores para a realização de análise de mérito das propostas apresentadas, realizar priorizações de propostas submetidas nos diversos programas coordenados pela DRI, acompanhar a implementação e o desenvolvimento dos programas por país e encaminhar sugestões de aprimoramento dos procedimentos, e estar disponível para eventual representação da Diretoria de Relações Internacionais em eventos e viagens vinculados a sua área de atuação.
Grupo Assessor Especial da Diretoria de Programas e Bolsas no País	Portaria CAPES nº 16/2015	Analisar propostas de estudos e programas da DPB para o aprimoramento das atividades da CAPES no tocante à formação de recursos humanos de alto nível no sistema de pós-graduação, educação básica e de desenvolvimento científico e tecnológico, assessorar o Presidente e o Diretor da DPB sobre assuntos que lhes sejam submetidos, elaborar lista de consultores para a realização de análise de mérito das propostas apresentadas, realizar priorizações de propostas submetidas nos diversos programas coordenados pela DPB, acompanhar a implementação e o desenvolvimento dos programas e encaminhar sugestões de aprimoramento dos procedimentos, e estar disponível para eventual representação da CAPES e/ou da Diretoria de Programas e Bolsas no País em eventos e viagens vinculados a sua área de atuação.
Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da CAPES	Portaria Capes nº 146/2014 Portaria Capes nº 150/2014	Apoiar a gestão da tecnologia da informação, analisar, avaliar e aprovar políticas, diretrizes e planos de ação, alinhadas às do Comitê Executivo do Governo Eletrônico.

5.7 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

O art. 18 do Anexo I, do Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012, dispõe acerca das atividades que competem à Auditoria Interna da CAPES. O referido decreto pode ser consultado no endereço eletrônico <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Decreto-7692-de2mar12-NovoEstatutoCapes.pdf>.

Cumprir informar que a Portaria CAPES nº 20, de 16 de março de 2015, instituiu o Código de Ética desta unidade de auditoria Interna. A citada Portaria pode ser consultada em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-marco-2015.pdf (Anexo 11).

Imperioso destacar, ainda, que a AUD/CAPES observa integral e estritamente as normas editadas pelo E. Tribunal de Contas e pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, a Controladoria-Geral da União/PR, notadamente a Instrução Normativa SFCI/MF nº 01, de 6 de abril de 2001 e demais normativos expedidos pela CGU/PR correlatos às atividades de auditoria interna.

Em 12 de maio de 2015, foi publicada a Portaria CAPES nº 63, com vistas a garantir a independência e objetividade necessárias para a realização das atividades da Auditoria Interna da CAPES. O texto da portaria em comento pode ser acessado em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-Maio-2015.pdf (Anexo 12).

A unidade de auditoria interna da CAPES, conforme anteriormente abordado, segue as orientações técnicas e disposições normativas exaradas pela Corte de Contas e pela Controladoria-Geral da União/PR. Portanto, para o desenvolvimento de suas atividades, a AUD/CAPES adota integralmente as orientações e recomendações expedidas pela CGU/PR e pelo TCU, sendo esta a estratégia de atuação.

A AUD/CAPES é composta atualmente pelo Auditor-Chefe (cargo de Direção e Assessoramento Superior DAS 4), por quatro servidores de nível superior (Analistas em Ciência e Tecnologia), por três servidores de nível médio (Assistentes em Ciência e Tecnologia) e por uma servidora terceirizada (Secretária Executiva).

Em dezembro de 2015, a Diretoria de Gestão da CAPES, tendo em vista a reduzida força de trabalho a qual a AUD/CAPES apresentava, determinou que duas dos quatro Analistas em Ciência e Tecnologia acima descritos fossem deslocadas a esta unidade de auditoria interna.

A escolha do titular da Auditoria Interna, nos termos do inciso VIII do art. 12 do Anexo I, do Decreto nº 7.692/2012, compete ao Conselho Superior da CAPES. Tal escolha é submetida à Controladoria-Geral da União, conforme determina o § 5º do art. 15, do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000.

A Auditoria Interna vincula-se administrativamente ao Conselho Superior da CAPES, conforme o disposto pelo parágrafo único do art. 18 do Anexo I, do Decreto nº 7.692/2012.

Cabe registrar que o Conselho Superior, por meio da Resolução nº 4, de 11 de dezembro de 2014, delegou ao Presidente da CAPES para que este, na condição de Presidente do Conselho ora tratado, possa deliberar acerca de questões apresentadas pela AUD/CAPES que versem sobre atividades rotineiras e executivas desta unidade de auditoria interna, sem prejuízo do disposto no inciso VIII do art. 12 do Decreto nº 7.692/2012. A citada Resolução pode ser verificada em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/0-712014-Boletim-Servico-DEZEMBRO-2014.pdf (Anexo 13).

A AUD/CAPES encaminha os relatórios finais às áreas auditadas e ao Gabinete da Presidência da CAPES, com as recomendações as quais entende pertinentes, que se adotadas, possam fortalecer os controles internos da instituição, mitigar os riscos envolvidos na execução dos programas e ações e incrementar a economia, eficácia, eficiência e efetividade das atividades desempenhadas pelas Diretorias.

A Auditoria Interna, em obediência ao art. 12 da Instrução Normativa CGU nº 24, de 17 de novembro de 2015, informa à Controladoria-Geral da União a finalização da atividade de auditoria realizada no âmbito da CAPES.

As áreas auditadas, após 30 dias do recebimento do relatório final, são questionadas pela Auditoria Interna acerca da implementação das recomendações contidas no referido relatório. O Gabinete da Presidência da CAPES recebe cópia do expediente encaminhado à área auditada quanto ao questionamento acerca do atendimento às recomendações da AUD/CAPES.

Caso a área auditada informe que não implementou recomendação da Auditoria Interna, de acordo com o caso concreto, a AUD/CAPES solicitará reunião com o Diretor responsável e com representante do Gabinete da Presidência, de modo que o Presidente tenha ciência do ocorrido.

Em se tratando de riscos elevados decorrentes da não implementação de recomendações da auditoria interna pela alta gerência, o Auditor-Chefe solicitará reunião do Conselho Superior para abordar tal fato.

Não houve adequações na estrutural organizacional da AUD/CAPES.

5.8 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

No exercício de 2015, não foram instaurados processos administrativos disciplinares e/ou sindicâncias na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Registramos que todos os procedimentos disciplinares no âmbito da CAPES instaurados anteriormente ao exercício de 2015 estão devidamente registrados no sistema CGU-PAD, em estrita observância aos ditames da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

5.9 Gestão de Riscos e Controle Interno

A CAPES tem clara percepção acerca dos riscos envolvidos na realização de suas atividades, que possam comprometer o atingimento dos seus objetivos institucionais e impactar no funcionamento dos controles internos desta Fundação.

A identificação dos riscos é uma atividade que ocorre tanto em nível de Diretoria Executiva como no âmbito de cada uma das sete diretorias da Instituição, conforme a atividade que esteja sendo avaliada. Porém, não há ainda estrutura e instrumento formais para a avaliação de riscos.

Visando a criação de política institucional e formal de avaliação e identificação de riscos, na data de 24 de setembro de 2015, foi instituído o Grupo de Trabalho para elaboração de política de avaliação de riscos da CAPES, mediante a publicação da Portaria CAPES nº 121 (documento disponível em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-setembro-2015.pdf).

O referido grupo é formado por um integrante de cada Diretoria, além de representante do Gabinete da Presidência. Já houve três reuniões do grupo, a partir da sua instituição, e a participação em evento sobre a política de riscos adotada no Banco Central do Brasil.

Ocorrerá na CAPES, em abril/2016, seminário sobre avaliação de riscos, com palestra de professores da Escola Superior de Redes – RNP. Também ocorrerá, nas dependências da CAPES, curso a ser ministrado pela RNP tratando de avaliação de riscos, de modo que o grupo de trabalho possa instituir a política institucional a ser utilizada para a identificação de riscos.

Também foi instituído Grupo de Trabalho para avaliação dos riscos envolvidos nos programas de pós-graduação acompanhados e conduzidos pela CAPES, com a publicação da Portaria CAPES nº 139, de 13 de novembro de 2015 (http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-Novembro-2015.pdf).

Já no que diz respeito aos controles internos, as Diretorias verificam se estes estão em pleno funcionamento, mediante a observação de indicadores criados para tais fins.

Citamos também que, além dos mecanismos e orientações existentes no sistema central de controle interno do Poder Executivo Federal para a verificação do funcionamento dos citados controles internos da CAPES, a Auditoria Interna, quando da realização de suas auditorias, testa tais controles, recomendando às áreas auditadas a adoção de medidas que possam fortalecer as estruturas de controle interno e, ainda, monitora a implementação das recomendações.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) possui uma Central de Atendimento ao Cidadão desde setembro de 2009. Ela compõe o serviço de atendimento do Ministério da Educação (MEC) e pode ser contatada pelo telefone (0800 616161, opção 6 para assuntos e programas da Capes; e opção 0 – subopção 1, para o programa Ciência sem Fronteiras) ou pelo Formulário Fale Conosco disponível na internet (<http://www.capes.gov.br/faleconosco>).

O funcionamento da central é dividido em três níveis. Os atendimentos por telefone (nível 1) são realizados na sede da CallContact Center, empresa licitada pelo Ministério da Educação para realização de serviços de Call Center do próprio ministério, suas autarquias e fundações. A empresa Call está localizada no SIA Trecho 1, Lotes 1730/1740 – Brasília-DF. Os atendimentos recebidos pelo formulário Fale Conosco e demandas não esclarecidas pelo telefone são realizadas pelas equipes de níveis 2 e 3, sendo respectivamente lotados no 1º subsolo do edifício Rádio Center, SRTVN BLOCO P QUADRA 702, e no 2º subsolo do edifício-sede da Capes, sendo a equipe de nível 3 responsável por atualizar a base de conhecimento, utilizada pelos operadores, sobre os diversos programas da Capes e também pelo contato direto com os técnicos, assistentes e analistas de cada setor da instituição.

A Coordenação de Comunicação Social (CCS) do Gabinete da Presidência da Capes é o setor responsável pela fiscalização do contrato no âmbito da Capes. Todos os fiscais do contrato são nomeados por meio de portaria publicada pela Secretaria de Administração Acadêmica (SAA/MEC), em boletim de serviço interno do MEC, e compõem a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços de Contact Center da Central de Atendimento do MEC. Sendo assim, a CCS é responsável pela busca da qualidade do serviço e pela organização, junto às áreas técnicas, dos treinamentos necessários à equipe. A CCS realiza leitura diária, por amostragem, de atendimentos realizados e gerencia os números de atendimento a partir de relatórios periódicos enviados pela empresa Call. Relatórios mensais com os assuntos mais solicitados e o número total de atendimentos são publicados na intranet da Capes. A porcentagem de atendimentos realizados faz parte de metas previstas no contrato, assim como compõe indicador de avaliação de desempenho de servidores da Capes, no âmbito da Gratificação de Atividade de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (GADCT). Ver no Gráfico3 o total de demandas da Central de Atendimento em 2015* e sua respectiva classificação por tipo de solicitação.

Além da Central de Atendimento, desde maio de 2012, a Capes conta com o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme previsto na Lei nº 12.527/2011, para o atendimento presencial, online e telefônico das pessoas que procuram por informações sobre ações e programas da Capes. O solicitante pode optar pelo acesso ao sistema e-SIC (<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/>), pelo contato via telefone (61) 2022-6850, ou presencialmente no posto do SIC localizado 2º subsolo do edifício-sede da Capes. O SIC/Capes também está sob a responsabilidade da Coordenação de Comunicação Social. Relatórios anuais são publicados na internet (<http://www.capes.gov.br/acesso-ainformacao/relatorios-anuais>). Ver no Gráfico 3 o total de atendimentos via e-SIC no ano de 2015 e sua respectiva classificação por tipo de solicitação.

Gráfico 3 – Levantamento de demandas feitas pelos canais de atendimento ao cidadão – e-SIC e Central de Atendimento

Demandas e-SIC De Janeiro/ 2015 a Dezembro/ 2015			Demandas Central de Atendimento De Janeiro/ 2015 a Dezembro/ 2015		
Classificação de Solicitação e-SIC			Classificação Central de Atendimento		
Sugestão	0	0,00%	Sugestão	61	0,05%
Denúncia	0	0,00%	Denúncia	467	0,39%
Reclamação	25	4,19%	Reclamação	42	0,04%
Não é pedido de acesso à informação	3	0,50%	Elogio	20	0,02%
Assuntos alheios à CAPES	77	12,90%	Assuntos alheios à CAPES	50	0,04%
Solicitação de Informação	492,00	82,41%	Solicitação de Informação	118.261,00	99,46%
TOTAL	597,00	100%	TOTAL	118.901,00	100%

Fontes: - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html>;

- Sistema de Registro Cube – <http://mec.cube.callsp.inf.br/pentaho>

Denúncias

Em outubro de 2015, foi criado um canal específico para recebimento de denúncias, por recomendação da Controladoria Geral da União, pelo fato de a Capes não possuir uma Ouvidoria. Este canal está disponibilizado no site da Capes e pode ser acessado pelo seguinte endereço: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/denuncias>. As denúncias são avaliadas pela Auditoria Interna, que procede com a abertura de processo quando as demandas se caracterizam nesta categoria. De outubro a dezembro de 2015 foram registradas 151 denúncias neste canal. Dessas, 62 não se caracterizaram como tal. Quando as mensagens são caracterizadas como solicitação de informação, reclamação, pedidos diversos etc, essas são tratadas como demandas de cidadão e respondidas pela Central de Atendimento ao Cidadão.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Capes disponibiliza em seu Portal a Carta de Serviços ao Cidadão, conforme prevê o Decreto nº 6.932/2009. O documento está disponível no link <http://cartadeservicos.capes.gov.br/>.

A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar, de maneira clara e precisa, o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

A produção da Carta se deu por meio de comissão composta por representantes de cada uma das diretorias da Capes nomeados por portaria interna.

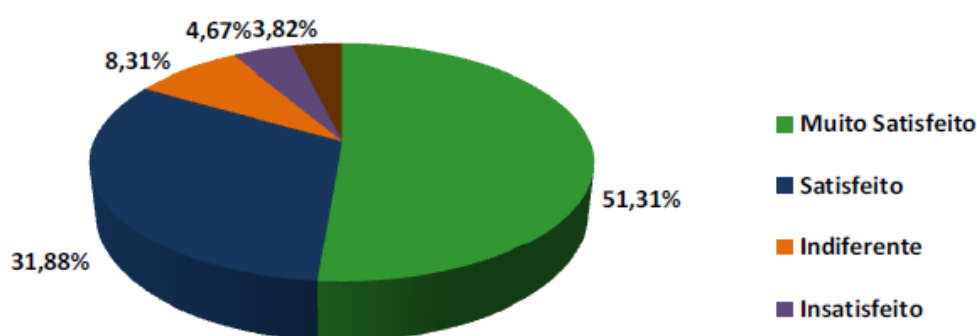
A divulgação da Carta é feita no próprio portal – está como um dos itens do menu “Acesso à Informação”, que é o primeiro item no menu do portal. Também é divulgada em folhetos/folders, distribuídos dentro das ações de divulgação de utilidade pública realizadas pela Capes.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Central de Atendimento da Capes possui pesquisa de satisfação. Ela é feita somente no âmbito do nível 1 – atendimento por telefone (0800). Os dados são compilados em relatórios enviados à Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA) do Ministério da Educação e suas unidades vinculadas.

A pesquisa de satisfação da Central é realizada ao final de cada ligação. Ela é composta por duas perguntas. Ressalta-se que cabe ao cidadão decidir se responde ou não à pesquisa. Nos Gráficos 4 e 5 seguem os dados da referida avaliação.

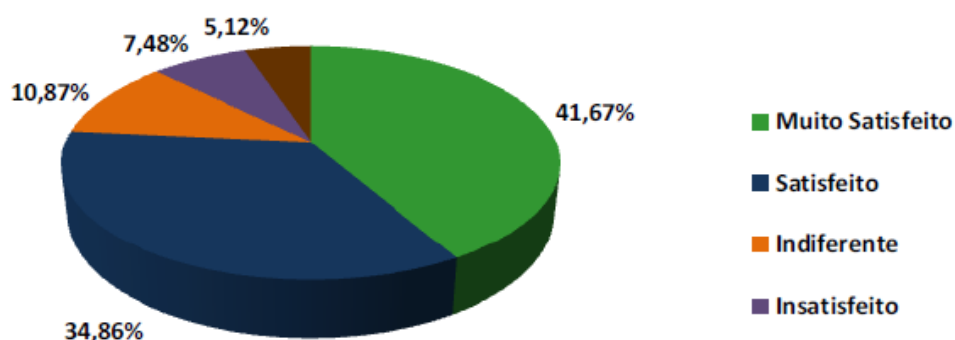
Gráfico 4 – Pesquisa de satisfação serviço Central de Atendimento 0800 no ano de 2015



1) Como classifica a qualidade do atendimento prestado através do contato telefônico?						
Muito Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Total	Mês/Ano
2.266	1.565	482	257	187	4.757	Janeiro / 2015
1.570	936	220	104	88	2.918	Fevereiro / 2015
2.342	1.388	244	134	142	4.250	Março / 2015
1.292	826	204	98	78	2.498	Abril / 2015
1.286	756	182	136	82	2.442	Maio / 2015
1.180	764	238	108	100	2.390	Junho / 2015
1.368	838	224	118	126	2.674	Julho / 2015
908	548	138	120	72	1.786	Agosto / 2015
682	396	142	72	64	1.356	Setembro / 2015
672	350	104	60	42	1.228	Outubro / 2015
690	334	78	58	56	1.216	Novembro / 2015
838	678	190	108	88	1.902	Dezembro / 2015
Anual - 2015						
15.094	9.379	2.446	1.373	1.125	29.417	

Fonte: Sistema de Telefonia Comunix – <http://sistemassia.call.inf.br/mec/comunix/>.

Gráfico5 – Pesquisa de satisfação serviço Central de Atendimento 0800 no ano de 2015



02) como classifica sua satisfação em relação à execução geral dos serviços?						
Muito Satisfeito	Satisfeito	Indiferente	Insatisfeito	Muito Insatisfeito	Total	Mês/Ano
1.613	1.539	525	360	261	4.298	Janeiro / 2015
1.142	966	234	184	88	2.614	Fevereiro / 2015
1.874	1.334	294	188	120	3.810	Março / 2015
970	770	268	130	106	2.244	Abril / 2015
906	746	192	198	112	2.154	Maio / 2015
818	750	268	168	116	2.120	Junho / 2015
926	826	282	188	146	2.368	Julho / 2015
626	516	190	132	82	1.546	Agosto / 2015
482	384	138	84	76	1.164	Setembro / 2015
458	352	128	74	40	1.052	Outubro / 2015
514	334	98	72	62	1.080	Novembro / 2015
564	594	224	178	128	1.688	Dezembro / 2015
Anual - 2015						
10.893	9.111	2.841	1.956	1.337	26.138	

Fonte: Sistema de Telefonia Comunix – <http://sistemassia.call.inf.br/mec/comunix/>

6.4 Mecanismos de Transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

De acordo com o que prevê a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Portal de Capes disponibiliza como primeiro item do menu o botão “Acesso à Informação” que divulga informações institucionais e organizacionais da Capes, compreendendo suas funções, competências, estrutura organizacional, quem é quem, agenda do presidente, horários de atendimento e legislação da Capes.

Conforme portaria da Controladoria-Geral da União nº 262, de 30 de agosto de 2005, a Capes disponibiliza para divulgação pública em seu portal eletrônico os arquivos referentes aos relatórios de gestão, relatórios e certificados de auditoria, com pareceres do órgão de controle interno.

Também estão disponíveis informações sobre licitações, contratos, convênios, despesas e servidores.

6.7 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No dia 3 de julho de 2014, a Capes lançou seu novo portal, que atende ao modelo do Portal Institucional Padrão do Governo Federal. Desta forma, no item disponível no próprio site <http://www.capes.gov.br/acessibilidade> está especificado que o “portal segue as diretrizes do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296, de 2.12.2004”.

A Capes tem envidado esforços para garantir que pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida não encontrem barreiras arquitetônicas em seu espaço, eliminando obstáculos e assim assegurando o acesso em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Destacamos que:

- a) Todos os andares desta sede existem banheiros adaptados e acessíveis aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- b) Há reserva de vagas no estacionamento do edifício para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção e gestantes seguindo as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas vigentes;
- c) Os espaços de reuniões e conferências dispõem de locais reservados para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de modo que lhes são garantidas as condições de acesso e circulação. No auditório principal da Capes há um elevador que possibilita o acesso ao palco aos portadores de necessidades especiais com dificuldade de locomoção;
- d) Os requisitos de acessibilidade são observados no percurso para acesso à edificação, desde a entrada até as dependências de uso comum.
- e) As cabines do elevador e a porta de entrada do edifício são acessíveis para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Ressaltamos ainda a nossa preocupação em atender prioritariamente às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida observando sempre a legislação relacionada ao assunto.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

A dotação autorizada em 2015 foi de R\$ 7.433.665.299,00, distribuída da seguinte forma: Pessoal e Encargos Sociais 1,11% (Grupo 1), Investimento 1,92% (Grupo 4) e Outras Despesas Correntes 96,97% (Grupo 3).

As alterações ocorridas durante o exercício foram necessárias visando adequar à dotação inicialmente prevista às necessidades dos Programas e às questões operacionais.

A execução orçamentária, considerando as despesas empenhadas, alcançou o patamar de 94,38% permanecendo assim a tradição de execução próxima a 100%.

As despesas com a área meio ficaram abaixo dos 3% em relação à dotação autorizada, correspondendo 0,86% despesas com administração da unidade e 1,10% despesas com pessoal, demonstrando o empenho da Instituição com a priorização de suas atividades fins.

Cabe destacar que os ingressos financeiros se dão de forma mensal e os dispêndios acompanham os ingressos, não havendo algo relevante que se possa destacar nesse processo.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A CAPES atualmente utiliza na gestão de patrimônio e almoxarifado o SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos e adota como metodologia de cálculo a macrofunção do SIAFI de assunto “020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na administração direta da União, Autarquias e Fundações” e as NBC T 16.9 e 16.10.

As metodologias adotadas para estimar a vida útil econômica do ativo, do cálculo da depreciação, amortização e exaustão, bem como as taxas utilizadas para estes cálculos são as mesma apresentadas na macrofunção supracitada conforme a tabela seguinte:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Tabela 20 Metodologias adotadas para estimar a vida útil

Grupo de Material	Vida Útil Padrão (Anos)	Valor Residual Padrão
5204 - APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10 %
5206 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20 %
5208 - APARELHOS, EQUIP. E UTENS. MED., ODONT., LABOR. E HOSP.	15	20 %
5212 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10 %
5218 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0 %
5224 - EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10 %
5230 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10 %
5232 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10 %
5233 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10 %
5234 - MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10 %
5235 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5	10 %
5236 - MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	10	10 %
5242 - MOBILIARIO EM GERAL	10	10 %
5248 - VEICULOS DIVERSOS	15	10 %
5252 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10 %

A avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do deferido foram realizadas de acordo com as orientações das NBC T 16.9 e 16.10 durante o exercício de 2015.

Destacamos que todos os procedimentos citados estão em consonância com a legislação vigente e encontram base legal na Lei nº 4.320/64, na Lei complementar nº 101/2000 e na Lei nº 10.180/2001.

7.4 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não há definição de metodologia de mensuração de custos.

7.7 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis estão como anexos do Relatório de Gestão:

- a) **ANEXO VI** – Balanço Financeiro;
- b) **ANEXO VII** – Balanço Orçamentário;
- c) **ANEXO VIII** – Balanço Patrimonial;
- d) **ANEXO IX** – Demonstração das Variações Patrimoniais; e
- e) **ANEXO X** – Demonstração do Fluxo de Caixa.

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 Gestão de Pessoas

8.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Quadro 13 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	604	393	14	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	604	393	14	29
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	604	376	8	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	NÃO HÁ	4	1	4
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	NÃO HÁ	2	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	NÃO HÁ	11	5	6
2. Servidores com Contratos Temporários	79	36	19	9
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	39	10	2	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	701	422	35	42

Fonte: SIAPE

Quadro 14 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	126	267
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	126	267
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	120	255
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	3	2
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	8
2. Servidores com Contratos Temporários	19	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	6	4
4. Total de Servidores (1+2+3)	151	271

Fonte: DW-SIAPENet.

Quadro 15 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	104	102	25	23
1.1. Cargos Natureza Especial	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ	NÃO HÁ
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	104	102	25	23
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	NÃO HÁ	79	18	12
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	NÃO HÁ	4	1	4
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	NÃO HÁ	9	4	3
1.2.4. Sem Vínculo	39	3	1	1
1.2.5. Aposentados	NÃO HÁ	7	1	3
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	104	102	25	23

Fonte: SIAPE

8.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 16 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	27.987.584,68	2.851.593,39	3.343.972,55	10.869.723,72	1.978.484,29	1.048.071,96	390.215,34	2.646,24	48.012,76	48.520.304,93
	2014	26.908.343,42	2.532.937,62	3.174.879,16	10.614.952,03	2.219.248,70	971.360,81	255.073,84	30.802,18	53.980,53	46.761.578,29
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	817.917,76	67.829,26	48.292,75	457.055,65	0,00	9.018,69	0,00	0,00	1.400.114,11
	2014	0,00	812.916,20	100.736,29	34.888,03	257.102,21	0,00	17.212,91	1.054,65	0,00	1.223.910,29
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	834.426,99	65.850,66	64.138,45	186.573,28	0,00	30.522,93	0,00	0,00	1.181.512,31
	2014	0,00	978.060,55	76.719,38	53.498,13	253.171,59	0,00	4.947,23	0,00	0,00	1.366.396,88
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	1.646.422,58	0,00	185.405,61	557.089,86	74.615,40	130.997,21	0,00	0,00	2.130,84	2.596.661,50
	2014	1.254.980,75	0,00	162.334,77	376.146,05	55.397,00	106.575,54	0,00	0,00	2.130,84	1.957.564,95
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	1.991.143,33	0,00	157.184,16	136.711,28	104.602,31	0,00	0,00	0,00	0,00	2.252.929,80
	2014	2.956.205,98	0,00	231.942,50	201.285,75	157.507,85	0,00	0,00	0,00	0,00	3.546.942,08

Fonte: DW-SIAPENet e SIAFI.

8.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O principal risco que vem sendo observado nos últimos anos decorre da realização de concursos públicos promovidos por outras instituições públicas, com quadro de pessoal permanente de outras carreiras no serviço público federal ou estadual que, embora tenham níveis salariais equivalentes ao da CAPES, oferecem carga-horária de trabalho menor e/ou outros benefícios mais vantajosos dos que são autorizados para as carreiras de Ciência e Tecnologia. Esse fato impacta na evasão de servidor treinado de forma significativa.

8.1.10 Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

Quadro 17 – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: CAPES						
UG/Gestão: 154003/15279						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	it.
			Início	Fim		
2012	Serviço de apoio administrativo e outros serviços auxiliares	26.414.755/001-26	24/05/2012	23/05/2015	Ensino médio/Superior	
2014	Serviços de Secretaria	09.370.244/001-30	13/11/2014	13/11/2016	Ensino médio/Superior	
2014	Serviço de Recepção	09.370.244/001-30	13/11/2014	13/11/2016	Ensino médio	
2014	Serviço de Vigilância	02.282.727/001-34	01/01/2015	31/12/2016	Ensino médio	
2012	Serviço de Brigada de Incêndio	08.414.767/001-79	01/08/2012	31/07/2016	Ensino médio/Superior	
2014	Serviço de Manutenção Predial	01.011.976/001-22	01/08/2014	01/08/2016	Ensino médio/Superior	
2014	Garçom, copeira e motoristas	20.204.491/001-08	13/11/2014	31/10/2015	Ensino médio	
2015	Garçom, copeira e motoristas	09.370.244/001-30	01/11/2015	12/11/2015	Ensino médio	
2015	Garçom, copeira e motoristas	09.370.244/001-30	13/11/2015	13/11/2016	Ensino médio	
2010	Limpeza e conservação de bens móveis e imóveis	05.058.935/001-42	03/05/2010	03/05/2016	Ensino médio/Fundamental	
2014	Estagiários	07.454.690/001-06	01/08/2014	01/08/2016	Ensino médio/Superior	

Fonte: SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.

Quadro 18 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes em 31/12				Despesa no exercício de 2015
	2012	2013	2014	2015	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	61	67	67	68	492.520,80
1.1 Área Fim	43	49	49	44	331.196,94
1.2 Área Meio	18	18	18	24	161.323,86
2. Nível Médio	23	27	25	23	82.603,31
2.1 Área Fim	16	18	16	10	38.848,74
2.2 Área Meio	7	9	9	13	43.754,57
3. Total (1+2)	84	94	92	91	575.124,11
Fonte: DW-SIAPENet.					

Em linhas gerais, a viabilização de vagas para ocupação dos estagiários em muito tem contribuído para a formação dos alunos, bem como para a instituição em termos de agregação de conhecimento e aproveitamento na força de trabalho por intermédio de aprovações nos concursos públicos.

8.1.11 Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Tendo em vista o aumento considerável de atividades gerenciadas pela CAPES nos últimos anos, decorrente principalmente da lei 11.502/2007, que ampliara suas competências, e de programas governamentais prioritários, como o programa "Ciência sem Fronteiras", observou-se necessário um projeto de reestruturação e otimização de suas rotinas, visando suprir a demanda de resultados que tais mudanças imputaram ao órgão, especialmente à Diretoria de Relações Internacionais, responsável pelo intermédio negocial com as instituições estrangeiras e implementação das bolsas no exterior.

Por conseguinte, durante o ano de 2015, a CAPES executou dois Projetos de Cooperação com o apoio da UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, cuja competência em cooperação técnica com organismos internacionais é amplamente reconhecida, de forma que esta orientou a CAPES neste processo de reestruturação de normas, processos e rotinas, disponibilizando consultores ad hoc modalidade produto para a elaboração de pareceres e laudos técnicos referentes ao cumprimento da missão da instituição.

Um projeto foi iniciado em 2014 e finalizado em junho de 2015 o qual foi intitulado “Aperfeiçoamento institucional com vistas à melhoria dos programas, processos, projetos e procedimentos organizacionais contribuindo, assim, para o alcance da eficiência, eficácia e efetividade na gestão da pós-graduação e na formação de professores da educação básica”. É oportuno mencionar o código de referência do projeto que é 914BRZ1144.2. Informamos ainda que o projeto contou com a contratação de oito consultores na modalidade produto.

A CAPES considerou satisfatória a execução do Acordo 914BRZ1144.2, visto que os produtos entregues melhoraram as rotinas de trabalho e realizaram a gestão do conhecimento internamente. É mister mencionar que os manuais produzidos pelos consultores estão disponibilizado no Portal da CAPES, tal medida visa resguardar o acesso à informação dos bolsistas da CAPES, bem como auxiliá-los com suas dúvidas.

Outro projeto está em andamento uma vez que iniciou em julho de 2015 com previsão de término em julho de 2016. O projeto foi intitulado “Aprimoramento e avaliação dos programas, processos, projetos e procedimentos organizacionais contribuindo, assim, para o alcance da governança da gestão dos programas e ações de responsabilidade da CAPES, com vistas à melhoria do Sistema Nacional de Pós-Graduação e da capacitação dos professores da educação básica”, seu código de referência é 914BRZ1009.3. Para execução desse projeto foram contratados quatro consultores na modalidade produto.

Convém mencionar que os projetos possuem 12 meses de duração, além disso, estão vinculados ao PRODOC do Ministério de Educação – MEC.

A seguir apresentamos resumidamente as informações dos consultores.

Tabela 21 – Consultores na CAPES

Nome do consultor	Acordo	Valor do Contrato	Período de Vigência		Objeto da Consultoria
			Início	Término	
André Roberto Becher	914BRZ1144.2	R\$ 56.000,00	12/11/2014	12/05/2015	Consultoria especializada para subsidiar a DRI/CAPES na análise e na avaliação de procedimentos e de rotinas operacionais, buscando a reestruturação e a remodelagem dessas atividades para gestão, acompanhamento e monitoramento mais eficientes dos candidatos e bolsistas das principais modalidades de bolsa sob a responsabilidade da diretoria: 1) Doutorado Pleno no Exterior; 2) Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE); 3) Graduação Sanduíche no Exterior; 4) Mestrado Profissional no Exterior; 5) Atração de Jovens Talentos (BJT); 6) Pesquisador Visitante Especial (PVE); e 7) Pós-Doutorado no Exterior (PDE).
Cyntia Sandes Oliveira	914BRZ1144.2	R\$ 56.000,00	18/11/2014	18/05/2015	
Lorraine Oliveira Nunez	914BRZ1144.2	R\$ 56.000,00	12/11/2014	12/05/2015	
Thais Teixeira de Siqueira	914BRZ1144.2	R\$ 56.000,00	12/11/2014	12/05/2015	
Luís Carlos da Fontoura	914BRZ1144.2	R\$ 56.000,00	07/10/2014	06/05/2015	Consultoria especializada para subsidiar a DRI/CAPES na análise e na avaliação de procedimentos e de rotinas operacionais, buscando a reestruturação e a remodelagem dessas atividades para gestão, acompanhamento e monitoramento mais eficientes dos egressos dos principais programas de fomento sob a responsabilidade da diretoria: 1) Programa Ciência Sem Fronteiras; 2) Programas de Cooperação Internacional – África e Europa; e 3) Programas de Cooperação Internacional – Américas, Ásia e Oceania.
Renata de Melo Rosa	914BRZ1144.2	R\$ 56.000,00	07/10/2014	06/05/2015	
Rogério Antônio Sampaio Parente Vianna	914BRZ1144.2	R\$ 56.000,00	07/10/2014	06/05/2015	
Sérgio Vieira Branco Júnior	914BRZ1144.2	R\$ 80.000,00	22/09/2014	21/05/2015	Contratação de consultoria técnica especializada para desenvolver estudos e subsidiar a DED/CAPES no processo de implementação da política de licenciamento e acesso aberto no processo de elaboração e disponibilização de material didático para os cursos nacionais a serem ofertados no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.
Andrea do Nascimento Araujo	914BRZ1009.3	R\$ 56.000,00	25/11/2015	23/05/2016	Consultoria especializada para subsidiar as ações de reestruturação dos instrumentos de gestão do processo de acompanhamento de bolsistas e ex-bolsistas da Coordenação Geral de Bolsas e Projetos e da Divisão de Acompanhamento de Egressos.
Carolina Bandeira Rosa	914BRZ1009.3	R\$ 56.000,00	04/12/2015	23/05/2016	
Daniela Corte Real	914BRZ1009.3	R\$ 56.000,00	25/11/2015	23/05/2016	

Sônia Maria Alves da Costa	914BRZ1009.3	R\$ 40.000,00	13/10/2015	22/02/2016	Consultoria especializada para desenvolvimento de estudos subsidiários ao processo de atualização dos instrumentos normativos vigentes relativos à Pós-Graduação, de forma a apoiar as ações de avaliação da pertinência dos referidos instrumentos.
-------------------------------	--------------	---------------	------------	------------	--

8.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

8.2.1 Gestão da frota de veículos

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950 e Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008.

Forma: Veículos oficiais próprios adquiridos através de licitações.

- Veículos de transporte institucional;
- Veículos de serviços comuns;

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da CAPES.

Importância - Atendimento à necessidade frequente de veículos para transporte das autoridades da CAPES, conforme Decreto nº 6.403/2008 de 17 de março de 2008. Os serviços de transporte apoiam várias atividades administrativas e operacionais, desenvolvidas pela CAPES, uma vez que essa Fundação tem diversas parcerias acadêmicas no âmbito nacional e executa inspeções e visitas de orientação nas Instituições conveniadas. A frota de veículos é essencial para que, através das cooperações nacionais existentes possa haver fiscalização, troca de informações e estudos entre os técnicos brasileiros.

Impacto - Redução dos gastos com o erário público, após a implantação do sistema de gerenciamento onde ocorre o controle, monitoração e fiscalização dos gastos com aquisição de combustíveis e manutenção preventiva e corretiva das peças da frota dos veículos.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.

Quantidade veículos	Veículos de transporte institucional (art. 5º decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008)	Veículos de serviços comuns (art. 6º decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008)
11	2	9

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quantidade veículos	Veículos de transporte institucional	Veículos de serviços comuns
11	2	9
Total KM rodados/ano 2015	32.483	74.033
Média Mês	2.707	6.169

e) Idade média da frota, por grupo de veículo.

Idade média da frota, por grupo de veículos.				
Quantidade veículos	Veículos de transporte institucional (idade média)		Veículos de serviços comuns (idade média)	
11	Honda Civic	2002	Ford Ranger	2010
			Ford Ranger	2010
			Fiesta	2010
			Fiesta	2010
	Honda Civic	2007	S 10	2003
			Citroen Junper	2006
			VW Parati	2000
			Renault Clio	2007
			Fiat Elba	1994
Idade Média	11 anos		12 anos	

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

Manutenção (Peças e Serviços)	Combustível	Seguro dos veículos	Licenciamento / seguro obrigatório
R\$ 34.328,51	R\$ 41.677,96	R\$ 7.959,00	R\$ 1.910,19

Fonte SIAFI e Gestor de frotas, contrato de prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e abastecimentos da frota de veículos desta Fundação, processo original nº 23038.009914/2012-56 e processo de execução nº 23038.002383/2013-51, referente à adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 10/2012, processo nº 02070.001246/2012-42, UASG 443033 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.

g) Plano de substituição da frota.

Não foi previsto substituição para o exercício de 2015.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

Não existiu aquisição de veículos no exercício de 2015.

i) Estrutura de controles de que a CAPES dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Atualmente a CAPES dispõe de um sistema de gerenciamento de gestão da sua frota de veículos oficiais abrangendo abastecimento, manutenção preventiva e corretiva. O sistema viabiliza um melhor gerenciamento dos serviços prestados evitando o desperdício de recursos através de redução de gastos inadequados por meio da utilização de relatórios de execução, melhoria do gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva, através do controle de quilometragem e consumo por veículo, busca minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dos serviços.

8.2.2 Política de destinação de os veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A destinação de veículos inservíveis ou fora de uso é feita por meio de doação conforme legislação vigente.

A Capes possui atualmente um veículo em bom estado de conservação, porém em desuso. O veículo é um Fiat Elba Weekend, 1994/1994, placa JFO4706, renavan 618667822 e chassi 9BD146000R5187777. As despesas do veículo estão em dia, foram pagos em 2015 a taxa de licenciamento no valor de R\$ 58,00 e o seguro obrigatório de R\$ 105,25.

8.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Este item não se aplica, a Capes não realiza gestão de imóveis da União.

8.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Este item não se aplica, a Capes não realiza política de cessão de espaços físicos ou imóveis para terceiros, públicos ou privados.

8.2.7 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Imóveis	Localização	Quantidade	Valor Mensal
Sede Capes	Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco L Lote 06 – Brasília- DF	1	R\$ 1.156.602,65
Anexo Capes	SRTVN Bloco P Quadra 702, Edifício Rádio Center – Brasília - DF	1	R\$ 31.323,88

1) A CAPES não realiza reformas estruturais nos prédios, mas apenas adequação dos espaços internos às suas necessidades, mediante pequenas alterações de layouts internos e com custos para a UPC.

A empresa que realiza pequenas intervenções é a Espaço & Forma Móveis e Divisórias Ltda., CNPJ: 37.977.691.0007/83.

O objeto de sua contratação é o Registro de preços para contratação de serviços com fornecimento de material por demanda, para atender as alterações de layout da CAPES.

Contrato nº: 03/2016

Valor

Anual:

1.963.520,00

2) A manutenção predial de ambos imóveis é realizada pela empresa ORION Telecomunicações, Engenharia S/A, CNPJ 01.011.976/0001-22 e os custos são da UPC.

O objeto de sua contratação é a prestação continuada de serviços de operação, manutenção preventiva, preditiva e corretiva nos sistema elétrico, lógico, hidrossanitário, de proteção contra descargas atmosféricas, climatização, de detecção, alarme e combate a incêndio, de automação, grupo gerador, nobreaks, pressurização de escadas de incêndio, portas automáticas e portão eletrônico da garagem, como o fornecimento de todo material e mão-de-obra necessários para a perfeita execução dos serviços.

Contrato nº: 17/2014

Valor Anual: 2.336.598,84

8.2.8 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Este item não se aplica, a Capes não realiza obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.

8.3 Gestão de Tecnologia da Informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com a Plano Estratégico Institucional.

Informações constantes no Item 8.3.2 deste documento.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê Gestor de TI da Capes, de natureza deliberativa, vinculado à Presidência, tem como finalidade, de acordo com a Portaria Nº 146, de 06 de novembro de 2014, apoiar a gestão da tecnologia da informação, analisar, avaliar e aprovar políticas, diretrizes e planos de ação, alinhadas às do Comitê Executivo do Governo Eletrônico.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da Capes tem as seguintes atribuições:

- I – manter alinhadas as ações de tecnologia da informação às estratégias globais da CAPES;
- II – homologar as políticas e diretrizes no âmbito de tecnologia da informação;
- III – definir e priorizar os projetos de desenvolvimento de sistemas de informação no âmbito da DTI;
- IV – analisar e aprovar a política de segurança da informação;
- V – analisar e aprovar a contratação de pessoal, contratos, convênios e acordos a serem firmados no âmbito da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- VI – estabelecer diretrizes estratégicas para orientar as ações de segurança da informação; e
- VII – Classificar as despesas passíveis de execução.

De acordo com a Portaria Nº 150, de 12 de novembro de 2014, integram o CGTI:

- a) Weder Matias Vieira - Diretor de Gestão, presidente;
- b) Manoel Cardoso Santana – Assessor Técnico do Gabinete da Presidência, Secretário Executivo;
- c) Sérgio da Costa Cortês - Diretor de Tecnologia da Informação;
- d) Idelazil Cristina do Nascimento Talhavini - representante da Diretoria de Programas e Bolsas no País;
- e) Talita Moreira de Oliveira - representante da Diretoria de Avaliação;
- f) Adi Balbinot Junior - representante da Diretoria de Relações Internacionais;
- g) Paulo Sérgio Parro - representante da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica;

h) Alexandre Magalhães Martins - representante da Diretoria de Educação a Distância.

No exercício 2015, ocorreram duas reuniões, descritas a seguir:

1. Data: 29/01/2015

1.1 Pauta:

- 1.1.1 Apresentação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – 2015-2016
- 1.1.2 Aquisições e contratações de TI para o Exercício 2015
- 1.1.3 Portaria Interministerial nº 539, de 26/12/2014
- 1.1.4 Necessidades de melhoria no webmail da Capes

2. Data: 24/03/2015

2.1 Pauta:

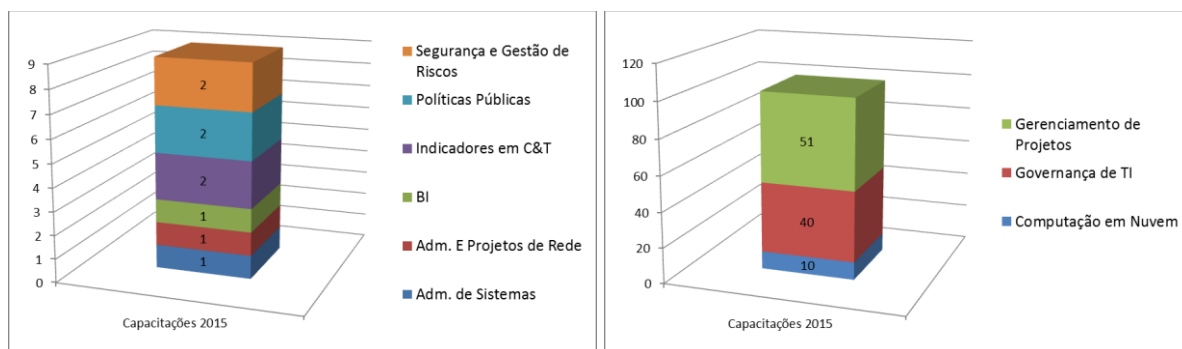
- 2.1.1 Aprovação de processos de contratação
- 2.1.2 Publicação PDTI 2015-2016, com aprovação *ad referendum* do Comitê Gestor de TI

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Informações constantes no Item 8.3.1 deste documento.

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Em 2015, os colaboradores da DTI da Capes realizaram 21 atividades de capacitação e treinamento, em nove áreas temáticas diferentes. A Governança de TI, responsável pelo acompanhamento dos treinamentos, utilizou elementos criativos na divulgação e a parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, RNP, por meio da Escola Superior de Redes, para ampliar o escopo da ação A130 do PDTI 2015-2016, que previa a realização de 100 capacitações para o quadro de funcionários da DTI até dez/2015.



Os treinamentos in company ocorreram por meio de reuniões, workshops, palestras e seminários nas diversas áreas de atuação, visando aprofundar o conhecimento técnico dos colaboradores, oferecendo subsídios nos aspectos relacionados à gestão, à legislação e à formação continuada, buscando o engajamento de todo o corpo diretivo e operacional em boas práticas, minimização de desperdícios e melhoria da imagem corporativa, entre outros.

A tabela abaixo descreve as áreas de conhecimento e o número de colaboradores que foram capacitados.

Tabela 22 – Capacitações e treinamentos DTI/CAPES 2015

Descrição	Data	Local	Tema	Colaborador
Indicadores em C&T	5/6/12/13/fevereiro/2015	CAPES	Indicadores em C&T	Patrícia Amaral
Indicadores em C&T	12/13/26/27/março/2015	CAPES	Indicadores em C&T	Gabriel Costa Resende
I Fórum IBGP de Governança de TI	15/16/abril/2015	Brasília	Governança de TI	Patrícia Amaral
Seminário Brasil 100% Digital: Dados abertos, Governo Aberto e Avaliação de Serviços e Políticas Públicas	24/abr/15	Brasília	Políticas Públicas	Patrícia Amaral
Seminário Brasil 100% Digital: Dados abertos, Governo Aberto e Avaliação de Serviços e Políticas Públicas	24/abr/15	Brasília	Políticas Públicas	Sergio da Costa Cortes
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Fabiana Borges Lucas
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Alfredo Rodrigo Guaraná Filtsoff
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Henrique Raimundo Gomes
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Roberta Peixoto Areas Silva
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Cristiano Antonio Santos Bento
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Cláudio Alberto de Andrade Florentino
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Patrícia Amaral

MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Patrícia Ribeiro Martins
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Ricardo Fernandes Gallon
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Aida Regina de Melo Russo
Descrição	Data	Local	Tema	Colaborador
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Harrysson Gilgamesh de Medeiros Nóbrega
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Danielle Gonçalves Lago
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Júlio César Feliciano Santana
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Célia dos Santos Oliveira
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Raniere Nogueira
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Thiago de Melo Souza Cruz
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Gilene do Espirito Santo Borges Gomes
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Victor França Guimarães
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Ronaldo Henrique Marinho Moreira
MS Project - Gerentes de Projetos	28/29/30/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Danilo Garcia de Almeida
MS Project - PMO	28/29/abril/2015	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha

MS Project - PMO	28/29/abril/2016	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Patricia Amaral
MS Project - PMO	28/29/abril/2017	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Fabricio Mussi Ferrari
MS Project - PMO	28/29/abril/2018	CAPES	Gerenciamento de Projetos	Roberta Peixoto Areas Silva
ESR - Planejamento e Gestão Estratégica de TI	4/5/6/maio/2015	ESR	Governança de TI	Danielle Gonçalves Lago
ESR - Planejamento e Gestão Estratégica de TI	4/5/6/maio/2015	ESR	Governança de TI	Danilo Garcia de Almeida
Descrição	Data	Local	Tema	Colaborador
ESR - Planejamento e Gestão Estratégica de TI	4/5/6/maio/2015	ESR	Governança de TI	Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha
ESR - Planejamento e Gestão Estratégica de TI	4/5/6/maio/2015	ESR	Governança de TI	Mércia Moreira da Silva de Andrade
ESR - Planejamento e Gestão Estratégica de TI	4/5/6/maio/2015	ESR	Governança de TI	Patrícia Amaral
ESR - Planejamento e Gestão Estratégica de TI	4/5/6/maio/2015	ESR	Governança de TI	Raniere Nogueira
ESR - Planejamento e Gestão Estratégica de TI	4/5/6/maio/2015	ESR	Governança de TI	Valdir Cassio Silverio
ESR - Introdução ao Linux	15/16/17/18/19/junho/2015	ESR	Administração de Sistemas	Alexandre Carvalho de Sousa
Seminário Estratégia de Governança Digital	16/jun/15	SLTI/MP	Governança de TI	Patrícia Amaral
Seminário Estratégia de Governança Digital	17/jun/15	SL TI/MP	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella
ESR - Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e NBR 27005	22/23/24/25/26/junho/2015	ESR	Governança de TI	Fabricio Mussi Ferrari

ESR - Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e 27005	22/23/24/25/26/junho/2015	ESR	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella
ESR - Gestão de Riscos de TI - NBR 31000 e 27005	22/23/24/25/26/junho/2015	ESR	Governança de TI	Patrícia Amaral
Gartner - Business Intelligence, Analytics & Information Management 2015	23/24/junho/2015	São Paulo	Business Intelligence	Sérgio da Costa Côrtes
ESR - Tecnologias de Redes sem Fio	6/7/8/9/10/julho/2015	ESR	Administração e Projeto de Rede	Thiago de Melo Souza Cruz
ESR - Gerenciamento de Projetos de TI	13/14/15/julho/2015	ESR	Governança de TI	Danilo Garcia de Almeida
ESR - Gerenciamento de Projetos de TI	13/14/15/julho/2015	ESR	Governança de TI	Gabriel Costa Resende
Descrição	Data	Local	Tema	Colaborador
ESR - Gerenciamento de Projetos de TI	13/14/15/julho/2015	ESR	Governança de TI	Irineu Delson Vieira Vaz
ESR - Gerenciamento de Projetos de TI	13/14/15/julho/2015	ESR	Governança de TI	Leonardo Cerdeira
ESR - Gerenciamento de Projetos de TI	13/14/15/julho/2015	ESR	Governança de TI	Patrícia Amaral
ESR - Gerenciamento de Projetos de TI	13/14/15/julho/2015	ESR	Governança de TI	Rafael Grangeiro Mezzeth Alencar
ESR - Gerenciamento de Projetos de TI	13/14/15/julho/2015	ESR	Governança de TI	Wilson Lima Vieira
EMC Learning Path 2015	31/jul/15	Brasília	Computação em Nuvem	Gustavo Jardim Portella
EMC Learning Path 2015	31/jul/15	Brasília	Computação em Nuvem	Carlos Eduardo Marinho de Almeida

ESR - Planejamento e Contratação de Serviços de TI	3/4/5/6/7/agosto/2015	ESR	Governança de TI	Gabriel Costa Resende
ESR - Planejamento e Contratação de Serviços de TI	3/4/5/6/7/agosto/2015	ESR	Governança de TI	Lucas Josijuan Abreu Bacurau
ESR - Planejamento e Contratação de Serviços de TI	3/4/5/6/7/agosto/2015	ESR	Governança de TI	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira
ESR - Planejamento e Contratação de Serviços de TI	3/4/5/6/7/agosto/2015	ESR	Governança de TI	Patrícia Daniele Oliveira de Alarcão
Gartner - Conferência sobre Segurança e Gestão de Riscos	10/11/agosto/2015	São Paulo	Segurança e Gestão de Risco	Patrícia Amaral
Gartner - Conferência sobre Segurança e Gestão de Riscos	10/11/agosto/2015	São Paulo	Segurança e Gestão de Risco	Thiago de Melo Souza Cruz
Fundamentos de Governança de TI	19/26/agosto/2015 2/9/setembro/2015	UnB, Brasília	Governança de TI	Patrícia Amaral
Fundamentos de Governança de TI	19/26/agosto/2015 2/9/setembro/2016	UnB, Brasília	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha
Descrição	Data	Local	Tema	Colaborador
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Patrícia Amaral
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Gilene do Espirito Santo Borges Gomes
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Luiz Leopoldo Ramos Oliveira
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Sergio da Costa Cortes
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Gabriel Costa Resende
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Carlos Eduardo Marinho de Almeida
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Eduardo Ferreira Garcia
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Thiago cruz
Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Gustavo Jardim Portella

Participação no Fórum RNP	25/26/27/agosto/2015	Brasília	Governança de TI	Eduardo Ferreira Garcia
ESR - Elaboração de PDTI	9/10/11/setembro/2015	ESR	Governança de TI	Danilo Garcia de Almeida
Congresso de Gerenciamento de Projetos	15/16/outubro/2015	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Maria Carolina Ribeiro Martins da Cunha
Congresso de Gerenciamento de Projetos	15/16/outubro/2015	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Cláudio Alberto de Andrade Florentino
Congresso de Gerenciamento de Projetos	15/16/outubro/2015	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Gustavo Jardim Portella
Workshop O Futuro Digital e a Computação em Nuvem	25/26/novembro/2015	Brasília	Computação em Nuvem	Carlos Eduardo Marinho de Almeida
Workshop O Futuro Digital e a Computação em Nuvem	25/26/novembro/2015	Brasília	Computação em Nuvem	Eduardo Ferreira Garcia
Workshop O Futuro Digital e a Computação em Nuvem	25/26/novembro/2015	Brasília	Computação em Nuvem	Valdir Cassio Silverio
Workshop O Futuro Digital e a Computação em Nuvem	25/26/novembro/2015	Brasília	Computação em Nuvem	Thiago de Melo Souza Cruz
Workshop O Futuro Digital e a Computação em Nuvem	25/26/novembro/2015	Brasília	Computação em Nuvem	Gustavo Jardim Portella
Workshop O Futuro Digital e a Computação em Nuvem	25/26/novembro/2015	Brasília	Computação em Nuvem	Edmilson Coelho Chaves Júnior
Workshop O Futuro Digital e a Computação em Nuvem	25/26/novembro/2015	Brasília	Computação em Nuvem	Gilene do Espirito Santo Borges Gomes
Descrição	Data	Local	Tema	Colaborador
Workshop O Futuro Digital e a Computação em Nuvem	25/26/novembro/2015	Brasília	Computação em Nuvem	Gabriel Costa Resende
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Gabriel Costa Resende
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Alfredo Rodrigo Guaraná Filtsoff

Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Bruno Rafael de Carvalho Moraes
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Luciano José e Santos
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Claudio Alberto de Andrade Florentino
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Danielle Gonçalves Lago
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Murilo Oliveira Ariston
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Gustavo Tavares Seixas
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Patrícia Ribeiro Martins
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Marcelo de Carvalho Gemmal
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Carlos Henrique Honda
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Fernando Gomes Pedrosa
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Adson Paulo Silva Borges
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Celso Antônio Fernandes de Queiroz
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Celia dos Santos Oliveira
Descrição	Data	Local	Tema	Colaborador
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Andre Nunes Zardo

Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Dayse Araujo Moreira Bezerra
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Rafael Figueiredo de Carvalho Costa
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Théo Alves Monteiro
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Frederico Neves Soares
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Wilson Lima Vieira
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Marcus Vinicius Santana Poletti
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Fagner Araujo de Moura
Convenção CSAB 2015	03/dez/15	Brasília	Gerenciamento de Projetos	Carlos Eduardo Borba de Aguiar

Fonte: Assessoria de Governança – DTI/CAPES.

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

Tabela 23 Força de Trabalho de TI - 2015

Força de trabalho de TI		Quantidade em 1º/01/2015	Quantidade em 31/12/2015
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade		0	0
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade		8	7
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades		2	1
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades		1	1
Terceirizados		0	0
Estagiários		4	2
Total		15	11

Fonte: Portal Integrado de Gestão

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

Atualmente, a Coordenação-Geral de Infraestrutura de Informática – CGII conta com um processo de gestão de mudanças em produção. Esse processo é implementado através da ferramenta de gestão de processo de negócios.

Toda mudança em produção, antes de ser executada, deve ser detalhada, tanto quanto aos procedimentos que serão executados, quanto ao impacto e risco de execução da atividade. Estas mudanças só podem ser executadas após autorização do Coordenador-Geral de Infraestrutura de Informática, Coordenador-Geral de Sistemas ou Diretor, ou seus substitutos eventuais caso o titular esteja legalmente afastado.

Também há um processo de entrada de sistemas em produção, onde um sistema novo só será posto em produção após alinhamento das equipes de arquitetura de sistemas e infraestrutura. Para que um sistema vá para a produção a arquitetura preenche um formulário onde ela descreve as necessidades do sistema, monitoramento, gerente responsável e URL. Isto é avaliado pela CGII para ser feito um dimensionamento de recursos a serem alocados para o sistema e somente depois do ciclo de aprovações necessárias, o sistema é publicado.

Temos também monitoramento 24 horas/7 dias para rápida atuação em caso de incidentes relacionados ao ambiente computacional da CAPES. Este monitoramento é capaz de detectar rapidamente algum incidente e já executar ações básicas visando reestabelecer os serviços. Caso necessite de escalar o chamado, existe um segundo nível de plantão para atendimento.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Tabela 24 Projetos de TI - 2015

Ação Estratégica PDTI	Área	Resultados Esperados	Início	Término
A52. Evolução dos Procedimentos de Controle de Pagamentos de Bolsas e Auxílios	DTI.CGS	Definir um modelo para categorização de nível de ensino e Grau Acadêmico cuja estrutura, atributos e relacionamentos atendam as premissas definidas nos capítulos IV, V e VI da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Realizar alterações nos sistemas de gestão de bolsas, os quais passarão a referenciar e/ou consultar esse novo modelo nos processos de concessão, acompanhamento e pagamento de bolsas de pós-graduação no Brasil e exterior. Atender as recomendações emitidas pela CGU.	17/08/2015	15/03/2016
A76.CIES – Refatoração do Sistema e Evolução Tecnológica	DTI.CGS.CSAV	Evoluir o sistema CIES para que este atenda as necessidades negociais da área gestora (DAV e DRI) no cadastramento de instituições e suas unidades. O sistema também deverá realizar integração com o serviço de Documentos e com o serviço da plataforma SUCUPIRA – APCN e deverá ser evoluído para usar o login por Single sign-on (SSO). Além disso, o CIES deverá ser reestruturado implementando alterações da arquitetura, de acordo com o novo documento de arquitetura de aplicações Java da CAPES e da camada de interface, de acordo com o novo padrão de apresentação da CAPES.	15/05/2015	19/08/2016
A77.GEOCAPES – Refatoração do Sistema e Evolução Tecnológica	DTI.CGS.CSAV	A aplicação GeoCapes deve permitir acesso público aos indicadores através de visões geográficas e analíticas, podendo ainda refinar estas visões por meio de diversos filtros. Para atendimento destas necessidades, a aplicação deverá disponibilizar as seguintes funcionalidades, de acesso restrito: Autenticar usuário via LDAP; Autorizar usuário via Segurança; Configurar relatório; Construir visão GeoCapes; Disponibilizar visão GeoCapes; Homologar visão GeoCapes; Publicar visão GeoCapes; Manter idioma.	30/03/2015	30/11/2016

Ação Estratégica PDTI	Área	Resultados Esperados	Início	Término
A146.Plataforma Sucupira – Implementação de novas funcionalidades e arquitetura móvel	DTI.CGS.CSAV	Implementar funcionalidades adicionais, detectadas na utilização cotidiana da ferramenta originária, que necessitam ser aperfeiçoadas, readequadas e, devidamente construídas, potencializando qualidade e resultados para a DAV. São elas: Segmentação da Plataforma em módulos de funcionalidades, que permitam individualização técnica de procedimentos operacionais; Aprimoramento do processo de integração com o currículo Lattes, adaptando a Plataforma para utilização do novo serviço de troca de informações oferecido pelo CNPq; Integração com sistemas corporativos das IES e com outros bancos de dados, como por exemplo, do DOI, da Elsevier, da Thomson Reuters, incluindo serviço de autenticação para garantir a confiabilidade da troca e validação de informações; Mural de comunicação nos perfis de acesso, que deve ser um espaço de interlocução da DAV com coordenadores de área e de programa e com pró-reitores, onde seja possível publicar documentos, notícias, alertas, acompanhar envio e recebimento de e-mails, etc; Desenvolvimento de Painel de indicadores, que permitam a extração de relatórios dinâmicos com informações previamente selecionadas pelo usuário, para subsidiar seminários de acompanhamento e a avaliação periódica; Utilização de serviços de desambiguação de nomes de autores e busca por relacionamentos de coautorias e palavras-chave, para importação otimizada de produções bibliográficas; Incorporação do processo de submissão e análise de Minter-Dinter; Possibilitar a integração entre a Plataforma Sucupira e os bancos de dados e sistemas que sustentam a formação de Professores da Educação Básica e a Universidade Aberta do Brasil – UAB; Possibilitar a integração entre a Plataforma Sucupira e os bancos de dados e sistemas da área de Bolsas no Exterior, visando a avaliação da internacionalização da educação nas Instituições de ensino brasileiras; Integrar a Plataforma Sucupira com os sistemas orçamentários e financeiros estruturantes do Governo Federal, bem como os internos a CAPES, visando	05/08/2015	06/04/2018

		possibilitar o cálculo de investimento nos programas de pós-graduação.		
Ação Estratégica PDTI	Área	Resultados Esperados	Início	Término
A81.Plataforma Sucupira – Manutenções Evolutivas e Suporte à Avaliação da PG	DTI.CGS.CSAV	Promover o aprimoramento e criação de novas funcionalidades no Sistema de Avaliação Integrado do Sistema de Pós-Graduação da CAPES. São elas: Correção dos Problemas de Concluir Propostas; Correção dos Problemas relacionados ao Coleta de Dados; Correção dos Problemas relacionados as Propostas de Cursos Novos; Correção dos Problemas relacionados ao Minter e Dinter; Correção dos Problemas relacionados ao Portal Público; Correção dos Problemas relacionados ao Portal de Gestão da DAV; Correção dos Erros apontados pela Comunidade Acadêmica; Aprimorar o Modulo de Gestão de Portarias.	27/08/2015	09/12/2016
A38.Premiações Capes – Manutenções Adaptativas e Evolutivas	DTI.CGS.CSAV	O sistema Prêmio Vale Capes será evoluído para proporcionar maior confiabilidade ao sistema, e implementações de adaptação para necessidades identificadas pela área gestora e demandadas à DTI, conforme especificação: Alterar as funcionalidades de inscrição, gerenciar arquivos e visualizar arquivos que passarão a usar o serviço de documentos para realizar o UPLOAD dos arquivos encaminhados; Criação da funcionalidade "Logar como Outro Usuário" para o módulo de inscrição e para o módulo de administração do prêmio; Criação de relatórios: Geral, Pannel do Prêmio, do prêmio, Totalizador de Membros de Banca e Titulação por Ano e Checklist das Teses; Adaptações nos módulos: - Designação da Comissão de Premiação; - Análise dos artigos pela Comissão de premiação; - Premiação dos artigos.	17/09/2015	14/01/2016
A38.Premiações Capes – Manutenções Adaptativas e Evolutivas	DTI.CGS.CSAV	Desenvolvimento de novo sistema para atendimento ao Prêmio Capes-Natura, cujo edital será lançado pela Capes. O sistema deverá ser desenvolvido usando a nova arquitetura e Interface (Zend 2 e Angular) para PHP e seguindo os padrões de documentação da MDS 3. 0.	01/06/2015	25/04/2016
A82.SAE – Refatoração do	DTI.CGS.CSAV		04/09/2015	26/07/2016

Sistema e Evolução Tecnológica		Migração de um sistema já existente (SAE – Sistema de Auxílio Educacional), além da criação de novas funcionalidades de parametrização, onde cada diretoria envolvida irá definir se utilizará a opção de solicitar o pagamento dos consultores sem a necessidade de se cumprir todo o fluxo de homologação, ou se irá utilizar todo o processo de homologação e autorização para definir os participantes e liberar os pagamentos.		
Ação Estratégica PDTI	Área	Resultados Esperados	Início	Término
A39.Segurança – Manutenções Evolutivas e Adaptativas	DTI.CGS.CSAV	Realizar a Migração do sistema de segurança para o Oracle, modernizando sua interface, arquitetura e documentação para as atualmente usadas na Capes, e unificar os projetos "Segurança" e "Segurança SSO" no Sistema Segurança, mantendo os serviços do Segurança e do Segurança SSO separados. Além disso, alterar o serviço do segurança para inclusão das funcionalidades (CRUD'S) que atualmente estão implementadas na aplicação.	22/09/2014	12/08/2016
A12.BEX – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.CSAB	Migrar dados dos ex-bolsistas que estão no Sac Egressos para o SCBA.	04/05/2015	25/02/2016
A62.BEX – Migração Acompanhamento para o SCBA	DTI.CGS.CSAB	Migrar projetos da Cooperação Internacional para sair do BEX para o SCBA.	03/09/2015	01/10/2015
A63.BEX – Migração Inscrição e Análise para SICAPES e SAP	DTI.CGS.CSAB	A avaliação de candidatos realizadas por meio do sistema SADBEX deixará de ser realizada nesse sistema e passará a ser realizada por meio do novo sistema de concessão – Sistema de Avaliação de Propostas.	17/08/2015	06/04/2016
A64.BEX - Migração Silver Stream para PHP	DTI.CGS.CSAB	O objetivo principal do projeto é a migração dos módulos do sistema BEX que ainda estavam em Silverstream para PHP.	26/05/2015	22/09/2015
A67.SAC País – Reformulação e Integração com o SCBA	DTI.CGS.CSAB	Reformular o Sistema de Acompanhamento e Concessões – SAC, migrando-o em uma plataforma mais moderna e robusta e manutenível, que contemple suas funcionalidades, corrija seus problemas e atenda às demais necessidades de seus usuários. Esta migração se dará com a expansão do Sistema SCBA (Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios) que atualmente atende aos programas do exterior mas que será expandido de maneira a contemplar também as necessidades de programas no país.	16/06/2014	16/05/2017

A17.SCBA – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.CSAB	O Sistema de Prestação de Contas – Invoices é um sistema com o intuito de integrar os bolsistas que estão no Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios – SCBA – aos parceiros no exterior e fazer o pagamento e prestação de contas das invoices (faturas) enviadas pelos parceiros da Capes no Exterior. A comunicação entre os sistemas vai ser realizada por meio do schema Processo via banco de dados e por WebServices que integrarão os sistemas da CGS. O sistema a ser desenvolvido vai controlar toda prestação de contas e pagamentos dos parceiros junto a Capes, bem como permitirá manutenção cadastral dos parceiros e alocação dos bolsistas ao mesmo.	20/08/2015	10/06/2016
Ação Estratégica PDTI	Área	Resultados Esperados	Início	Término
A16.SAP – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.CSAB	Os formulários de inscrições existentes no SAP para os programas PEC-PG, PGCI, EAE e PVE serão remodelados para atender a nova arquitetura.	22/09/2014	29/02/2016
A17.SCBA – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.CSAB	O projeto visa documentar as sprints e evoluções do sistema SCBA.	19/10/2015	12/02/2016
A52.Evolução dos Procedimentos de Controle de Pagamentos de Bolsas e Auxílios	DTI.CGS.CSAB	Criar uma interface no Sistema de Conciliação e Pagamento de Bolsas (SCPb) para tratamento de duplicidade de pagamentos entre CAPES e FNDE. Com essa funcionalidade, o usuário da CAPES poderá consultar registros de bolsistas que esteja com acúmulo de bolsa entre a CAPES e o FNDE, além de poder justificar se o acúmulo encontrado é permitido ou não. A funcionalidade desenvolvida permitirá consultas, inclusão e alterações de justificativas, visualização de histórico e gerar relatório em XLS.	29/09/2015	28/01/2016
A21.SGB – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.CSAE	As evoluções implementadas no sistema, visando a correção de erros e uma maior performance.	04/05/2015	14/09/2015

A24.SICAPES – Edital OBEDUC – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.CSAE	Implementação de um sistema de inscrições para atender ao edital do STEM - Science, Technology, Engineering, Mathematics (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática). O sistema, que será utilizado tanto pelos colaboradores da CAPES (DEB/CGV/CVF), quanto pelos professores universitários (limitando-se àqueles que já estejam relacionados no SIPREC - Sistema de Prestação de Contas online da CAPES, por já receberem AUXPE - Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa), deverá ser construído com tecnologia e layout pré-definido no Framework.	22/01/2015	14/07/2015
A70.SisUAB 2 – Implantação do Sistema	DTI.CGS.CSAE	Desenvolver a versão 2 do sistema de gestão SISUAB - Sistema Universidade Aberta do Brasil, em substituição ao sistema atual (SISUAB1.0). O SISUAB2.0 é uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil. Deve contemplar as funcionalidades para articulação, controle e fomento das ofertas de cursos nos polos de apoio presencial.	01/03/2013	14/12/2016
A58.Implantação SICAPES 30	DTI.CGS.CSAE	Reformulação do Sistema de Inscrições da CAPES, com modernização de sua arquitetura.	21/09/2015	09/09/2016
Ação Estratégica PDTI	Área	Resultados Esperados	Início	Término
A6.Assinador Digital – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.ASAM	O projeto de manutenção do assinador digital tem como escopo desde o processo de solicitação de assinatura de documentos digitais até a efetivação da assinatura.	01/01/2015	29/04/2016
A7.Financeiro – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.ASAM	Identificar e tratar ocorrências de duplicidades de pagamentos de bolsas e auxílios requisitados ao sistema Financeiro da CAPES. Disponibilizar informações de duplicidades identificadas para subsidiar o tratamento em cada um dos sistemas que requisitam pagamento de bolsas e auxílios.	22/06/2014	16/03/2016
A7.Financeiro – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.ASAM	Desenvolvimento de uma base para registro dos pagamentos encaminhados para o financeiro; Implementação de serviço para consulta dos pagamentos realizados por CPF e modalidade. Esse serviço irá acessar esta	07/08/2015	27/04/2016

		base única de pagamentos; Implementação de serviço para o registro de estorno de pagamentos a ser acessado por cada aplicação; Implementação de serviço para registrar a devolução de pagamentos realizados a ser acessado pelo financeiro.		
A54.Implantação Sistema de Gestão Administrativa – SIPAC e SIGRH	DTI.CGS.ASAM	Implantação dos módulos referentes ao SIGRH e SIPAC.	01/12/2012	26/06/2015
A16.SAP – Manutenção Evolutiva	DTI.CGS.CSAB	Implementação de um controle e gerenciamento de acessos aos grupos de análise dos processos. Também serão “refatorados” algumas funcionalidades como “Atribuir Processo” e, o serviço de integração (webservice) será adequado para atender as configurações dos demais sistemas se comunicam com o SAP ou que apenas o consumam.	22/06/2015	19/08/2016
A87. Modernização e atualização do serviço de arquivos e autenticação na rede	DTI.CGII	Atualização da solução de autenticação na rede: Projeto pra modernizar a solução de autenticação na rede CAPES. Com isso, espera-se ter instalada a versão mais moderna, segura e robusta da ferramenta.	19/10/2015	31/12/2015
A48. Migração dos serviços da sala de servidores para data center	DTI.CGII	Migração das máquinas servidoras de sala de servidores para sala-cofre: Com a construção da sala-cofre, ainda havia um equipamento de armazenamento de dados que não havia sido migrado. Ao fim, espera-se ter todos os equipamentos de infraestrutura de TI da CAPES em ambiente seguro e adequado. Ação no PDTI previa essa execução. Não houve necessidade de aquisição para este projeto.	16/12/2015	16/01/2016
Ação Estratégica PDTI	Área	Resultados Esperados	Início	Término
A85. Implantação de nova solução de outsourcing de impressão	DTI.CGII	Implantação de novo contrato de impressão: Com o fim do contrato anterior, a CAPES licitou novamente o serviço. Com isso, espera-se impressoras mais modernas e todas com funcionalidade de digitalização e cópia de documentos, não contemplado no contrato anterior. Projeto alinhado com o PDTI.	18/09/2015	09/12/2016
A126. Modernização do serviço de backup e restore	DTI.CGII	Implantação de nova solução de backup e restore dos dados corporativos: Projeto para implantação de solução mais moderna e eficiente de backup e restore dos dados e informações armazenados na CAPES. Com isso, espera-se que o backup dos dados seja realizado mais rapidamente, e	21/09/2015	05/2016

		também viabilizar rotina de testes de restauração dos mesmos.		
A47. Migração dos serviços do site MEC A94. Migração dos dados para novo sistema de armazenamento	DTI.CGII	Migração de dados de datacenter antigo (localizado no MEC) para equipamentos em sala-cofre da CAPES: Antes de se mudar para sua sede, a CAPES ocupava andar no edifício anexo ao MEC. Com a mudança para sua sede, houve a necessidade de migrar os dados para equipamentos modernos em sua sala-cofre, e a desativação dos equipamentos obsoletos em operação no MEC. Com isso, não há risco de perda de dados em função de pane em equipamentos obsoletos e sem garantia. Valores: não houve desprendimento de recursos para a execução desse projeto.	01/01/2014	03/2016

Fonte: <http://gip.capes.gov.br/pwa>.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

A DTI da Capes tem realizado ações específicas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços. São elas:

- Implantação do Escritório de Projetos (PMO) e utilização do GIP;
- Revisão de publicação na Intranet da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas, versão 3;
- Revisão dos repositórios de documentos e artefatos de desenvolvimento de sistemas no SVN;
- Publicação de procedimentos operacionais na Wiki que são relacionados à manutenção dos sistemas em produção e serviços de infraestrutura;
- Mapeamento e revisão de processos que fazem parte da Cadeia de Valor da DTI e da Capes;
- Utilização do Portal Integrado de Gestão para registro de chamados e produtos gerados a partir de junho de 2015;
- Estabelecimento de indicadores de qualidade no desenvolvimento de softwares;
- Registro e documentação de procedimentos e padrões utilizados pela DTI na Central de Atendimento de TI;
- Previsão (em edital), em todas as aquisições realizadas, de transferência de conhecimento, por meio de aulas e fornecimento de material didático. Esse material fica armazenado em servidor de arquivos da área, para consulta geral;
- Nos projetos de infraestrutura executados são documentados a arquitetura e estruturação dos servidores e serviços em produção, procedimentos operacionais e configurações das soluções;
- Em novas implantações, há o acompanhamento de analista ou gerente da CAPES para garantir documentação de qualidade.

8.3.1 Principais Sistemas de Informação

A seguir, serão apresentadas as informações consistentes na identificação dos sistemas computacionais utilizados na Capes e suas funções.

Tabela 25 - Sistemas computacionais utilizados na CAPES

Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
PORTAL DA DIVULGAÇÃO DA AVALIAÇÃO TRIENAL	CONTWEB	Módulo de conteúdo web para divulgação dos resultados e material de avaliação englobando consultas de fichas da avaliação trienal, de acompanhamento e de cadernos da avaliação e planilhas específicas.	Crítico	CSAV	CGAP
PORTAL DE RELAÇÃO DE CURSOS	CONTWEB-RC	Portal de serviço de consulta aos programas de pós-graduação e cursos recomendados pela CAPES com seus dados básicos e históricos das avaliações.	Crítico	CSAV	CGAP
SISTEMA DE AUXÍLIO EDUCACIONAL TRIENAL 2013	SAETRIENAL	Sistema integrado ao MEC que acompanha o pagamento de auxílio educacional aos consultores da CAPES, com tramitação de homologação dos participantes e trâmites específicos para a área de avaliação.	Não crítico	CSAV	CGAP
SNPG-ACOM	SNPG-ACOM	Sistema responsável pelo registro do processo de recomendação e tramitação de cursos novos de pós-graduação para que façam parte do SNPG.	Não crítico	CSAV	CGAP
SNPG-RECOM	SNPG-RECOM	Sistema responsável pelo preenchimento da ficha de avaliação para recomendação de cursos novos.	Não crítico	CSAV	CGAP
SOLICITAÇÕES EVENTUAIS DA DAV	DAV	Aplicação responsável pela geração de relatórios <i>ad hoc</i> da avaliação.	Não crítico	CSAV	CGAP
WEBQUALIS	WEBQUALIS	Sistema responsável pela qualificação dos veículos de publicação bibliográfica e artística em relação a áreas de avaliação.	Não crítico	CSAV	CGAP

SISTEMA DE AUXÍLIO NO EXTERIOR (NOVO)	SAD AEX NOVO	Sistema responsável por controlar candidaturas para o Programa de Apoio a Eventos no Exterior (PAEX) da CAPES.	Não crítico	CSAB	CGBP
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	SIGRH	Controla toda a área de recursos humanos dos servidores da CAPES.	Crítico	ASAM	CGGP
SISTEMA DE ATESTE ELETRÔNICO DE LIGAÇÕES	SAEL	Sistema de ateste eletrônico de ligações telefônicas.	Não crítico	ASAM	CGLOG
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS	SIPAC	Controla o patrimônio, almoxarifado e os contratos da CAPES.	Crítico	ASAM	CGLOG
SPARQ	SPARQ	Sistema de gestão de documentos da CAPES.	Crítico	ASAM	CGLOG
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO CONCESSÃO - EGRESSO	SAC-EGRESSO	Sistema responsável pelo acompanhamento dos bolsistas egressos.	Não crítico	CSAB	CGMR
FINANCEIRO SICAPES	FINANCEIRO	Sistema que controla toda a execução orçamentária e financeira da CAPES integrado com o SIAFI e o Banco do Brasil.	Crítico	ASAM	CGOF
SISTEMA DE CONTA CORRENTE NO EXTERIOR	CCEX	Aplicação responsável pelo gerenciamento de pagamentos de bolsistas no exterior.	Crítico	CSAB	CGOF
SICAPES - PRO-EQUIPAMENTOS	SICAPES-PRO-EQUIP	Sistema para gestão do processo de seleção de propostas do Programa Pró-Equipamento.	Não crítico	CSAE	CGPE

PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA	JV-TALENTOS	Sistema de gestão do processo da seleção de propostas ao Programa Jovens Talentos para a Ciência.	Não crítico	CSAE	CGPE
BANCO DE TESES	TESES	Sistema de consulta e edição de dados referenciais de teses e dissertações defendidas no país, com possibilidade de integração com coleta, cadastro de discentes e solicitações de inserção e exclusão de teses.	Não crítico	CSAV	CGPP
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
ESTATÍSTICAS	ESTATÍSTICAS	Solução para coleta de dados de acesso nos editores, consolidação e visualização. Controla os endereços de acesso dos serviços dos editores.	Não crítico	APP	CGPP
METALIB	METALIB	Sistema de busca integrada nos diversos editores, fornecedores de conteúdo.	Crítico	APP	CGPP
PORTAL DE PERIÓDICOS	PERIÓDICOS	Sistema de gestão de conteúdo, administração de usuários e permissão de acesso para o Portal de Periódicos.	Crítico	APP	CGPP
PORTAL DE PERIÓDICOS PARA DISPOSITIVO MÓVEL	PERIÓDICOS MÓVEL	Portal para acesso por meio de <i>smartphones</i> às funcionalidades de buscas por assunto, por título de periódico e por base.	Não crítico	APP	CGPP
SERVIÇOS ADMINIP	SERVIÇOS ADMINIP	Serviços desenvolvidos para gerenciar as transações resultantes das atualizações em bases de dados heterogêneas, dos sistemas que integram a solução do portal de periódicos.	Não crítico	APP	CGPP
SFX	SFX	Ferramenta responsável pelo gerenciamento de links de artigos ou periódicos, resultantes de pesquisas.	Crítico	APP	CGPP
SISTEMA DE ANÁLISE DE DEMANDAS DE PROJETOS NO EXTERIOR	SAD CGCI	Sistema responsável por acompanhar projetos pré-aprovados de candidaturas de bolsas no exterior ligados no âmbito da DRI.	Não crítico	CSAB	CGPR

CATÁLOGO DE SISTEMAS	CATALOGO	Aplicação responsável pela gestão do catálogo de sistemas da CAPES.	Não crítico	ASAM	CGS
MEMÓRIA DA BOLSA NO EXTERIOR	GED - MEMORIA EXT	Documentos históricos da bolsa no exterior, escaneados e indexados por meio de convênio com a UnB em 2004.	Não crítico	CSAB	CGS
TESTLINK	TESTLINK	Ferramenta customizada pela CAPES para criação, execução e gestão de casos de testes.	Não crítico	QT	CGS
PLATAFORMA SUCUPIRA - COLETA	SUCUPIRA-COLETA	Módulo de entrada de dados anuais dos programas de pós-graduação com funcionamento online, que irá substituir o atual Coleta de Dados.	Crítico	CSAV	DAV
PLATAFORMA SUCUPIRA - CURSO NOVO	SUCUPIRA-CURSO-NOVO	Módulo de solicitação de cursos novos e tramitação de propostas.	Crítico	CSAV	DAV
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
PLATAFORMA SUCUPIRA - GESTÃO DE CURSOS	SUCUPIRA	Módulo de gestão das informações básicas e de funcionamento dos programas e cursos da PG.	Crítico	CSAV	DAV
PNPG 2011/2020	PNPG 2011/2020	Implementação do site da comissão do PNPg 2011-2020 utilizando o Google Apps para centralização e compartilhamento de documentos.	Não crítico	CSAV	DAV
SISTEMA DE CADASTRO DE PESSOAS CAPES	CADPES	Sistema para cadastro e manutenção de dados de discentes e docentes.	Crítico	CSAV	DAV
SISTEMA DE MANUTENÇÃO DE TABELAS CORPORATIVAS	MANUT-AVALIACAO-LEGADO	Sistema de manutenção de tabelas corporativas de apoio: IES, área de conhecimento, área de avaliação.	Não crítico	CSAV	DAV
PLATAFORMA	FREIRE	Sistema que recebe o cadastramento de currículos	Crítico	CSAE	DEB

FREIRE		de professores e a pré-inscrição em cursos.			
PORTAL COMUNIDADES	PORTAL COMUNIDADES	Repositório de produtos gerados no âmbito dos programas da DEB.	Não crítico	CSAE	DEB
SICAPES - CSE	SICAPES - CSE	Sistema de inscrições para o Programa de Apoio à Formação de Profissionais no Campo das Competências Socioemocionais.	Crítico	CSAE	DEB
SICAPES - NOVOS TALENTOS	SICAPES-NT	Sistema de inscrição para o Programa Novos Talentos	Não crítico	CSAE	DEB
SICAPES - OBEDUC	SICAPES - OBEDUC	Sistema de inscrições para o Programa Observatório da Educação.	Não crítico	CSAE	DEB
SICAPES - PARFOR PRIVADAS	SICAPES- PARFOR-PRIVADAS	Sistema de inscrições para o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, na modalidade presencial.	Não crítico	CSAE	DEB
SICAPES - PIBID	SICAPES - PIBID	Sistema de inscrições para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.	Não crítico	CSAE	DEB
SICAPES - PIBID DIVERSIDADE	SICAPES - PIBID DIVERSIDADE	Sistema de inscrições para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.	Não crítico	CSAE	DEB
SICAPES PRODOCÊNCIA	SICAPES- PRODOCENCIA	Sistema de inscrições para o Programa de Consolidação das Licenciaturas.	Não crítico	CSAE	DEB
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
SISTEMA DE CONTROLE DE BOLSAS E AUXÍLIOS	SCBA	Sistema para acompanhamento e pagamento de bolsas e auxílios concedidos pela CAPES.	Crítico	CSAB	DEB/DED/ DPB/DRI
AMBIENTE DE TRABALHO DA UAB	ATUAB	Ambiente de trabalho dos colaboradores do Sistema UAB, criado na plataforma <i>moodle</i> , oferecendo cursos, fóruns, materiais, repositórios.	Crítico	CSAE	DED
HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES DE	HOM-UAB-MOZ	Sistema de homologação dos coordenadores brasileiros para o programa UAB Moçambique.	Não crítico	CSAB	DED

BOLSAS NO EXTERIOR - UAB MOÇAMBIQUE					
PORTAL UAB	PORTAL UAB	Ambiente para disseminação das informações sobre a Universidade Aberta do Brasil tais como: notícias, legislação, polos, cursos, instituições, seleções e editais etc.	Não crítico	CSAE	DED
SISTEMA DE GESTÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	SisUAB	Plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos do Programa Universidade Aberta do Brasil.	Crítico	CSAE	DED
SISTEMA DE GESTÃO DE BOLSAS	SGB	Sistema para gerenciar o pagamento de bolsas oferecidas pelos Programas EaD-Moçambique, Parfor, Pro-Lic e UAB da DED.	Crítico	CSAE	DED
INFORME DE RENDIMENTOS	INFORME	Serviço de informe dos rendimentos fornecidos pela CAPES para declaração de IRPF.	Crítico	ASAM	DGES
PROCESSO DE INSCRIÇÃO DE CURSOS DE CURTA DURAÇÃO	PICCD	Processo de autorização de inscrição em cursos de curta duração, por servidores da CAPES.	Não crítico	PROC	DGES
SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	SIPREC	Sistema para atender as prestações de contas dos beneficiários da CAPES.	Crítico	CSAB	DGES
SICAPES - PAEP	SICAPES - PAEP	Automatização do fluxo de atividades do Programa de Apoio a Eventos no País, que compreende as fases de inscrição, análise técnica, análise de mérito, homologação, pagamento e prestação de contas.	Crítico	CSAE	DPB
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
SICAPES - PROCAD	SICAPES - PROCAD	Sistema de inscrição, análise de mérito e acompanhamento do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica.	Não crítico	CSAE	DPB
CADASTRO DE	CABES	Cadastro de bolsistas no exterior (estrangeiro).	Não crítico	CSAB	DRI

BOLSISTAS NO EXTERIOR					
CADASTRO DE INSTITUIÇÕES	CIES	Unificação dos cadastros de instituições de ensino no país e no exterior, escolas de governo, com plano de ampliação para cadastramento de escolas, secretarias de educação e sociedades científicas.	Crítico	CSAV	DRI
CANDIDATURAS	CANDIDATURAS	Sistema de inscrições para bolsas de editais da modalidade graduação, graduação sanduíche e cátedra.	Crítico	CSAB	DRI
CONSULTORIA ADHOC - ANÁLISE DE MÉRITO	CONSULTORIA ADHOC	Sistema que possibilita o acesso aos processos de candidaturas de bolsas e/ou auxílios no exterior para fins de análise do mérito e priorização das candidaturas.	Crítico	CSAB	DRI
COORDENADOR CSF	CCSF	Este canal foi desenvolvido para estreitar a comunicação entre CAPES/CNPq e coordenadores institucionais do programa ciência sem fronteiras. Dispõe de ferramentas para a criação de fóruns de discussão, a organização e o compartilhamento de conteúdo, e outras facilidades para o acompanhamento dos processos seletivos do CsF.	Não crítico	CSAB	DRI
FORMULÁRIO MEO	MEO	Formulário para validação da inscrição no My English Online - MEO.	Não crítico	CSAB	DRI
HOMOLOGAÇÃO PDSE	HOMOLOGAÇÃO PDSE	Sistema que as coordenações dos programas de doutorado, habilitados ao PDSE, utilizam para visualizar e homologar as inscrições efetuadas.	Não crítico	CSAB	DRI
INSCRIÇÕES CGBE	CGBE	Formulários de inscrição de bolsistas no exterior para os programas com formato de bolsa individual.	Crítico	CSAB	DRI
INSCRIÇÕES CGCI	CGCI	Formulários de inscrição de projetos no exterior para os programas com formato de projeto.	Crítico	CSAB	DRI
JOB - SOLICITAÇÃO DE CARTÃO (1ªVIA)	JOB-CARTAO	Tarefa do aplicativo utilizada para a solicitação da primeira via de cartão do bolsista ao sistema financeiro. Utilizado para os sistemas legados da CAPES (SACExterior).	Crítico	CSAB	DRI

Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
LINHA DIRETA	LINHA DIRETA	Sistema de comunicação entre a CAPES e seus beneficiários por meio dos processos de bolsas e projetos.	Crítico	CSAB	DRI
MEO	MEO - MYENGLISHONLINE	Formulário para a inscrição de candidatos para o curso de inglês (My English Online) para institutos federais, educação básica e instituição de ensino superior.	Crítico	CSAB	DRI
RELATÓRIO FINAL	RF-QUESTIONÁRIO	Sistema composto por relatórios de avaliação de conclusão das bolsas: - relatório final: questionário dos bolsistas de doutorado - relatório de atividades CsF: questionário de avaliação do programa de graduação sanduíche do CsF - relatório PAEX: questionário de prestação de contas de eventos no exterior.	Não crítico	CSAB	DRI
RELATÓRIOS DE BOLSAS NO PAÍS E EXTERIOR	RELATORIO-BOLSAS	Sistema de relatórios de pagamento de bolsas no país e exterior	Não crítico	CSAB	DRI
SAC ACOMPANHAMENTO EXTERIOR	SAC-ACOMPANHAMENTO	Sistema responsável pelo acompanhamento de bolsas no exterior.	Crítico	CSAB	DRI
SICAPES - BJT	SICAPES - BJT	Sistema de inscrição para o Programa Bolsistas Jovens Talentos (CsF).	Não crítico	CSAB	DRI
SICAPES - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	SICAPES-CSF	Sistema de inscrições e concessões de bolsas para o Programa Ciência sem Fronteiras.	Crítico	CSAB	DRI
SICAPES - PVE	SICAPES - PVE	Sistema de inscrição para o Programa Pesquisador Visitante Especial (CsF).	Não crítico	CSAB	DRI
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO CONCESSÃO AUDITORIA	SAC - AUDITORIA	Sistema responsável por proporcionar ao bolsista o acompanhamento e conferência dos dados cadastrais e pagamentos efetuados em seu favor, o acesso às orientações e aos formulários padronizados.	Não crítico	CSAB	DRI

Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO CONCESSÃO - PAGAMENTO EXTERIOR	SAC-PAG-EXTERIOR	Sistema responsável pelo gerenciamento de pagamentos de bolsas no exterior.	Crítico	CSAB	DRI
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO CONCESSÃO EXTERIOR – NOVO	SAC-EXTERIOR	Sistema responsável pelo acompanhamento de bolsistas no exterior.	Crítico	CSAB	DRI
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE INSCRIÇÕES	SAINS	Sistema de acompanhamento de inscrições da equipe da CAPES.	Não crítico	CSAB	DRI
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROPOSTAS	SAP	Sistema responsável pela criação de fluxo para aprovação de bolsas. O sistema parametriza as fases de concessão por edital.	Não crítico	CSAB	DRI
SISTEMA DE ANÁLISE DE DEMANDAS DE BOLSAS NO EXTERIOR (ANTIGO)	SAD BEX ANTIGO	Sistema responsável por controlar candidaturas e análise de mérito dos programas da CAPES de projetos no exterior.	Não crítico	CSAB	DRI
SISTEMA DE MANUTENÇÃO DE PROJETOS	SAD INSCRICOES EXTERIOR	Sistema responsável pela manutenção de projetos da DRI.	Não crítico	CSAB	DRI
SISTEMA DE ANÁLISE DE DEMANDAS DE BOLSAS NO EXTERIOR (NOVO)	SAD BEX NOVO	Sistema responsável por controlar candidaturas para os programas da CAPES de bolsas no exterior.	Crítico	CSAB	DRI

SISTEMA DE AVALIAÇÃO EXTERNA	SAD CEC	Sistema responsável por controlar a indicação dos consultores para a realização da análise de mérito ou priorização.	Crítico	CSAB	DRI
ACERVO DE DADOS DIGITAIS DA CAPES	ADDCAPES	Portal que agrega aplicações que por meio do acervo de dados digitais da CAPES disponibilizam um conjunto diversificado de relatórios, gráficos e informações institucionais.	Crítico	ABD	DTI
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
ASSINADOR DIGITAL/ APPLET JAVA	ASSINADOR APPLET	Sistema de assinatura digital de documentos.	Crítico	ASAM	DTI
ASSINADOR DIGITAL/SERVICOWS	ASSINADOR	Sistema de assinatura digital de documentos.	Crítico	ASAM	DTI
CENTRAL DE ATENDIMENTO DA TI	CATI	Sistema customizado a partir do software OTRS, software livre direcionado para o registro de pedidos de <i>help desk</i> , gerenciamento de <i>call centers</i> e equipes de suporte, gestão de serviços de TI ou qualquer outra configuração que necessite de atendimento em equipe, ou outros processos.	Crítico	DTI	DTI
CONFIGURADOR DE EDITAIS	SICAPES - CONFIGURADOR	Configurador de editais lançados no SICAPES.	Crítico	CSAB	DTI
CONTRA	CONTRA	Sistema que realiza a autenticação e autorização centralizada das aplicações configuradas no SICAPES.	Crítico	ASAM	DTI
GESTÃO INTEGRADA DE PROJETOS	GIP	Gestão integrada de projetos nas instalações da CAPES, utilizando a aplicação Sharepoint/EPM customizada.	Não crítico	DTI	DTI
GOOGLE ANALYTICS	GOOGLE ANALYTICS	Ferramenta para medição, coleta, análise e a produção de relatórios de dados de navegação e interação com o objetivo de entender e otimizar o uso dos sites e páginas externas.	Não crítico	DTI	DTI

Infraestrutura Nacional de Repositórios de Objetos de Aprendizagem	INROA	É um repositório de objetos disponibilizados para consulta.	Não crítico	CSAE	DTI
JLAUNCHER	JLAUNCHER	Aplicação criada para substituir o <i>launcher</i> da Novell - permite execução de aplicativos cliente -servidor mapeados na rede.	Crítico	CGS	DTI
PIWIK	PIWIK	Ferramenta de <i>web analytics</i> hospedada na CAPES para medição, coleta, análise e a produção de relatórios de dados de navegação e interação com o objetivo de entender e otimizar o uso dos sites e páginas.	Não crítico	DTI	DTI
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	TRANSPARÊNCIA	Portal da transparência sobre os pagamentos de bolsas da CAPES.	Não crítico	CGS	DTI
PORTAL DE ESTRATÉGIA	ESTRATEGIA	Acompanhamento de projetos e indicadores estratégicos da DTI.	Não crítico	DTI	DTI
PORTAL DE GESTÃO	GESTAO	Portal que concentra o acesso aos sistemas de gestão da CAPES (financeiro, SIGRH, CATI, processos automatizados, SAEL, SIPAC, SPArq etc.).	Crítico	ASAM	DTI
PORTAL DE PROCESSOS AUTOMATIZADOS	PPA	Portal de disponibilização dos processos automatizados pela equipe do escritório de processos.	Não crítico	PROC	DTI
PORTAL DO DE ESCRITÓRIO DE PROCESSOS	ESCRITORIO	Portal de disponibilização de documentação do escritório de processos da CAPES.	Não crítico	PROC	DTI
PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE ORDEM DE SERVIÇO FW	PAH-OS-FW	Processo de autorização de acompanhamento das ordens de serviço demandas para a fábrica de software.	Não crítico	PROC	DTI

SAS	SAS	Sistema de geração de relatórios gerenciais por meio do AddCAPES.	Não crítico	ADD	DTI
SEGURANÇA	SEG-POWERBUILDER	Sistema responsável pela manutenção de acesso aos sistemas <i>Powebuilder Sybase</i> .	Não crítico	CSAV	DTI
SICAPES	SICAPES	Sistema que realiza a integração dos processos de fomento de bolsas, auxílios e gestão de convênios da CAPES, além de permitir a construção de sistemas e editais de forma rápida e padronizada.	Crítico	CSAB	DTI
SICAPES 2	SICAPES 2	Segunda versão do SICAPES: sistema que realiza a integração dos processos de fomento de bolsas, auxílios e gestão de convênios da CAPES, além de permitir a construção de sistemas e editais de forma rápida e padronizada.	Crítico	CSAB	DTI
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO	SIGADMIN	Realiza a administração dos módulos dos sistemas SIGRH e SIPAC.	Não crítico	ASAM	DTI
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
SISTEMA DE DISSEMINAÇÃO DE DADOS	SDI	Portal utilizado para disseminar os dados e as informações extraídas do AddCAPES. Essas informações são geradas a partir do software <i>Microstrategy</i> .	Crítico	ABD	DTI
SISTEMA DE GESTÃO DE CONHECIMENTO (WIKI)	WIKI	Sistema de gestão de conhecimento da DTI.	Não crítico	DTI	DTI
SISTEMA DE GESTÃO DE DEFEITOS (MANTIS)	MANTIS	Sistema de gestão de defeitos (<i>bugtracker</i>). Ferramenta customizada para uso da CAPES.	Não crítico	QT	DTI
SISTEMA DE MANUTENÇÃO DE TABELAS DO SAC PAÍS	SAC-MANUT-TABELAS	Sistema que permite parametrizar informações de pagamentos dos programas cadastrados na solução SAC País.	Não crítico	CSAB	DTI

SISTEMA DE RELATÓRIOS	SISREL	Sistema responsável pela geração de relatórios dinâmicos dos programas da CAPES.	Crítico	ASAM	DTI
SISTEMA DE SEGURANÇA	SEGURANÇA	Sistema que controla perfis e usuários de sistemas que não fazem parte dos sistemas SICAPES, que são controlados pelo "contra".	Crítico	CSAV	DTI
TRIENAL 2013	TRIENAL 2013	Portal criado para compartilhar cadernos de dados para a avaliação com os consultores conforme suas respectivas áreas de avaliação.	Crítico	CSAV	DTI
VALIDADOR DE DOCUMENTOS	VALIDADOR DE DOCUMENTOS	Sistema que serve para validar autenticidade de documentos gerados no sistema linha direta.	Crítico	CSAB	DTI
CARTA DE SERVIÇOS	CARTA DE SERVIÇOS	Portal para informar todos os serviços disponibilizados pela CAPES para a sociedade.	Não crítico	ASAM	GAB
GEOCAPES 2	GEOCAPES 2	Sistema de indicadores de resultados georreferenciados.	Não crítico	CSAV	GAB
PORTAL CAPES	PORTAL CAPES	Ambiente de divulgação de informações da CAPES.	Crítico	ASAM	GAB
PORTAL DA INTRANET CAPES	INTRANET	Ambiente de divulgação de informações a acesso a sistemas internos da CAPES.	Crítico	ASAM	GAB
PORTAL DE SEMINÁRIOS	SEMINARIOS	Ambiente para disponibilizar os seminários realizados pela CAPES.	Não crítico	ASAM	GAB
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
PROCESSO DE DE AUTORIZAÇÃO VIAGEM NACIONAL	PAVN	Processo de autorização de viagens dentro do território nacional, para os servidores da CAPES. Representa todos os níveis de aprovação, desde a solicitação até o Gabinete da Presidência.	Não crítico	PROC	GAB
SISTEMA DE NOTIFICAÇÃO (MAILING)	MAILING	Sistema de mala direta da CAPES.	Não crítico	ASAM	GAB
JBPM	JBPM-GER	Sistema responsável pelo controle dos fluxos dos	Crítico	CSAB	PR

GERENCIADOR		sistemas de pagamento (SAC) e acompanhamento de demandas (SAD).			
SAC ACOMPANHAMENTO PAÍS	SAC-PAIS	Sistema de acompanhamento de concessões de bolsas no país.	Crítico	CSAB	PR
SAC PAGAMENTO PAÍS	SAC-PGTO-PAIS	Sistema responsável pelo acompanhamento de concessão e pagamento de bolsas no país.	Crítico	CSAB	PR
SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO CONCESSÃO - TRAMITE PAÍS	SAC-TRAMITE-PAIS	Sistema responsável pela tramitação da folha de pagamento de bolsas no país.	Crítico	CSAB	PR
SISTEMA DE CONCILIAÇÃO E PAGAMENTO DE BOLSAS	SCPB	Sistema de consulta a dados da Receita Federal.	Crítico	CSAB	PR
INDICAÇÃO DE COORDENADOR DE ÁREA	IND-COORD	Sistema que permite a indicação de coordenação de área para gestão das atividades das áreas de avaliação durante o triênio.	Não crítico	CSAV	SECOL
PRÊMIO CAPES DE TESES	PCT	Sistema que automatiza o processo de premiação.	Não crítico	CSAV	SECOL
PRÊMIO CAPES INTERFARMA DE TESES	PCI	Sistema que automatiza o processo de premiação do prêmio CAPES-Interfarma de inovação e pesquisa, oferecido pela CAPES e entidades parceiras, para as melhores teses defendidas no país a cada ano.	Não crítico	CSAV	SECOL
SISTEMA DE AUXÍLIO EDUCACIONAL	SAE	Sistema integrado ao MEC que acompanha o pagamento de auxílio educacional aos consultores da CAPES.	Crítico	CSAV	SECOL
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
SISTEMA DE GESTÃO	CADCONS	Sistema responsável por cadastrar e manter as	Crítico	CSAV	SECOL

CONSULTORES		informações de consultores da CAPES.			
SISTEMA PRÊMIO VALE CAPES DE TESE	PVC	Sistema que automatiza o processo de premiação.	Não crítico	CSAV	SECOL
GESTÃO DE DEMANDAS DE IMPRENSA	GDI	Aplicação para gerenciamento de demandas de imprensa da CCS	Não crítico	CGS	CCS
SISTEMA AGENDAMENTOS CDP	AGENDAMENTOS CDP	Sistema criado para o agendamento de serviços disponibilizados pela CGGP/CDP.	Não crítico	CGS	CGGP
CONSIAFI	CONSIAFI	Ferramenta para extração de dados do SIAFI.	Crítico	ASAM	CGOF
EDITAIS	EDITAIS	Sistema para cadastro de editais de programas CAPES.	Crítico	CSAE	CGS
CADASTRO DE DOCUMENTOS	CAD-DOC	Serviço utilizado para persistência de documentos (arquivos) em base de dados Oracle.	Crítico	CSAV	CSAV
SICAPES - STEM	SICAPES - STEM	Sistema de inscrições para o Programa de Cooperação Internacional STEM.	Não crítico	CSAE	CVF
SEMINÁRIOS MEIO TERMO	SEMINARIOS-MEIO-TERMO	Aplicação para acompanhamento de programas de pós-graduação.	Crítico	CSAV	DAV
MONITORIA UAB	MONITORIA	Monitoramento da velocidade de conexão dos polos de apoio presencial.	Não crítico	CSAE	DED
SISUAB 2	SISUAB 2	Nova versão do sistema da Universidade Aberta do Brasil.	Crítico	CSAE	DED
MENSAGEIRO	MENSAGEIRO	É um serviço de comunicação instantânea interna para que algumas unidades organizacionais emitam comunicados urgentes que também permite a troca de mensagens entre os colaboradores da CAPES.	Não crítico	DTI	DGES

SOLICITAÇÃO CARTÃO-2VIA	SOLICITAÇÃO CARTÃO-2VIA	Webservice que será consumido pelo sistema financeiro para atualização do número do cartão de bolsistas que solicitaram a segunda via do cartão na base do SAC Exterior.	Crítico	CSAB	DRI
Nome da Aplicação	Sigla	Descrição	Criticidade (crítico/não crítico)	Unidade Responsável	Unidade Demandante
SERVIÇOS ADD	SERVICOSADD	Conjunto de serviços criados para acesso às bases ADD.	Crítico	ARQ	DTI
REVISTA BRASILEIRA DE PÓS- GRADUAÇÃO	RBPG	Sistema de gestão da Revista Brasileira de Pós-Graduação.	Não crítico	ASAM	PR

Fonte: Portal Integrado de Gestão – DTI/CAPES.

8.5 Gestão de Fundos e de Programas

8.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Não se aplica.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2015, o TCU encaminhou à CAPES os seguintes Acórdãos, com determinações/recomendações:

- Acórdão 1224/2015 – Plenário

Representante: Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A (CNPJ 58.069.360/0001-20).

Número do processo no TCU: TC 003.763/2015-3

Número da ata: 18/2015

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0960/2015-TCU-Selog, do dia 25.05.2015.

Recebido em: 29.05.2015

As determinações do Acórdão 1224/2015 – Plenário, foram as seguintes:

(...)

9.2. *fixar prazo de 15 (quinze) dias para que a Capes torne sem efeito a inabilitação e a desclassificação da empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A no pregão eletrônico 28/2014, anulando todos os atos subsequentes daquele certame;*

9.3. *dar ciência à Capes de que a exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica juntamente com as notas fiscais e/ou contratos prevista no edital do pregão eletrônico 28/2014 não encontra amparo no art. 30 da Lei 8.666/1993 e na jurisprudência desta Corte;*

9.4. *determinar à Capes que informe a esta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, as medidas adotadas em decorrência desta deliberação; (...)*

As determinações acima citadas foram respondidas por meio do Ofício nº 013/2015 – DGES/CAPES, de 8 de junho de 2015, encaminhado à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas – Selog/TCU, informando a anulação da inabilitação da empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A, bem o retornou à fase de habilitação do Pregão 28/2014.

- Acórdão 2584/2015 – Plenário

Responsáveis: Adalberto Fazzio (098.449.371-91); Adalberto Grassi Carvalho (584.876.111-68); Amaro Henrique Pessoa Lins (128.476.154-15); Ana Maria Ferreira Leite (311.361.681-68); Antonio Cesar Russi Callegari (932.692.508-00); Arlindo Philippi Junior (077.958.749-91); Benedicto Fonseca Filho (239.968.891-00); Carlos Edilson de Almeida Maneschy (066.166.902-53); Carmen Moreira de Castro Neves (352.259.201-87); Denise de Menezes Neddermeyer (151.373.841-00); Elisangela Lizardo de Oliveira (035.299.586-62); Fábio de Paiva Vaz

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

(666.431.121-68); Geraldo Nunes Sobrinho (059.296.284-91); Glaucius Oliva (045.686.168-83); Glauco Antonio Truzzi Arbix (518.652.118-34); Gustavo Jardim Portella (785.517.491-53); Izabel Lima Pessoa (305.166.761-72); Jean Marc Georges Mutzig (145.926.811-34); Jesualdo Pereira Farias (112.745.143-04); Joao Carlos Teatini de Souza Clímaco (056.063.901-59); Jorge Almeida Guimarães (048.563.847-91); Jouhanna do Carmo Menegaz (061.485.259-50); João Fernando Gomes de Oliveira (036.284.638-31); Livio Amaral (173.032.300-68); Luis Filipe de Miranda Grochocki (935.117.441-72); Luiz Davidovich (532.487.597-04); Luiz Fernandes Dourado (246.767.561-00); Marcio de Castro Silva Filho (467.482.886-49); Marilza Vieira Cunha Rudge (241.615.518-00); Naomar Monteiro de Almeida Filho (060.177.035-87); Otavio Guilherme Cardoso Alves Velho (037.642.907-06); Paulo Antonio Skaiff (674.083.628-00); Paulo César Duque Estrada (550.092.717-53); Paulo Speller (244.242.691-91); Rita de Cássia Barradas Barata (007.316.628-65); Robson Braga de Andrade (134.020.566-15); Romeu Weliton Caputo (030.868.756-66); Sergio da Costa Cortes (489.499.577-87); Wanderley de Souza (347.341.807-25); Weder Matias Vieira (577.367.151-49).

Número do processo no TCU: TC 018.613/2014-4

Número da ata: 42/2015

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício nº 0631/2015-TCU/Secexeducação, de 06.11.2015

Recebido em: 16.11.2015

As determinações do Acórdão 2584/2015 – Plenário, foram as que seguem:

(...)

1.7. determinar à Capes, com fundamento no art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, que apresente a este Tribunal, no prazo de noventa dias, plano de ação contendo, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para implementação, com vistas a sanear o seguinte problema identificado por ocasião da auditoria de gestão da SFC/CGU no Sistema UAB: não atingimento do objetivo consignado no art. 1º, parágrafo único, I, do Decreto 5.800/2006, que dispõe sobre a oferta, prioritária, de cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da educação básica.

1.8. recomendar à Capes, com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, c/c o Anexo III, item 1, à DN-TCU 132/2013 e em boas práticas formalizadas por meio do documento “Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada” do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso), que avalie a conveniência de instituir sistemática de comunicação ao Conselho Superior e, eventualmente, aos Conselhos Técnico-Científicos da Educação Superior e da Educação Básica, sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da unidade de auditoria interna; (...)

Esta Fundação encaminhou, à Secretaria de Controle Externo da Educação, Cultura e Desporto – SecexEducação/TUC, o Ofício nº 097/2015/AUD/CAPES, de 18 de dezembro de 2015, com as respostas às determinações contidas no Acórdão em comento, em especial os termos do Memorando nº 135/2015-DED/CAPES, de 17/12/2015, anexo ao supramencionado ofício.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

- Acórdão 2664/2015 – Plenário

Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8443/1992).

Unidade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Número do processo no TCU: TC 013.596/2015-2

Número da ata: 36/2015

Comunicação expedida para a CAPES: Ofício 2128/2015-TCU/Selog, do dia 27.10.2015.

Recebido em: 11.11.2015

Seguem as determinações do Acórdão 2664/2015 – Plenário:

(...)

9.3. dar ciência à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) da obrigação de instaurar procedimento administrativo para apuração dos atos praticados pela empresa São Jorge Gráfica e Tecnologia Ltda. – ME, com vistas a, se for o caso, aplicar as penalidades previstas nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002;(…)

A resposta à determinação acima foi encaminhada à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas – Selog/TCU em 24 de dezembro de 2015, informando acerca da autuação do processo administrativo 23038.005502/2015-90, para apuração dos atos praticados pela empresa São Jorge Gráfica e Tecnologia Ltda. – ME, no âmbito do Pregão Eletrônico CAPES 19/2014.

Em relação ao acompanhamento das deliberações do Tribunal de Contas da União, informamos que o Gabinete da Presidência da CAPES, assim que recebe os ofícios do TCU com as referidas deliberações, os encaminha à Auditoria Interna que, por sua vez, os remete às Diretorias responsáveis pelo assunto tratado nas deliberações.

As deliberações são encaminhadas, pela AUD/CAPES, às Diretorias por meio do sistema eletrônico de informações – SEI, com a informação do prazo para atendimento às recomendações/determinações exaradas pela Corte de Contas.

Esta unidade de auditoria interna monitora o atendimento de tais recomendações/determinações, por meio do SEI, e assim que recebe as respostas das Diretorias, as repassa ao Tribunal de Contas da União informando quanto ao cumprimento das deliberações.

Registramos que não há determinações e recomendações do TCU feitas em acórdãos decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores pendentes.

9.2 Tratamento de determinações do Órgão de Controle Interno

No exercício de 2015, a Controladoria-Geral da União, por meio do sistema Monitor, encaminhou à CAPES 15 (quinze) recomendações, decorrentes das atividades de auditoria realizadas pelo órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal no âmbito desta Fundação.

Das 15 recomendações acima mencionadas, apenas duas recomendações ainda não foram atendidas pela CAPES.

As recomendações nº 153933 e 153934, tratadas no item 2.3 – ambiente de controle, do Relatório de Auditoria nº 201503635, solicitam que a CAPES elabore, respectivamente, (i) regimento interno, com sua disponibilização no site e intranet desta Instituição, e (ii) elabore, *“após prévio mapeamento de processos, manuais de normas e procedimentos que contenham as principais atividades da CAPES (finalísticas ou não), e promover ações de divulgação/internalização para os servidores da CAPES”*.

Em resposta à CGU/PR, por meio do Ofício nº 096/2015/AUD/CAPES, de 17 de dezembro de 2015, foi solicitada a prorrogação do prazo para atendimento às recomendações nº 153933 e 153934, levando-se em consideração *“as mudanças na estrutura regimental desta Fundação, seguindo orientações do Senhor Presidente, Prof. Carlos Nobre, bem como da necessidade de readequação, face às limitações impostas pelo ajuste fiscal”*.

O prazo proposto pela CAPES para atendimento às recomendações nº 153933 e 153934 foi o dia 30/06/2016.

Dentre as recomendações da CGU/PR que provocaram maior impacto na gestão da CAPES destacamos as de número 153896 e 153897, que tratam dos valores pagos indevidamente a 7.477 bolsistas pela acumulação de bolsas CAPES e FNDE.

Em relação ao acompanhamento das recomendações da CGU/PR, informamos que esta Auditoria Interna consulta diariamente o sistema Monitor CGU, para verificar o status das recomendações presente no referido sistema.

Havendo a inclusão de nova recomendação ou mudança no status de recomendação antiga, a AUD/CAPES informa a Diretoria responsável pelo assunto descrito na recomendação, com vistas ao atendimento e/ou esclarecimento de questão trazida pelo órgão de controle interno.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

A Auditoria Interna monitora o atendimento de tais recomendações, por meio do sistema Monitor, observando sempre o prazo estabelecido pela CGU/PR.

9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Quadro 19 – Medidas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativa s internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
52	6	0	24	16	0	0	0	6

* Nos 24 casos indicados como “outros casos” ainda não foram esgotadas todas as medidas administrativas para a elisão do dano ao erário.

Fonte: Auditoria CAPES

9.9 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Atendendo ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, o prazo de pagamento da Capes encontra-se especificado em cláusulas contratuais, na cláusula do pagamento, e tem como regra geral o pagamento efetuado até o 10º (décimo) dia subsequente ao da prestação dos serviços através da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada por servidor responsável pelo contrato. A regra pode variar de acordo com a especificidade do objeto contratado, do momento do pagamento regularmente utilizado no mercado, como por exemplo, a definição de uma data fixa mensal, vide locação de imóvel, ou a data de vencimento de uma fatura, como acontece em contratos de telefonia. No momento do pagamento a Capes observa se a empresa contratada encontra-se com as obrigações tributárias em dia. Assim, os contratos ficam adstritos à apresentação da nota fiscal/fatura e da regularidade fiscal das empresas, após as conferências seguem a estrita ordem de pagamento. O controle para os pagamentos das obrigações contraídas é realizado pelo gestor de cada contrato.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

9.13 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Sobre a desoneração da folha de pagamento da alíquota previdenciária, foi feito levantamento e análise dos contratos da Capes que enquadravam no disposto do artigo 7º da Lei 12.546/2011.

Constatou-se que na maioria dos contratos as planilhas de custos que embasaram o julgamento do processo licitatório não previram as despesas previdenciárias. O contrato 43/2012, processo 23038.009149/2012-74, indicou na planilha o custo com INSS, porém já com alíquota de 2%. Portanto, não houve desoneração da alíquota nos contratos. Abaixo, seguem informações dos contratos que foram revisados pela Capes.

Tabela 26 – Revisão dos contratos 2015

Unidade	Processo	Nº Contrato	Empresa	CNPJ	Objeto	Vigência
Diretoria de TI	23038.000567/2010-34	CT 02/2010	CTIS Tecnologia S/A	01.644.731/0001-32	Prestação de serviços de reprodução de documentos, contemplando impressão, cópia e digitalização por meio de locação e instalação de impressoras e multifuncionais.	24/02/2010 a 24/02/2016
Diretoria de TI	23038.010652/2010-19	CT 29/2011	PSN Tecnologia Ltda.	04.786911/0001-47	Aquisição de solução para filtragem de conteúdo web, inspeção de tráfego SSL e filtragem de vírus/malwares além dos serviços de implantação, suporte técnico, treinamento, manutenção e atualização 36	25/7/2011 a 24/07/2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

					meses.	
Diretoria de TI	23038.010911/2010-01	CT 30/2011	PSN Tecnologia Ltda.	04.786911/0001-47	Aquisição de 2 (duas) licenças software de antivírus para Storage NetApp.	25/07/2011 a 24/07/2014
Diretoria de TI	23038.003958/2012-72	CT 17/2012	Ação Informática Brasil Ltda.	81.627.838/0001-01	Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de uso perpétuo de SGBD Oracle, treinamento e mentoring.	25/06/2012 a 24/06/2014
Diretoria de TI	23038.005662/2012-96	CT 27/2012	SIG Software & Consultoria em Tecnologia da Informação Ltda.-ME	13.406.686/0001-67	Licenciamento e prestação de serviços técnicos de TI para atender demandas implantação e sustentação dos Sistemas Integrados de Gestão: SIGAAdmin, SIPAC e SIGRH.	7/12/2012 a 06/06/2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Diretoria de TI	23038.009149/2012-74	CT 43/2012	Politec Tecnologia da Informação S/A	01.645.738/0001-79	Serviços técnicos na área de tecnologia da informação, compreendendo modelagem de negócio, licitação de requisitos, análise, projeto, codificação, teste e implantação de sistemas de informação, manutenção corretiva, perfectiva e adaptativa, documentação de sistemas de informação legados, no modelo de fábrica de software, na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais.	1/12/2012 a 30/11/2014
Diretoria de TI	23038.007017/2012-16	CT 44/2012	CPM Braxis Outsourcing S/A	00.717.511/0003-90	Prestação de serviços contínuos de operação de Central de Suporte e Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).	01/12/2012 a 01/12/2016
Diretoria de TI	23038.007016/2012-63	CT 46/2012	Algar Tecnologia e Consultoria S/A	21.246.699/0031-60	Contratação serviços técnicos especializados de TI para sustentação do ambiente de infraestrutura de TIC.	01/12/2012 a 01/12/2016
Diretoria de TI	23038.008206/2012-06	CT 48/2012	Aceco TI Ltda.	43.209.436/0001-06	Solução da sala cofre modular.	20/12/12 a 19/06/2014
Diretoria de TI	23038.008751/2012-94	CT 06/2013	MCR Sistemas e Consultoria Ltda.	04.198.254/0001-17	Contratação de empresa especializada em TI para fornecimento de Solução Corporativa para pesquisa textual, representada por sistema	15/02/2013 a 14/02/2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

					integrado de software e hardware.	
Diretoria de TI	23038.010017/2012-95	CT 09/2013	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.	00.710.799/0001-00	Fornecimento de solução de "segurança e gerenciamento de serviços na proteção da informação".	02/04/2013 a 01/04/2014
Diretoria de TI	23038.004261/2012-19	CT 10/2013	FBS Serviço e Comércio Ltda.	14.920.041/0001-00	Contratação de equipamentos para desenvolvimento em plataforma móvel.	22/04/2013 a 21/04/2014
Diretoria de TI	23038.008501/2012-54	CT 11/2013	Business to Technology Consultoria e Análise de Sistemas Ltda.	06.061.285/0001-57	Aquisição de licenças de software de Business Intelligence Microstrategy com direito a instalação, suporte técnico e atualizações.	15/04/2013 a 15/04/2016
Diretoria de TI	23038.008391/2012-21	CT 14/2013	Intelit Processos Inteligentes Ltda.	10.682.187/0001-04	Contratação de solução de acesso remoto licenciado para 1.000 clientes passivos e 30 estações de acesso ativas.	26/04/2013 a 25/04/2014
Diretoria de TI	23038.009527/2012-10	CT 16/2013	NCT Informática Ltda.	03.017.428/0001-35	Solução de Switches de core, distribuição, acesso e topo de rack com instalação e transferência de tecnologia.	10/05/2013 a 06/03/2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Diretoria de TI	23038.003179/2013-58	CT 25/2013	PSN Tecnologia Ltda.	04.786.911/0001-47	Contratação da renovação do direito de uso de 930 da solução McAfee End point Protection Advanced por 36 meses	23/12/2013 a 22/12/2016
Diretoria de TI	23038.009161/2012-00	CT 32/2013	LTA-RH Informática Comércio Representações Ltda.	94.316.916/0005-22	Aquisição de Racks com KVM e console de gerenciamento para equipamentos servidores, além do serviço de instalação e garantia.	11/10/2013 a 12/10/2016
Diretoria de TI	23038.009252/2012-14	CT 33/2013	Servix Informática Ltda.	01.134.191/0001-47	Contratação de serviços para expansão e atualização tecnológica da solução de armazenamento de dados Network Appliance.	23/09/2013 a 11/11/2014
Diretoria de TI	23038.009503/2012-61	CT 35/2013	Positivo Informática S/A	81.243.735/0001-48	Contratação de soluções tecnológicas para atendimento dos polos de apoio presencial da UAB pertencentes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.	17/10/2013 a 16/04/2016
Diretoria de TI	23038.010045/2012-11	CT 36/2013	MBA Tecnologia Ltda.	05.340.845/0001-40	Prestação de serviços técnicos de assessoria e desenvolvimento de aplicativos multiplataforma para dispositivos móveis.	30/11/2015 a 30/11/2016
Diretoria de TI	23038.009503/2012-61	CT 37/2013	Positivo Informática S/A	81.243.735/0001-48	Contratação de soluções tecnológicas para atendimento dos polos de apoio presencial da UAB pertencentes ao Sistema Universidade Aberta do Brasil.	17/10/2013 a 16/04/2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

Diretoria de TI	23038.008881/2013-16	CT 38/2013	TGV Tecnologia Ltda	04.989.440/0001-74	Eventual contratação de serviços para fornecimento de solução de controle, segurança e qualidade de dados para ambiente heterogêneo de sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD).	22/11/2013 a 21/03/2017
Diretoria de TI	23038.001577/2013-30	CT 42/2013	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.	00.710.799/0001-00	Fornecimento e renovação de licenças de uso da plataforma de produtos Microsoft em operação.	09/12/2013 a 09/12/2016
Diretoria de TI	23038.001577/2013-30	CT 43/2013	Allen Rio Serviços e Comércio de Produtos de Informática Ltda.	00.710.799/0001-00	Serviço do suporte técnico no fornecimento e renovação de licenças de uso da plataforma de produtos Microsoft em operação.	09/12/2013 a 09/12/2016

9.14 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Conforme orientações enviadas anualmente pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) aos órgãos do Poder Executivo Federal, a Capes é dispensada de apresentar o Plano Anual de Comunicação (PAC) àquela Secretaria. São dispensados os órgãos que não possuem recursos orçamentários de publicidade e os que não executam ações de mídia e/ou peças com tiragem superior a 150 mil unidades. Esclarecemos que todas as ações de divulgação da Capes se enquadram em divulgação de utilidade pública (Art. 3º, inciso II da Instrução Normativa nº 7 SECOM-PR de 19 de dezembro de 2014) e são feitas em peças abaixo de 20 mil unidades por meio de contrato de gráfica, feito por licitação pela Capes, ou por empresa de eventos, por meio de licitação via Ministério da Educação (MEC) que contempla as fundações e autarquias de sua estrutura.

Esclarecemos ainda que por ser um órgão subordinado ao MEC, as raras ações de publicidade relacionadas a programas da Capes são produzidas pelo próprio Ministério, que possui orçamento específico, uma coordenação de publicidade na estrutura da Assessoria de Comunicação Social e empresa licitada para prestação desse tipo de serviço.

ANEXO I - Macroprocessos finalísticos (DAV)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Entrada no SNPG	Avaliação de propostas de cursos novos: 1. Inserção das propostas na Plataforma Sucupira, realizada pelas instituições proponentes; a. Acompanhamento do processo e atendimento a dúvidas pelas equipes de servidores da DAV; 2. Análise técnica das propostas, realizada pelas equipes de servidores da DAV; 3. Análise de mérito das propostas, realizada pelas comissões de área; 4. Relatoria e homologação dos pareceres e das notas, realizadas pelo CTC-ES; 5. Publicação dos resultados na Plataforma Sucupira e no Portal da CAPES; 6. Inserção de pedidos de reconsideração na Plataforma Sucupira, a critério das instituições; 7. Análise dos pedidos de reconsideração, realizada pelas comissões de área correspondentes; 8. Publicação dos resultados dos pedidos de reconsideração na Plataforma Sucupira e no Portal da CAPES; 9. Envio das listas de resultados e das fichas de recomendação ao Conselho Nacional de Educação - CNE para subsidiar os atos de reconhecimento das propostas de cursos novos recomendadas pela Capes.	1. Resultados da avaliação de propostas de cursos novos após cada reunião do CTC-ES; 2. Fichas de avaliação que incluem as notas e pareceres para cada proposta analisada; 3. Relação dos cursos recomendados pela CAPES e reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação – CNE.	1. Diretoria de Programas e Bolsas no País 2. Diretoria de Ensino a Distância 3. Diretoria de Educação Básica 4. Diretoria de Relações Internacionais 5. Instituições de Ensino e Pesquisa 6. Candidatos a cursos de mestrado e doutorado no país 7. Sociedade	Diretoria de Avaliação (DAV)
	Análise de projetos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (Minter e Dinter): 1. Inserção dos projetos na Plataforma Sucupira, realizada pelas instituições proponentes; a. Acompanhamento do processo e atendimento a dúvidas pelas equipes de servidores da DAV; 2. Análise técnica, realizada pelas equipes de servidores da DAV; 3. Análise de mérito dos projetos, realizada pelas comissões de área; 4. Publicação dos resultados na Plataforma Sucupira; 5. Inserção na Plataforma Sucupira de pedidos de reconsideração, a critério das instituições; 6. Análise dos pedidos de reconsideração, realizada por comissões de área;			

	7. Publicação dos resultados finais na Plataforma Sucupira.	1. Resultados da avaliação dos projetos Minter/Dinter; 2. Fichas de avaliação com os pareceres para cada projeto analisado.	1. Diretoria de Programas e Bolsas no País 2. Instituições de Ensino e Pesquisa 3. Candidatos a cursos de mestrado e doutorado nas modalidades Minter e Dinter 4. Sociedade	
	Avaliação e acompanhamento dos cursos em funcionamento Avaliação Periódica: 1. Inserção dos dados e informações no módulo Coleta de Dados da Plataforma Sucupira, realizada pelas instituições de ensino e pesquisa com Programas de Pós-Graduação (PPGs) recomendados pela CAPES e em funcionamento; a. Acompanhamento do processo e atendimento a dúvidas pelas equipes de servidores da DAV; 2. Tratamento dos dados para conversão em relatórios e meios de divulgação de acordo com indicadores da avaliação (SDI e cadernos de indicadores), realizado pelas equipes de servidores da DAV;	1. Documentos de área 2. Fichas de avaliação 3. Relatórios de Avaliação	1. Diretoria de Programas e Bolsas no País 2. Diretoria de Ensino a Distância 3. Diretoria de Educação Básica 4. Diretoria de Relações Internacionais 5. Instituições de Ensino e Pesquisa 6. Candidatos a cursos de mestrado e doutorado no país	

Permanência no SNPG	3. Atualização dos documentos de área para o novo ciclo de avaliação e divulgação desses documentos no Portal da CAPES e na Plataforma Sucupira, realizada pelas comissões de área com o suporte das equipes de servidores da DAV; 4. Atualização das listas de classificação da produção intelectual informada pelos PPGs e publicação dessas listas no Portal da CAPES, realizada pelas comissões de área, com apoio técnico da DAV; 5. Preparação da avaliação: a. Estabelecimento da logística, pelas equipes de servidores da DAV em parceria com a DGES; b. Seminários de preparação da avaliação organizados pela DAV; 6. Reuniões presenciais das comissões para avaliação dos PPGs, com o acompanhamento e suporte técnico-logístico da DAV e da DTI; a. Elaboração dos relatórios de avaliação no âmbito das comissões de avaliação 7. Tratamento dos dados para emissão dos pareceres e das fichas de avaliação dos PPGs; 8. Publicação das notas e das fichas de avaliação na Plataforma Sucupira (todos os PPGs) e no Portal da CAPES (PPGs com nota igual ou superior a 3); 9. Inserção de pedidos de reconsideração das notas da avaliação na Plataforma Sucupira, a critério das instituições; 10. Análise dos pedidos de reconsideração, realizada por comissões de área; 11. Análise dos pedidos de reconsideração e homologação dos resultados pelo CTC-ES; 12. Publicação dos resultados na Plataforma Sucupira e no Portal da Capes. Acompanhamento:	4. Listas com a classificação da produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) 5. Cadernos de indicadores 6. Planilhas de resultados da avaliação 7. Tabelas e gráficos da avaliação consolidados no SDI (Sistema de Disseminação da Informação)	7. Sociedade	Diretoria de Avaliação (DAV)
----------------------------	--	---	---------------------	-------------------------------------

	1. Seminários de acompanhamento das áreas com os coordenadores de programas de pós-graduação, realizados pelos coordenadores de área com o apoio técnico-logístico da DAV; 2. Visitas de acompanhamento aos PPGs em funcionamento, realizadas por consultores designados pelas áreas, com apoio logístico da DAV.	1. Relatórios divulgados no Portal da CAPES; 2. Relatórios de visita elaborados pelos consultores e publicados na Plataforma Sucupira, acessíveis aos PPGs e pró-reitorias mediante login e senha.	1. Programas de pós-graduação em funcionamento no SNPG	
--	---	--	---	--

ANEXO II

Anexo II - Macroprocessos finalísticos (DEB)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Formação Inicial				
Pibid	Programa de incentivo e valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica. O Pibid oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática, para a aproximação entre universidades e escolas e para a melhoria de qualidade da educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por coordenadores de área – docentes das licenciaturas - e por supervisores - docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades	Bolsa Concedida	Licenciandos, professores da rede pública de educação básica e professores dos cursos de licenciatura.	CVD/CGV
Parfor	É uma ação emergencial que visa estimular a formação em nível superior de professores em exercício nas redes públicas de educação básica, proporcionando-lhes oportunidades de acesso à qualificação profissional exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Desenvolvido em regime de colaboração entre a União – representada pela Capes -, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Programa fomenta a implantação de turmas especiais nos matriculados seguintes cursos e programas: a) primeira licenciatura – para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior; b) segunda licenciatura – para docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública que atuem em área distinta da sua formação inicial; e c) formação pedagógica – para docentes graduados, mas não licenciados.	Professores beneficiado	Professores da Rede Pública de Ensino de Educação Básica	CAF/CGDOC e CAL/CGDOC
Prodocência	É uma ação cuja finalidade é o fomento à inovação e à melhoria da qualidade dos cursos de formação para o magistério da educação básica, na perspectiva de valorização da carreira docente. Promove a melhoria e a inovação nas licenciaturas, inclusive incentivando a atualização dos professores que formam professores.	Projeto fomentado	Docentes e Discentes dos cursos de Licenciaturas	CGV/CGV
Formação continuada e extensão				
Novos Talentos	Fomenta o desenvolvimento de atividades extracurriculares para professores e estudantes da Rede Pública de Ensino de Educação Básica. As instituições participantes desenvolveram subprojetos e atividades extracurriculares, aceitando o desafio de aproximar cursos de graduação e programas de pós-graduação, de professores e alunos da rede pública de educação básica, oferecendo cursos criativos, principalmente em períodos de férias e em ambientes inovadores. É uma visão de educação continuada que leva em conta o contexto e o compromisso com a qualidade da educação básica local.	Projeto fomentado	Professores e estudantes da Rede Pública de Educação Básica; e licenciandos, graduandos, pós-graduandos (mestrandos e doutorandos), pesquisadores e docentes de IES.	CIPE/CGV
Residência Docente (Colégio Pedro II e Colégio de Aplicação da UFMG)	Trata-se de um projeto-piloto que se insere na tendência atual de acompanhar e orientar o professor nos anos iniciais da carreira, etapa em que acontece alto percentual de abandono. A exemplo da residência médica, o programa é indutor da permanência na carreira e de formação continuada do professor, a partir de ações concretas e transformadoras do processo de ensino e aprendizagem.	Professor Treinado	Professores da Rede Pública de Ensino de Educação Básica	CIPE/CGV
Cooperação Internacional para Educação Básica	O Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores oferece aos professores da educação básica oportunidade de inserção em universidades e instituições de pesquisa de renome internacional.	Professor Treinado	Professores da Rede Pública de Ensino de Educação Básica	CIPE/CGV em parceria com a DRI
Formação associada às Olimpíadas de Matemática e Química	O propósito do Programa é realizar cursos de aprofundamento para estudantes de escolas públicas do ensino médio com prioridade aos que participaram com destaque das Olimpíadas Nacional de Matemática e Química. Tanto os estudantes medalhistas, como seus professores, recebem formação complementar.	Aluno treinado/Professor Treinado.	Professores e estudantes da Rede Pública de Ensino de Educação Básica	CIPE/CGV
Rede Nacional de Educação e Ciências	O programa fomenta a busca de novos caminhos para um ensino eficiente, desenvolvendo metodologias que facilitam o aprendizado, desmistificando a Ciência.	Projeto fomentado	Professores e estudantes da Educação Básica.	CIPE/CGV
Formação <i>Stricto sensu</i> associada à pesquisa				

TABELA 1 - PROCESSOS FINALÍSTICOS

Observatório da Educação	O OBEDUC incentiva a articulação entre programas de pós-graduação e a educação básica. Seu propósito é fomentar a produção acadêmica e a formação de profissionais com pós-graduação stricto sensu em educação, estimulando o desenvolvimento de estudos e pesquisas que tenham como ponto de partida a utilização dos dados existentes no INEP, entre os quais, o Censo da Educação Superior, o Censo da Educação Básica, o Enem, o Enade, o Saeb e a Prova Brasil. Também são oferecidas bolsas aos estudantes de licenciatura e graduação e aos professores de escolas públicas que se envolvam nas pesquisas.	Projeto fomentado	Programas de Pós-graduação voltados à reflexão da realidade educacional brasileira, professores da educação básica, licenciandos e graduandos.	CIPE/CGV
Divulgação científica.				
Feira de Ciências e Mostras Científicas	O principal objetivo das Feiras e Mostras Científicas é ser um instrumento para a melhoria dos ensinos fundamental, médio e técnico, bem como para despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas. As Feiras de Ciências e Mostras Científicas podem ter âmbito nacional, estadual ou municipal e são desenvolvidas em parceria com o CNPq.	Projeto fomentado	Professores e estudantes da Educação Básica.	CIPE/CGV
Olimpíadas Científicas	O programa tem por objetivo selecionar propostas para a realização de Olimpíadas Científicas de âmbito nacional como instrumento de melhoria dos ensinos fundamental e médio e para identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguir carreiras técnico-científicas.	Projeto fomentado	Professores e estudantes da Educação Básica.	CIPE/CGV
Programa Transversal aos demais da DEB				
Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Life	O programa tem como propósito oferecer aos professores a oportunidade de uma formação com tecnologias, em uma ambiente que promova o diálogo interdisciplinar, a inovação didático-pedagógica e o domínio de equipamentos e das novas linguagens presentes na sociedade contemporânea.	Projeto fomentado	Docentes e discentes dos cursos de licenciatura das IES públicas	CAL/CGDOC

TABELA 1 - PROCESSOS FINALÍSTICOS

ANEXO III

Anexo III - Macroprocessos finalísticos (DED)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Indução de novas vagas de graduação e pós-graduação em atendimento às metas 12, 13, 14 e 16 do Plano Nacional de Educação - PNE	Atividade contínua por meio da publicação de editais específicos.	Edital nº 75/2014 CAPES.	Instituições Públicas de Ensino Superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.	CGPC/DED
Fomentar as Instituições de Ensino Superior (IES) Integrantes do Sistema UAB	Atividade contínua que abrange elaboração de planejamento orçamentário e financeiro em função das propostas de vagas aprovadas em editais, execução do repasse, pagamento das bolsas e acompanhamentos por meio de sistemas informatizados de gestão e visitas in loco a execução dos recursos financeiros repassados as IES.	Estabelecimento de descentralização ou convênio para liberação de recursos financeiros, e assegurar a execução de recursos em conformidade com os objetos acordados.	Instituições Públicas de Ensino Superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.	CGFO/DED
Monitoramento de Polos UAB	Atividade contínua que dá suporte à qualidade na avaliação da SERES/MEC e do INEP/MEC, inclusive no tocante às tecnologias utilizadas e prospecção de novas ferramentas tecnológicas.	Visitas de monitoramento coleta de informações cadastrais básicas dos polos UAB, e fomento/indução no uso de novas tecnologias.	Governos estaduais e prefeituras municipais	CGIE/DED

ANEXO IV

Anexo IV - Macroprocessos finalísticos (DPB)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Concessão de Bolsas de Estudo	Concessão de bolsas de estudo no país e demais auxílios a elas vinculados, priorizando a formação de recursos humanos de alto nível em áreas consideradas estratégicas e inovadoras para o país.	- Bolsa de estudos	- Discentes, docentes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros; - Ministérios e órgãos públicos parceiros no desenvolvimento das ações.	CGSI e CGPE/DPB
Fomento à Pós-graduação	Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infra-estrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de cursos, à realização de eventos científicos, culturais e tecnológicos, à participação em eventos científicos, à edição de obras científicas e educacionais, à execução de projetos de cooperação entre grupos de pesquisa vinculados a diferentes instituições de ensino superior (IES) e de pesquisa e demais atividades que contribuam para elevar a qualidade dos programas de pós-graduação (PPGs).	- Financiamento de projetos conjuntos de pesquisa; - Financiamento das atividades de pesquisa dos programas de pós-graduação; - Financiamento de projetos que visem a melhoria da infraestrutura das IES; - Apoio à realização de eventos científicos no país.	- Discentes, docentes, pesquisadores brasileiros; - Instituições de Ensino Superior e Pesquisa; - Ministérios e órgãos públicos parceiros no desenvolvimento das ações; - Sociedades Científicas.	CGSI e CGPE/DPB

Acesso à Informação Científica e Tecnológica	Manutenção do Portal de Periódicos, o qual congrega as principais coleções de revistas científicas e bases de resumos, referências bibliográficas e de patentes, com a finalidade de oferecer às universidades, instituto de pesquisa e organizações governamentais, não governamentais e particulares, onde se desenvolve a pós-graduação e a pesquisa do país, a mais qualificada e atual informação científica e tecnológica, necessária à formação de recursos humanos e desenvolvimento da pesquisa no país.	- Informação científica e tecnológica atual, publicadas em periódicos indexados, visando proporcionar o subsídio necessário aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no país.	- Discentes, docentes e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.	CGPP/DPB
--	---	---	---	----------

ANEXO V

Anexo V - Macroprocessos finalísticos (DRI)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Concessão de bolsas de estudo e auxílios no exterior	1. Concessão de bolsas de estudo no exterior para estudantes, professores, pesquisadores, cientistas brasileiros e profissionais da Educação e para pesquisadores/professores estrangeiros no Brasil; 2. Concessão de auxílio para participação em eventos científicos no exterior.	1. Elaboração de editais e formulários de inscrição; 2. Seleção de candidatos; 3. Análise documental e de mérito das propostas; 4. Divulgação dos resultados; 5. Emissão da carta de concessão;	1. Estudantes, professores, pesquisadores, cientistas brasileiros e profissionais da Educação; 2. Instituições de Ensino Superior no Brasil e no exterior;	1.CCE/CGBP/DRI 2. CGPR/DRI
Acompanhamento e pagamento de bolsas no exterior	1. Implementação dos benefícios da bolsa; 2. Acompanhamento do bolsista no exterior.	1. Implementação das bolsas e auxílios; 2. Pagamento das bolsas e auxílios para brasileiros no exterior ou para estrangeiros no país; 3. Acompanhamento dos bolsistas durante o período da bolsa e elaboração de orientações sobre os procedimentos de permanência no exterior e retorno ao país; 4. Comunicação com os bolsistas;	1. Estudantes, professores, pesquisadores, cientistas brasileiros e profissionais da Educação; 2. Instituições de Ensino Superior no Brasil e no exterior; 3. Ministério da Educação; 4. Ministério das Relações Exteriores e embaixadas	CBE/CGBP/DRI CGPR/DRI

Prestação de contas e acompanhamento de egressos	1. Recebimento da documentação enviada pelos beneficiários das bolsas e auxílios ao término da vigência do benefício; 2. Acompanhamento do egresso durante o período de interstício.	1. Análise da documentação enviada pelos beneficiários de bolsas e auxílios para o exterior; 2. Acompanhamento do período de interstício e análise do relatório final de atividades; 3. Emissão de Cartas de Encerramento dos processos de bolsas e auxílios; 4. Acionamento da Auditoria Interna para os casos de não conformidade com as regras dos programas.	1. Estudantes, professores e pesquisadores brasileiros 2. CGBP/DRI 3. CGPR/DRI 4. DPB 5. Auditoria Interna da Capes	DAE/CGMR/DRI
Cooperação Internacional	Negociação e lançamento de editais. Acompanhamento e Prestação de contas de projetos: 1. Negociação de acordos e memorandos de entendimento com países e instituições estrangeiras; 2. Negociação de programas em parceria com entidades educacionais internacionais para atendimento à política de cooperação educacional e científica brasileira;	1. Assinatura de Acordos e MoU; 2. Criação de programas que visam a concessão de bolsas individuais no país e no exterior e a concessão de bolsas e auxílios inseridos em Projetos Conjuntos de Pesquisa – PCP, Parcerias Universitárias – PU ou Projetos Especiais (relacionados à Cooperação para o Desenvolvimento). 3. Lançamento de editais;	1. Governos, instituições e organismos internacionais estrangeiros; 2. Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios e órgão governamentais que possuem programas de mobilidade acadêmica internacional; 3. Estudantes, professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros;	CGPR/DRI

	3. Concessão dos benefícios previstos em edital e/ou chamada pública; 4. Acompanhamento dos projetos e bolsistas vinculados; 5. Prestação de contas referente ao uso dos recursos envolvidos nos projetos de cooperação.	4. Concessão e implementação de bolsas para brasileiros no exterior e pesquisadores/professores/estudantes estrangeiros no Brasil.	4. Instituições de ensino superior no Brasil e no exterior	
Cooperação Internacional	Cooperação para o Desenvolvimento: Apoio para o desenvolvimento estrutural da educação em países em situações de vulnerabilidades econômicas e sociais. 1. Negociação de acordos e memorandos de entendimento com países e instituições estrangeiras; 2. Acompanhamento e publicação dos acordos e MoU firmados; 3. Negociação de programas em parceria com entidades educacionais internacionais para atendimento à política de cooperação educacional e científica brasileira; 4. Concessão dos benefícios previstos em edital e/ou chamada pública; 5. Acompanhamento dos projetos e bolsistas vinculados;	1. Assinatura de Acordos e MoU; 2. Criação de programas que visam a concessão de bolsas para estrangeiros no Brasil e para estrangeiros e brasileiros no exterior;	1. Governos, instituições e organismos internacionais estrangeiros; 2. Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios e órgão governamentais que possuem programas de mobilidade acadêmica internacional; 3. Estudantes, professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros 4. Instituições de ensino superior no Brasil e no exterior	CGPR/DRI

	6. Prestação de contas referente ao uso dos recursos envolvidos nos projetos de cooperação.			
Monitoramento de ações e resultados	1. Monitoramento das ações de concessão, implementação e pagamento de bolsas e auxílios para brasileiros no exterior ou estrangeiros no Brasil; 2. Análise quali-quantitativa dos resultados das ações empreendidas pela Diretoria de Relações Internacionais 3. Gestão da execução orçamentária no âmbito da Diretoria de Relações Internacionais. 4. Regulamentação das ações e normas da Diretoria de Relações Internacionais; 5. Avaliação dos programas e das ações de fomento da Diretoria	1. Indicadores de resultados das ações empreendidas pela DRI; 2. Relatórios gerenciais e estatísticos sobre a evolução das ações da DRI; 3. Estudos analíticos acerca dos resultados das concessões e implementações de bolsas para o exterior para auxiliar no processo de tomada de decisão; 4. Documentação técnica que contribua para o aperfeiçoamento de fluxos e processos no âmbito da DRI; 5. Estudos analíticos de execução orçamentária para orientar as tomadas de decisão.	1. Estudantes, professores e pesquisadores brasileiros 2. Instituições de Ensino Superior no Brasil e no exterior 3. Coordenações da Capes que demandam dados sobre os programas da DRI 4. Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores e organismos internacionais parceiros 5. Casa Civil da Presidência da República 6. CGU 7. TCU	CGMR/DRI



TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 04/03/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	385.718.464,04		Despesas Orçamentárias	7.693.788.079,65	-
Ordinárias	1.557.691,46		Ordinárias	1.297.159.674,32	-
Vinculadas	386.412.507,53		Vinculadas	6.396.628.405,33	-
Educação	1.367.127,80		Educação	4.901.791.045,50	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	153.927,06	-
Operação de Crédito			Operação de Crédito	4.897.691,16	-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		-
Doações	296.808.205,72		Doações	301.319.420,49	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	88.237.174,01		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	78.208.128,77	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.110.258.192,35	-
Demais Recursos			Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.251.734,95				-
Transferências Financeiras Recebidas	10.844.209.931,09		Transferências Financeiras Concedidas	4.268.212.505,70	-
Resultantes da Execução Orçamentária	10.700.169.323,12		Resultantes da Execução Orçamentária	4.143.230.856,85	-
Cota Recebida			Cota Concedida		-
Repasse Recebido	6.627.888.534,78		Repasse Concedido	70.950.068,51	-
Sub-repasse Recebido	4.072.280.788,34		Sub-repasse Concedido	4.072.280.788,34	-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	144.040.607,97		Independentes da Execução Orçamentária	124.981.648,85	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	142.453.371,57		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	122.056.829,59	-
Demais Transferências Recebidas	117.560,07		Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.469.676,33		Movimento de Saldos Patrimoniais	2.924.819,26	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	943.612.484,35		Despesas Extraorçamentárias	96.361.117,78	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	987.580,00		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.469.676,33	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	100.093.353,93		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	33.190.392,84	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.039.522,20		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.129.048,61	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	839.492.028,22		Outros Pagamentos Extraorçamentários	58.572.000,00	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 04/03/2016	PÁGINA 2
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	170.600,93	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	58.572.000,00	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	23.831.829,22	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	815.489.598,07	-			
Saldo do Exercício Anterior	192.143.931,07	-	Saldo para o Exercício Seguinte	307.323.107,42	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	192.143.931,07	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	307.323.107,42	-
TOTAL	12.365.684.810,55	-	TOTAL	12.365.684.810,55	-



EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 04/03/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	66.963.233,00	66.963.233,00	385.718.464,04	318.755.231,04
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	10.524.161,00	10.524.161,00	19.086.716,12	8.562.555,12
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	10.524.161,00	10.524.161,00	19.086.716,12	8.562.555,12
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	4.620.993,00	4.620.993,00	3.790.259,11	-830.733,89
Transferências Correntes	-	-	296.808.305,74	296.808.305,74
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	296.808.305,74	296.808.305,74
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	51.818.079,00	51.818.079,00	66.033.183,07	14.215.104,07
Multas e Juros de Mora	16.990,00	16.990,00	258.916,69	241.926,69
Indenizações e Restituições	51.778.108,00	51.778.108,00	64.242.177,26	12.464.069,26
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	22.981,00	22.981,00	1.532.089,12	1.509.108,12
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 04/03/2016	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	66.963.233,00	66.963.233,00	385.718.464,04	318.755.231,04
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	66.963.233,00	66.963.233,00	385.718.464,04	318.755.231,04
DÉFICIT			7.308.069.615,61	7.308.069.615,61
TOTAL	66.963.233,00	66.963.233,00	7.693.788.079,65	7.626.824.846,65
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	561.414.598,00	561.414.598,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	561.414.598,00	561.414.598,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

EMISSION
04/03/2016

PAGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	6.039.462.356,00	7.291.149.546,00	7.680.162.177,86	7.583.990.128,92	7.583.002.548,92	-389.012.631,86
Pessoal e Encargos Sociais	75.434.235,00	82.681.895,00	78.812.672,16	78.812.672,16	78.812.672,16	3.869.222,84
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.964.028.121,00	7.208.467.651,00	7.601.349.505,70	7.505.177.456,76	7.504.189.876,76	-392.881.854,70
DESPESAS DE CAPITAL	229.337.043,00	142.515.753,00	13.625.901,79	9.704.596,80	9.704.596,80	128.889.851,21
Investimentos	229.337.043,00	142.515.753,00	13.625.901,79	9.704.596,80	9.704.596,80	128.889.851,21
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	6.268.799.399,00	7.433.665.299,00	7.693.788.079,65	7.593.694.725,72	7.592.707.145,72	-260.122.780,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.268.799.399,00	7.433.665.299,00	7.693.788.079,65	7.593.694.725,72	7.592.707.145,72	-260.122.780,65
TOTAL	6.268.799.399,00	7.433.665.299,00	7.693.788.079,65	7.593.694.725,72	7.592.707.145,72	-260.122.780,65

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	31.070.776,95	23.341.290,17	20.795.093,25	20.795.093,25	24.345.360,84	9.271.613,03
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.769.604,29	-	-	1.769.604,29	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	31.070.776,95	21.571.685,88	20.795.093,25	20.795.093,25	22.575.756,55	9.271.613,03
DESPESAS DE CAPITAL	8.048.144,57	13.773.373,97	12.395.299,59	12.395.299,59	2.602.185,23	6.824.033,72
Investimentos	8.048.144,57	13.773.373,97	12.395.299,59	12.395.299,59	2.602.185,23	6.824.033,72
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	39.118.921,52	37.114.664,14	33.190.392,84	33.190.392,84	26.947.546,07	16.095.646,75

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.525.867,03	1.469.676,33	56.190,70	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.525.867,03	1.469.676,33	56.190,70	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 04/03/2016	PÁGINA 4
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.525.867,03	1.469.676,33	56.190,70	-0,00



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 04/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	1.265.889.837,54	1.044.607.033,14	PASSIVO CIRCULANTE	108.824.798,36	324.274.425,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	307.323.107,42	192.143.931,07	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	905.083,94
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	108.824.798,36	323.369.341,47
Dívida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	958.327.797,11	852.153.992,92			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques	238.933,01	309.109,15			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	66.301.626,65	56.636.543,37	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.554.490,07	7.554.490,07	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	7.554.490,07	7.554.490,07	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	7.554.490,07	7.554.490,07	Resultado Diferido	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	108.824.798,36	324.274.425,41
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-			
Estoques	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos	-	-			
Participações Permanentes	-	-			
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	-	-			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-			
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO DEZ(Encerrado)
EMIÇÃO 04/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	37.685.554,68	37.725.502,77			
Bens Móveis	33.601.204,48	33.641.152,57			
Bens Móveis	46.013.008,46	42.342.256,91			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-12.411.803,98	-8.701.104,34			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	4.084.350,20	4.084.350,20			
Bens Imóveis	4.084.350,20	4.084.350,20			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	21.061.581,90	11.356.550,53			
Softwares	21.061.137,90	11.356.106,53			
Softwares	21.061.137,90	11.356.106,53			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	444,00	444,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	444,00	444,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.332.191.464,19	1.101.243.576,51	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.332.191.464,19	1.101.243.576,51

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	424.874.820,20	598.118.822,35	PASSIVO FINANCEIRO	225.013.799,04	513.569.149,52
ATIVO PERMANENTE	907.316.643,99	503.124.754,16	PASSIVO PERMANENTE	-	-115.491.019,92
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	1.107.177.665,15	703.165.446,91

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	105.494.327,52	82.619.462,01	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.797.635.417,63	792.804.063,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO

EMISSÃO 04/03/2016 PAGINA 3

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Execução dos Atos Potenciais Ativos	105.494.327,52	82.619.462,01	Execução dos Atos Potenciais Passivos	1.797.635.417,63	792.804.063,55
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	57.344.160,03	26.385.397,90	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	47.959.163,49	56.043.060,11	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	742.903.769,75	613.667.581,60
Direitos Contratuais a Executar	191.004,00	191.004,00	Obrigações Contratuais a Executar	1.054.731.647,88	179.136.481,95
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	105.494.327,52	82.619.462,01	TOTAL	1.797.635.417,63	792.804.063,55

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-7.383.684,74
Recursos Vinculados	207.244.705,90
Educação	-1.610.435,59
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-784.762,08
Doações	0,07
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	210.604.649,01
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-875.219,10
Demais Recursos	-89.526,41
TOTAL	199.861.021,16



EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

EMIÇÃO
04/03/2016

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.376.656.058,9	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.790.259,11	-
Venda de Mercadorias	3.788.457,43	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.801,68	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.707.374.598,40	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	6.961,28	-
Variações Monetárias e Cambiais	1.684.977.856,35	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	22.389.780,77	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	11.141.018.236,9	-
Transferências Intragovernamentais	10.844.209.931,1	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	296.808.305,74	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	453.390.956,50	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	453.390.956,50	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	71.082.007,97	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

EMIÇÃO
04/03/2016

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	71.082.007,97	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	12.935.957.685,6	-
Pessoal e Encargos	67.416.034,32	-
Remuneração a Pessoal	52.191.170,83	-
Encargos Patronais	11.677.815,01	-
Benefícios a Pessoal	3.075.241,34	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	471.807,14	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	17.503.149,33	-
Aposentadorias e Reformas	16.035.656,32	-
Pensões	1.467.493,01	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	875.369.525,07	-
Uso de Material de Consumo	345.420,52	-
Serviços	870.209.469,31	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.814.635,24	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	898.640.111,41	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	898.531.232,44	-
Descontos Financeiros Concedidos	108.878,97	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.273.296.284,74	-
Transferências Intragovernamentais	4.268.212.505,83	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.083.778,91	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	183.684.072,65	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	174.582.978,80	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2015

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
04/03/2016

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2015	2014
Desincorporação de Ativos	9.101.093,85	-
Tributárias	321.801,89	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	321.801,89	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.619.726.706,20	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	6.617.755.989,67	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.970.716,53	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	440.698.373,30	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2015	2014



TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 04/03/2016	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	134.742.673,78	-
INGRESSOS	12.072.459.945,55	-
Receitas Derivadas e Originárias	88.910.158,30	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	3.790.259,11	-
Remuneração das Disponibilidades	19.086.716,12	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	66.033.183,07	-
Transferências Correntes Recebidas	296.808.305,74	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	296.808.305,74	-
Outros Ingressos das Operações	11.686.741.481,51	-
Ingressos Extraorçamentários	3.039.522,20	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	10.844.209.931,09	-
Arrecadação de Outra Unidade	170.600,93	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	23.831.829,22	-
Demais Recebimentos	815.489.598,07	-
DESEMBOLSOS	-11.937.717.271,77	-
Pessoal e Demais Despesas	-7.562.294.865,09	-
Legislativo	-144.226,75	-
Judiciário	-383.600,00	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.713.868,22	-
Defesa Nacional	-600.000,00	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-17.503.149,33	-
Saúde	-1.317.559,54	-
Trabalho	-	-
Educação	-7.532.609.637,88	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 04/03/2016	PAGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-88.717,50	-
Direitos da Cidadania	-999.900,00	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-2.285.271,76	-
Ciência e Tecnologia	-2.807.144,01	-
Agricultura	-1.599.186,27	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-84.324,39	-
Comércio e Serviços	-158.279,44	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-45.508.852,37	-
Intergovernamentais	-32.392.176,14	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-32.392.176,14	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-12.644.176,23	-
Outras Transferências Concedidas	-472.500,00	-
Outros Desembolsos das Operações	-4.329.913.554,31	-
Dispêndios Extraorçamentários	-3.129.048,61	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-4.268.212.505,70	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-58.572.000,00	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-19.563.497,43	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2015	PERIODO DEZ(Encerrado)
-------------------	---------------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR - FUNDAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO 04/03/2016	PAGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-19.563.497,43	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-5.096.645,56	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-14.466.851,87	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	115.179.176,35	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	192.143.931,07	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	307.323.107,42	-



Boletim de Serviço

Nº 3
Março - 2015

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

aprovados; bem como critérios e parâmetros específicos da área ou campo do conhecimento a que se vinculem e legislação aplicável à transferência de recursos da União mediante convênios e outros instrumentos de apoio à educação e pesquisa instituída pela Portaria CAPES nº 147, de 11 de Outubro de 2012 e alterada pelas Portarias CAPES nº 035, de 18 de março de 2013; nº 130, de 10.09.2013 e nº 100, de 09 de julho de 2014.

Art. 2º Revogar a Portaria CAPES nº 147, de 11 de outubro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente

Portaria Nº 20, de 16 de Março de 2015.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012 e nos termos do artigo 143 da Lei nº 8112, de 11/12/1990, resolve:

Art. 1º Instituir o Código de Ética da Auditoria Interna na CAPES, conforme o anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES
Presidente

Anexo da Portaria Nº 20, de 16 de Março de 2015.

CÓDIGO DE ÉTICA
Auditoria Interna da CAPES

1. Introdução

De acordo com o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), Auditoria Interna é *“uma atividade independente e objetiva de avaliação (assurance) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.*



CAPES



PDE



Ela auxilia uma organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança”.

O desenvolvimento das atividades supracitadas está integralmente associado à confiança depositada pela Alta Administração na unidade de auditoria interna da Instituição.

Faz-se necessário, portanto, a edição do presente código de ética, de modo a orientar as condutas dos servidores da Auditoria Interna da CAPES quando da realização de suas tarefas, sempre tendo em vista a orientação aos gestores que enseje a plena realização dos objetivos institucionais, com máxima eficácia e eficiência, economicidade, correta aplicação dos recursos, defesa do patrimônio e interesse públicos.

2. Disposições Preliminares

O presente Código de Ética rege-se de acordo com as disposições estabelecidas pelo Decreto nº 1171, de 1994, que aprova o Código de Ética de Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, sem prejuízo da observância das decisões exaradas pelo E. Tribunal de Contas da União, em especial a Decisão nº 507/2001 – Plenário, que versa acerca das normas nacionais e internacionais de auditoria interna, e o Acórdão nº 415/2009 – 2ª Câmara, que dispõe sobre os termos de objetividade e confidencialidade aos quais se sujeitam os servidores da unidade de auditoria interna.

3. Princípios Éticos

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil) elenca os seguintes princípios éticos norteadores das atividades dos auditores internos:

- Integridade

A integridade do auditor interno dá credibilidade aos seus trabalhos, conferindo, ainda, confiabilidade aos seus julgamentos.

O auditor interno deve ser diligente e agir com honestidade, imparcialidade e discrição. Deve observar a legalidade e a moralidade.

- Objetividade

As atividades do auditor interno devem ser realizadas baseadas em critérios objetivos. O planejamento, a coleta de informações, o exame dos processos/procedimentos e a comunicação com as áreas auditadas serão objetivos, agindo o auditor com independência, resultando em julgamentos objetivos, sem quaisquer influências de caráter pessoal/subjetivo ou de outrem.



A objetividade deve estabelecer critérios e procedimentos imparciais para a análise e para a tomada de decisões do auditor interno.

- Confidencialidade

O sigilo em relação às informações obtidas em decorrência das atividades de auditoria interna é fundamental para a construção de uma relação sólida e colaborativa entre o auditor e a Instituição, constituindo-se, inclusive, em princípio estruturante para a aplicação dos demais princípios.

Não há como se obter resultado satisfatório sem a total e irrestrita observância do princípio da confidencialidade, por parte do auditor interno, no desenrolar de suas atividades.

Vale frisar que a confidencialidade não deve ser utilizada para permitir que situações ilegais, indevidas ou impróprias se perdurem ou que as mesmas não sejam relatadas à Alta Administração quando verificadas pelo auditor interno. Os gestores não podem servir-se da confidencialidade para acobertar práticas incorretas e ilegais.

O auditor interno deve ter em mente que da confidencialidade surge a confiança entre auditor e auditado, mas que o princípio não poderá em nenhuma circunstância ser utilizado para o acobertamento de fatos relevantes.

Daí a validade e necessidade da conduta objetiva e imparcial do auditor interno.

- Competência

Os trabalhos do auditor interno serão desenvolvidos em total consonância com as normas para a prática profissional da auditoria interna, notadamente as normas expedidas pelo "The Institute of Internal Auditors", pela Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União.

Os servidores da Auditoria Interna da CAPES buscarão sempre se qualificar e se capacitar, com o objetivo de que seus trabalhos apresentem excelência técnica, contribuindo para o aprimoramento e o alcance dos objetivos estratégicos da CAPES.

Além dos princípios acima expostos, os servidores da Auditoria Interna da CAPES atuarão sempre conforme os princípios estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo de quaisquer outros princípios que permitam o aprimoramento técnico, o incremento da eficácia, eficiência e economicidade.



Boletim de Serviço

**Nº 5
Maio - 2015**

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Art. 3º Convalidar as atividades desenvolvidas pela Comissão no período de maio a setembro de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÍVIO AMARAL

Presidente Substituto

Portaria Nº 63, de 12 de Maio de 2015.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02/03/2012, publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Fica vedada a participação de servidores lotados na auditoria da CAPES em atividades características de gestão, de modo que a independência dos trabalhos de auditoria não seja comprometida.

Art. 2º Não será permitida a participação da Auditoria Interna em comissões da CAPES.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÍVIO AMARAL

Presidente Substituto

Portaria Nº 64, de 11 de Maio de 2015.

Publicada no DOU de 14/05/15 – seção 2 – pág. 17

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02/03/2012, e pela Portaria MEC nº 1.508, de 16/06/2003, resolve:

Designar, **MAGDA MARIA AUGUSTO**, SIAPE 45809, para exercer o encargo de substituta eventual do cargo de Coordenador-Geral, DAS 101.4, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, da Diretoria de Gestão.

LÍVIO AMARAL

Presidente Substituto

**Boletim de Serviço**

Dezembro - 2014

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Presidência da CAPES**Conselho Superior da CAPES****Resolução Nº 04, de 11 de Dezembro de 2014.**

O Conselho Superior da CAPES, no uso de suas atribuições estatutárias, conferidas pelo art. 12, do Decreto 7.692, de 02 de março de 2012, em sua 68ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014, e considerando:

- que o Conselho Superior, nos termos do *caput* do art. 12, do Decreto 7.692/2012, possui natureza deliberativa, e não executiva;
- a ocorrência de somente duas reuniões ordinárias anuais do Conselho Superior, de acordo com o estabelecido pelo art. 7º, do Decreto 7.692/2012;
- que compete ao Presidente da CAPES, conforme dispõe a alínea 'a' do inciso I, do art. 6º, do Decreto 7.692/2012, a presidência do referido Conselho,

Resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Presidente da CAPES, na condição de Presidente do Conselho Superior, para que, sem prejuízo do disposto no inciso VIII do art. 12, do Decreto 7.692/2012, delibere acerca de questões apresentadas pela Auditoria Interna da CAPES que versem sobre as atividades rotineiras e executivas deste órgão seccional.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

Presidente do Conselho Superior

Resolução Nº 05, de 11 de Dezembro de 2014.

O Conselho Superior da CAPES, no uso de suas atribuições estatutárias, conferidas pelo art. 12, do Decreto 7.692, de 02 de março de 2012, em sua 68ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2014, e considerando:

- a proposta acordada entre a Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG e o Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (FOPROP), e apresentada pela Diretoria da CAPES,

Resolve:

Art. 1º A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) passará a ser realizada abrangendo o período avaliativo de quatro anos.

CONFORMIDADE CONTÁBIL – EXERCÍCIO 2015

FUND COORD DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

ÓRGÃO: 26291

CÓDIGO DA UG: 154003 e 154004

A responsabilidade pelo Registro de Conformidade Contábil é do Coordenador de Contabilidade desta Entidade.

Em cumprimento aos procedimentos dispostos na Macrofunção 020315 – CONFORMIDADE CONTÁBIL, esta Entidade efetuou os registros mensais — entre Janeiro a Dezembro de 2015 — e analisou as inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis, efetuando as devidas regularizações.

A fim de efetuar o Registro da Conformidade Contábil, esta Entidade consultou e analisou as seguintes transações no SIAFI: >CONDESAUD, >CONINCONS, >BALANCETE, >DEMONSTRATIVOS.

Segue a descrição dos registros com restrições ocorridas durante o exercício:

MÊS	SITUAÇÃO	RESTRIÇÃO
Janeiro	Com restrição UG: 154003 ÓRGÃO: 26291	674 – SLD Along./ Indev. Ctas Transit. Pas. Circulante 763 – Sub-repasse diferido recebido X concedido
Março	Com restrição UG: 154003	674 – SLD Along./ Indev. Ctas Transit. Pas. Circulante
Maio	Com restrição UG: 154003	744 – Desequilíbrio entre as classes 771 – Demais incoerências – Dem.

	UG: 154004	Fluxos caixa (DFC) 772 – Demais incoerências – DDR 771 – Demais incoerências – Dem. Fluxos caixa (DFC) 772 – Demais incoerências - DDR
Junho	Com restrição UG: 154003 UG: 154004	744 – Desequilíbrio entre as classes 772 – Demais incoerências – DDR 772 – Demais incoerências – DDR
Julho	Com restrição UG: 154003	674 – SLD Along./ Indev. Ctas Transit. Pas. Circulante 744 – Desequilíbrio entre as classes 772 – Demais incoerências – DDR
Agosto	Com restrição UG: 154003	674 – SLD Along./ Indev. Ctas Transit. Pas. Circulante 744 – Desequilíbrio entre as classes

Setembro	Com restrição UG: 154003	315 – Falta/Restrição Conform. Registros de gestão
Novembro	Com restrição UG: 154003	674 – SLD Along./ Indev. Ctas Transit. Pas. Circulante

A introdução do novo PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) em 2015 necessitou de adaptações nas rotinas contábeis. Concomitantemente, o novo SIAFI (SIAFI-web) não disponibilizou situações para regularização de várias contas. Dessa forma, este Órgão apresentou dificuldades e várias restrições no decorrer do exercício.

Foram diversas consultas e solicitações de orientações junto ao Órgão superior e este junto à STN. Com as adaptações das rotinas encerramos o mês de dezembro sem restrições, regularizando todas as contas.


Maria Lúcia de Melo Amorim
CRC nº DF 014358/0-8

Brasília-DF, 16 de março de 2016

**Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR
pelos servidores**

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da CAPES obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a esta Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 16 de março de 2016.



Magda Maria Augusto

CPF: 379.508.827-49

Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas Substituta



**DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DECLARAÇÃO PLENA**

**FUND COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO DA UG - 154003**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativas ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

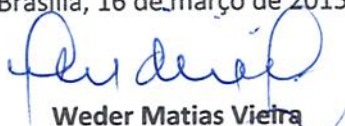
Brasília-DF, 08 de março de 2016.


Maria Lúcia de Melo Amorim
CRC nº DF 014358/0-8

DECLARAÇÃO

Eu, **Weder Matias Vieira**, CPF nº **577.367.151-49**, **Coordenador-Geral de Recursos Logísticos - CGLOG**, exercido na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 16 de março de 2015.



Weder Matias Vieira

577.367.151-49

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGLOG
CAPES

DECLARAÇÃO

Eu, **Lucy Anne Vieira de Oliveira**, CPF nº **248.987.911-15**, **Coordenadora-Geral de Execução Financeira, Orçamentária e de Contabilidade**, exercido na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2015.



Lucy Anne Vieira de Oliveira

248.987.911-15

**Coordenadora-Geral de Execução Financeira,
Orçamentária e Contabilidade – CGOF/CAPES**

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Siscac

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da CAPES estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Brasília, 16 de março de 2016.



Magda Maria Augusto

CPF: 379.508.827-49

Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas Substituta

Parecer da Unidade de Auditoria Interna

Avaliação da capacidade de os controles internos administrativos da UPC identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como de minimizarem riscos relacionados aos processos relevantes

Consideramos que os controles internos da CAPES são capazes de identificar, evitar e corrigir falhas e irregularidades que venham a ser observadas quando da execução das ações a cargo da Instituição.

Convém ressaltar que a Controladoria-Geral da União concluiu, no Relatório de Auditoria nº 201503635 (auditoria de contas do exercício de 2014), que a CAPES possui nível de maturidade intermediário acerca de seus controles administrativos, alcançado a porcentagem qualitativa de 63%.

Em relação aos elementos que compõem os elementos de avaliação dos controles internos, a CGU-PR apontou, no citado Relatório nº 201503635, fragilidades, principalmente, no que diz respeito à avaliação de riscos, pois esta Fundação não possuía processo institucionalizado para tal tarefa, o que, ainda segundo a CGU/PR, foi o fator que mais contribuiu para que a CAPES não fosse melhor avaliada acerca de seus controles internos.

Par sanar tal deficiência, a CAPES instituiu o Grupo de Trabalho para elaboração de política de avaliação de riscos da CAPES, mediante a publicação da Portaria CAPES nº 121 (documento disponível em http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-setembro-2015.pdf).

O referido grupo é formado por um integrante de cada Diretoria, além de representante do Gabinete da Presidência. Ocorreram três reuniões do grupo, a partir da sua instituição, e a participação em evento sobre a política de riscos adotada no Banco Central do Brasil.

Será realizado, em abril/2016, seminário sobre avaliação de riscos, com palestra de professores da Escola Superior de Redes – RNP, bem como curso a ser ministrado

pela RNP tratando de avaliação de riscos, de modo que o grupo de trabalho possa instituir a política institucional a ser utilizada para a identificação de riscos.

Destacamos, ainda, instituição de Grupo de Trabalho para avaliação dos riscos envolvidos nos programas de pós-graduação acompanhados e conduzidos pela CAPES, com a publicação da Portaria CAPES nº 139, de 13 de novembro de 2015 (http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim-Servico-Novembro-2015.pdf).

Cabe frisar que a CGU-PR avaliou que *“embora a CAPES não disponha de avaliação de riscos, é importante destacar que eles existem, mesmo que não estejam mapeados, o que possibilita a existência de procedimentos de controle aptos a serem aplicados caso esses riscos ocorram”*.

O componente “informação e comunicação”, segundo a CGU-PR encontra-se estruturado e funcionando a contento, e o “monitoramento” apresenta nível avançado de maturidade.

As fragilidades apontadas no tópico “ambiente de controle” já foram devidamente tratadas, conforme as recomendações emitidas pela CGU-PR.

Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e contábeis

Os controles internos funcionam satisfatoriamente. A Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/DGES/CAPES observa integralmente as disposições normativas que tratam da elaboração dos relatórios financeiros e contábeis desta Instituição, apresentados ao longo do Relatório de Gestão 2015.

Descrição das rotinas de acompanhamento e de implementação, pela UPC, das recomendações da auditoria interna

A unidade de auditoria interna encaminha os relatórios finais às áreas auditadas e ao Gabinete da Presidência da CAPES, com as recomendações às quais entende pertinentes, que se adotadas, poderão fortalecer os controles internos da instituição, mitigar os riscos envolvidos na execução dos programas e ações e incrementar a economia, eficácia, eficiência e efetividade das atividades desempenhadas pelas Diretorias.

As áreas auditadas, após 30 dias do recebimento do relatório final, são questionadas pela Auditoria Interna acerca da implementação das recomendações contidas no referido relatório. O Gabinete da Presidência da CAPES recebe cópia do expediente encaminhado à área auditada quanto ao questionamento acerca do atendimento às recomendações da AUD/CAPES.

Caso a área auditada informe que não implementou recomendação da Auditoria Interna, de acordo com o caso concreto, a AUD/CAPES solicitará reunião com o Diretor responsável e com representante do Gabinete da Presidência, de modo que o Presidente tenha ciência do ocorrido.

Em se tratando de riscos elevados decorrentes da não implementação de recomendações da auditoria interna pela alta gerência, o Auditor-Chefe solicitará reunião do Conselho Superior para abordar tal fato.

Informações sobre a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna

A partir da constatação, pela AUD/CAPES, da implementação das recomendações, esta unidade de auditoria interna monitora os resultados obtidos pela área auditada, verificando o ganho obtido no que concerne aos aspectos de economicidade, eficácia, eficiência, produtividade e legalidade, dentre outros, de acordo com o caso concreto.

Demonstração da execução do plano anual de auditoria, contemplando avaliação comparativa entre as atividades planejadas e realizadas, destacando os trabalhos mais relevantes, as principais constatações e as providências adotadas pela gestão da unidade

O Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna da CAPES para o exercício de 2015 – PAINT2015, previu a realização das seguintes atividades:

- **A004** - Efetuar auditoria na execução do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares - PROSUP, da Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB;

- **A006** - Auditoria em licitações realizadas no ano de 2015, no âmbito da Diretoria de Gestão - DGES;

- **A007** - Testar a consistência dos atos de pagamento de pessoal e reenquadramento por promoção, além dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal, no âmbito da Diretoria de Gestão - DGES;

- **A009** - Avaliar a execução do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB;

- **A010** - Auditoria em contratos administrativos da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI; e

- **A011** - Avaliar a metodologia de planejamento, realização e execução das metas físicas e financeiras dos programas/ações sob a responsabilidade da CAPES.

As atividades A004, A006, A007 e A010 foram concluídas, com o encaminhamento dos respectivos relatórios finais às áreas auditadas.

O relatório preliminar da atividade A011 foi encaminhado às Diretorias e ao Gabinete da Presidência da CAPES em 23 de dezembro de 2015. Após as manifestações das Diretorias, a AUD/CAPES consolidou todas as respostas e encontra-se finalizando o relatório definitivo, o que ocorrerá até meados do mês de abril de 2016.

Já o relatório preliminar da atividade A009 foi encaminhado à área auditada em 17 de março de 2016 e aguardamos a manifestação da Diretoria quanto às questões levantadas no referido relatório preliminar. Vale citar que a atividade apresentou atraso na sua realização em função da implantação, na CAPES, do sistema eletrônico de informações – SEI.

Os processos físicos referentes ao programa auditado tiveram que ser encaminhados à digitalização, para posterior inclusão no SEI. Tendo em vista a alta demanda para a digitalização de todos os processos físicos da CAPES, a Auditoria Interna recebeu tais processos somente no início de fevereiro de 2016.

Consideramos todas as atividades igualmente relevantes e informamos que as recomendações da AUD/CAPES foram atendidas ou encontram-se em processo de atendimento pelas áreas auditadas.

Informações quantitativas e qualitativas (área de negócio, unidade regional, objeto etc.) das auditorias e/ou fiscalizações realizadas no exercício de referência do relatório de gestão

As auditorias realizadas no exercício 2015 abordaram os programas e atividades considerados relevantes. As áreas auditadas e o objeto das atividades foram elencados no tópico anterior.

Da realização dessas atividades, a Auditoria Interna concluiu que os controles internos estão funcionando a contento e também observou grau satisfatório de aderência às normas correlatas a cada ação auditada.

O atendimento às recomendações demonstra que as áreas auditadas concordaram com os apontamentos realizados pela Auditoria Interna, possibilitando, desta forma, incremento da eficácia, eficiência, produtividade e economicidade, contribuindo para o aprimoramento e fortalecimento dos controles internos da Instituição.



CA P E S

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Coordenação Executiva dos Órgãos Colegiados

Conselho Superior
71ª Reunião Ordinária

Ata de Aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2015

No vigésimo segundo dia do mês de março de dois mil e dezesseis, às nove horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos, no 12º andar da sede da CAPES, localizada no Setor Bancário Norte, Quadra A, Lote 06, Bloco L, em Brasília, Distrito Federal, foi realizada a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Superior da CAPES, sob a presidência do Presidente da CAPES, Carlos Nobre. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros e Conselheiras: Jesualdo Pereira Farias (SESu/MEC); Almerinda Augusta Carvalho (representando o MRE); Gianna Cardoso Sagazio (setor empresarial, representando a CNI); Maria Lúcia Cavalli Nedder (ANDIFES); Milca Severino Pereira (representando o FOPROP); Vivian de Almeida Gregório (ANPG); Sylvio Roberto Accioly Canuto (CTC ES); Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho, Carlos Roberto Jamil Cury, Ildeu de Castro Moreira, Maria Paula Cruz Schneider, Sérgio Luis Costa Ferreira, Rita de Cassia Barradas Barata, (representantes da Área Acadêmica); Justificaram a ausência: Hernan Chaimovich Guralnik (CNPq), Manoel Fernando Palácios da Cunha e Melo (SEB), Ricardo Menna Barreto Felizzola (setor empresarial), Isac Medeiros (FOPROP), Luiz Fernandes Dourado (CTC EB) e João Fernando Gomes de Oliveira (representante da Área Acadêmica); Participantes da CAPES: Marta Wendel Abramo - Diretora de Gestão; Arlindo Philippi Jr. - Diretor de Avaliação; Jean Marc Mutzig - Diretor de Educação à Distância; Irene Cazorla - Diretora de Formação de Professores da Educação Básica; Mercedes Bustamante - Diretora de Programas e Bolsas no País; Sérgio da Costa Cortes - Diretor de Tecnologia da Informação; Marilene Vieira - Diretora de Relações Internacionais, substituta; Concepta Margaret McManus Pimentel (UnB), Sibeles Regina Luz Grecco - Procuradora Federal; Marcos Mendonça da Silva - Auditor; Coordenadores Gerais, Coordenadores, Assessores e servidores da CAPES. O Presidente abriu a reunião dando boas vindas aos Conselheiros e Conselheiras e em seguida deu início à pauta que previa como um dos assuntos a Prestação de Contas de 2015, cujos documentos já haviam sido enviados para análise dos conselheiros. Após apresentação e devidos esclarecimentos, o Colegiado, por unanimidade, pronunciou-se pela APROVAÇÃO das contas da Fundação, referentes ao ano de 2015. Para constar, eu, Sandra Fátima Amaral da Cunha, lavrei os termos da presente ata, que, se lida e achada de acordo, será assinada por mim, pela Diretora de Gestão e pelo Presidente da CAPES. Brasília, 22 de março de 2016.

CARLOS AFONSO NOBRE
Presidente da CAPES

Marta Wendel Abramo
Diretora de Gestão da CAPES

SANDRA FÁTIMA AMARAL DA CUNHA
Coordenadora da SECOL/GAB/CA P E S

Relatório de instância ou área de correção

No exercício de 2015, não foram instaurados processos administrativos disciplinares e/ou sindicâncias na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Registramos que todos os procedimentos disciplinares no âmbito da CAPES instaurados anteriormente ao exercício de 2015 estão devidamente registrados no sistema CGU-PAD, em estrita observância aos ditames da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.